

Universidade Presbiteriana Mackenzie
Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas

EVOLUÇÃO DA FORMA ORGANIZACIONAL NA POPULAÇÃO DE BANCOS
MÚLTIPLOS NO BRASIL: um estudo da relação entre diversidade,
idade e mortalidade organizacional

Eliana da Cruz Yoshida

São Paulo
2010

Eliana da Cruz Yoshida

**EVOLUÇÃO DA FORMA ORGANIZACIONAL NA POPULAÇÃO DE BANCOS
MÚLTIPLOS NO BRASIL: um estudo da relação entre diversidade,
idade e mortalidade organizacional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dimária Silva e Meirelles

**São Paulo
2010**

Y54 Yoshida, Eliana da Cruz

Evolução da forma organizacional na população de bancos múltiplos no Brasil: um estudo da relação entre diversidade, idade e mortalidade organizacional/ Eliana da Cruz Yoshida – 2010.

127 f.: il.; 30 cm

Mestrado (Dissertação de Mestrado)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Dimária Silva e Meirelles

Bibliografia: f. 99-108

1. Teoria Ecológica das organizações 2. Forma organizacional 3. Dependência da Idade 4. Mortalidade organizacional Título.

CDD 302.35

Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professor Dr. Manassés Claudino Fonteles

Decano de Pesquisa de Pós-Graduação

Professora Dr^a. Sandra Maria Dotto Stump

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

Professor. Dr. Moisés Ari Zilber

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas

Professora. Dr^a. Darcy Mitiko Mori Hanashiro

Eliana da Cruz Yoshida

**EVOLUÇÃO DA FORMA ORGANIZACIONAL NA POPULAÇÃO DE BANCOS
MÚLTIPLOS NO BRASIL: um estudo da relação entre diversidade,
idade e mortalidade organizacional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Dimária Silva e Meirelles – Orientadora
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Elvio Corrêa Porto
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Frederico Araujo Turolla
Escola Superior de Propaganda e Marketing

Aos meus pais, pela constante paciência e
compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pela compreensão e apoio para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à Professora Dimária, minha orientadora, que com sua calma e serenidade me ajudou a encarar este desafio.

Aos Professores Elvio Corrêa Porto e Frederico Araujo Turolla que constituíram a banca examinadora, com valiosas críticas e sugestões.

Às minhas amigas Deize, Márcia, Elaine, Marta e Cláudia que me auxiliaram no levantamento dos dados e da literatura para esta pesquisa, e que, além de tudo, treinaram sua paciência comigo.

À minha amiga e coordenadora Sandra, que compreendeu as minhas solicitações e me deu a oportunidade para terminar este trabalho.

Ao Javier que ouviu muito das minhas lamentações e me ajudou no que foi possível.

Aos docentes do Mackenzie que participaram do meu processo educacional na Instituição.

Ao pessoal da secretaria do Mackenzie e ao Mackpesquisa.

A todos que me deram força e que, de uma forma ou de outra, me iluminaram nesta jornada.

RESUMO

Este estudo realiza uma análise demográfica da população dos bancos múltiplos no Brasil, por meio de um estudo longitudinal, que abrange o período de 1988 a 2009. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a evolução da população de bancos múltiplos no Brasil a partir da diversidade organizacional, idade e mortalidade dessas instituições financeiras. Um banco múltiplo, geralmente, nasce a partir de outra instituição financeira que já atuava no Sistema Financeiro Nacional e que se transforma nesse tipo de banco. Portanto, a origem dos bancos múltiplos pode ocorrer dentro de dois grupos: a) do setor bancário - quando o banco múltiplo nasce da transformação de um banco comercial, banco de investimento ou banco de desenvolvimento; b) do setor não bancário – quando o banco múltiplo nasce da transformação de uma sociedade corretora de títulos e valores mobiliários, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade de crédito imobiliário ou caixa econômica. Sob a perspectiva da Teoria Ecológica das Organizações, em um primeiro momento, este trabalho analisa a forma organizacional dos bancos múltiplos em atividade, por meio de uma análise de agrupamentos, identificando o perfil dessa população e a sua diversidade organizacional. Em um segundo momento, com o emprego do modelo baseado na distribuição Weibull, é realizado uma análise de dados de vida da população estudada, identificando, entre outros resultados, a dependência positiva da idade nas taxas de cancelamento, descrevendo uma suscetibilidade da obsolescência ou da senescência. Por fim, com a aplicação de duas ferramentas estatísticas, o teste qui-quadrado e a distribuição Weibull, evidencia-se que existe relação entre a origem e a idade de cancelamento desses bancos, tendo em vista que os bancos múltiplos provenientes do setor não bancário têm sua autorização para funcionamento cancelada mais rapidamente do que os provenientes do setor bancário; além disso, as taxas de cancelamento para a população variam, dependendo da origem desses bancos. A principal contribuição desta pesquisa é justamente o fato de ser um estudo de demografia populacional, assunto pouco explorado na literatura acadêmica nacional.

Palavras-Chave: Teoria Ecológica das Organizações; Forma Organizacional; Dependência da Idade; Mortalidade Organizacional; Distribuição Weibull; Bancos Múltiplos.

ABSTRACT

This study analyzes the demography of the multiple banks in Brazil by utilizing longitudinal data which expands between periods of 1988 until 2009. The purpose of this research is analyzes the evolution of multiple banks, on these aspects: organizational diversity, age and mortality. Mainly, a multiple bank's origin can be: a) bank sector – when the multiple bank originates from a development bank, a commercial bank or an investment bank; b) none-bank sector – when the multiple bank birth from another kind of financial company, except banks. At first, through a perspective of the Ecology Organizational Theory, this research analyzes the organizational form of these banks that was in activity, and through an application of clusters analysis showing this population's feature and its organizational diversity. Then second, by utilizing the Weibull model, it is generated a life data analysis to identify, among others results, positive age dependence in mortality (cancelation) rates for these Brazilian multiple banks, describing a liability of obsolescence or senescence. At last, by using two statistical techniques (test chi-square and Weibull model), it was possible to gather evidence that a relationship exist between source and cancelation rates, because multiple banks that began its activity in none-bank sector have been canceled faster than those that began in bank sector; moreover, cancelation rates for this population varies depending on the bank's origin. The main value of this research is the fact that it is a population demography study in retrospect to life and death of multiple banks, an issue that has not been explored at national academic literature in depth.

Key-words: Ecology Organizational Theory; Organizational Form; Age Dependence; Organizational Mortality; Weibull Distribution; Multiple Banks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Evolução por Anagênese.....	36
FIGURA 2 - Evolução por Cladogênese.....	37
FIGURA 3 - Exemplo da formação de um BM (forma organizacional híbrida).....	55
FIGURA 4 - Função densidade de probabilidade com diferentes betas.....	63
FIGURA 5 - Dendograma.....	79
FIGURA 6 - Dados sem censura e dados censurados à direita.....	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Composição dos Grupos de BMs.....	80
TABELA 2 - Grupos e Perfil Médio das Variáveis Representantes da Dimensão Recursos.....	80
TABELA 3 - Perfil dos Grupos com Base na Dimensão Objetivos e Controle e Autoridade.....	81
TABELA 4 - Teste Qui-Quadrado.....	89
TABELA 5 - Idade de Cancelamento e Origem dos BMs.....	89
TABELA 6 - Probabilidade aproximada de sobrevivência dos BMs.....	92
TABELA 7 - Taxa instantânea aproximada de cancelamentos dos BMs.....	93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Perspectivas sobre formas organizacionais.....	27
QUADRO 2 –	Dualidade na definição de formas organizacionais.....	28
QUADRO 3 –	Conceitos de Forma e População Organizacional.....	31
QUADRO 4 -	Aspectos legais e dimensões correspondentes da forma organizacional.	32
QUADRO 5 -	Categorias em análise e indicadores da forma organizacional.....	33
QUADRO 6 -	Argumentos teóricos sobre a dependência da idade.....	41
QUADRO 7 -	Estudos envolvendo a suscetibilidade das novatas.....	43
QUADRO 8 –	Estudos envolvendo a suscetibilidade da adolescência.....	47
QUADRO 9 –	Estudos envolvendo a suscetibilidade da obsolescência e da senescência.....	50
QUADRO 10 -	Estudos envolvendo mais de um tipo de suscetibilidade.....	52
QUADRO 11 –	Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	53
QUADRO 12 –	Carteiras Operacionais dos BMs.....	58
QUADRO 13 –	Forma organizacional geral dos BMs.....	59
QUADRO 14 –	Operacionalização das variáveis para o modelo 1.....	67
QUADRO 15 -	Operacionalização das variáveis para o modelo 2.....	69
QUADRO 16 -	Exemplo de identificação da população de origem.....	71
QUADRO 17 -	Operacionalização das variáveis para o modelo 3.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Número de Nascimentos de BMs por ano.....	74
GRÁFICO 2 -	Número de BMs cancelados por ano.....	74
GRÁFICO 3 -	BMs cancelados por origem (1988-2009).....	76
GRÁFICO 4 -	Histograma da idade dos BMs autorizados a funcionar.....	77
GRÁFICO 5 -	Gráfico Weibull.....	84
GRÁFICO 6 -	Densidade de probabilidade por idade dos BMs.....	85
GRÁFICO 7 -	Função da distribuição acumulada dos BMs cancelados.....	86
GRÁFICO 8 -	Função de sobrevivência dos BMs.....	86
GRÁFICO 9 -	Função da taxa de cancelamentos (<i>Hazard</i>).....	87
GRÁFICO 10 -	Probabilidade de sobrevivência dos BMs de origem bancária.....	91
GRÁFICO 11 -	Probabilidade de sobrevivência dos BMs de origem não bancária.....	91
GRÁFICO 12 -	Taxa instantânea de cancelamentos dos BMs de origem bancária.....	92
GRÁFICO 13 -	Taxa instantânea de Cancelamentos dos BMs de origem não bancária.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BC – Banco Comercial

BD – Banco de Desenvolvimento

BI – Banco de Investimento

BM (s) – Banco(s) Múltiplo(s)

CE – Caixa Econômica

PL – Patrimônio Líquido

SAM – Sociedade de Arrendamento Mercantil

SCFI – Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento

SCI – Sociedade de Crédito Imobiliário

SCTVM – Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

SDTVM – Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SISORF – Manual de Organização do Sistema Financeiro

STATGRAPHICS - Statgraphics Centurion XVI

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 A ABORDAGEM DA TEORIA ECOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES.....	20
2.2 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA ECOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES.....	22
2.3 FORMAS E POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS.....	24
2.3.1 DIMENSÕES DAS FORMAS ORGANIZACIONAIS.....	31
2.4 DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL.....	33
2.4.1. HIBRIDIZAÇÃO.....	35
2.5 A RELAÇÃO ENTRE IDADE E MORTALIDADE.....	38
2.5.1 SUSCETIBILIDADE DAS NOVATAS.....	42
2.5.2 SUSCETIBILIDADE DA ADOLESCÊNCIA.....	45
2.5.3 SUSCETIBILIDADE DA OBSOLESCÊNCIA E DA SENESCÊNCIA.....	48
2.5.3.1 SUSCETIBILIDADE DA OBSOLESCÊNCIA.....	48
2.5.3.2 SUSCETIBILIDADE DA SENESCÊNCIA.....	50
3. A POPULAÇÃO DE BANCOS MÚLTIPLOS.....	53
3.1 SURGIMENTO DA POPULAÇÃO DE BANCOS MÚLTIPLOS.....	54
3.2 FORMA ORGANIZACIONAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS.....	57
4 METODOLOGIA.....	60
4.1 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS.....	60
4.1.1 ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS (CLUSTERS).....	60
4.1.2 DISTRIBUIÇÃO WEIBULL.....	62
4.1.3 TESTE QUI-QUADRADO.....	64
4.2 ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS ESTATÍSTICOS E HIPÓTESES.....	66
4.2.1 MODELO 1: DIVERSIDADE DA FORMA ORGANIZACIONAL.....	66

4.2.2 MODELO 2: DEPENDÊNCIA DA IDADE.....	67
4.2.3 MODELO 3 : ORIGEM, IDADE E MORTALIDADE.....	70
5 RESULTADOS	73
5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	73
5.2 RESULTADO DO MODELO 1: DIVERSIDADE DA FORMA ORGANIZACIONAL	77
5.3 RESULTADO DO MODELO 2: DEPENDÊNCIA DA IDADE	83
5.4 RESULTADO DO MODELO 3: ORIGEM, IDADE E MORTALIDADE	88
5.4.1 TESTE QUI-QUADRADO.....	88
5.4.2 DISTRIBUIÇÃO WEIBULL.....	90
6 CONCLUSÕES.....	94
7 REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A – MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	109
ANEXO A – RESOLUÇÃO 1.524, DE 21.9.1988.....	110
ANEXO B – RESOLUÇÃO 2.099, DE 17.8.1994.....	115

1 INTRODUÇÃO

Os bancos representam agentes importantes nos aspectos econômicos, sociais e financeiros de um país, tendo em vista que atuam como prestadores de serviços (clientes oficiais ou particulares), intermediadores na movimentação de valores, ou mesmo empregadores de milhares de funcionários (FORTUNA, 2006, p. 11). Pode-se considerar que a principal função dos bancos é de ser o financiador de atividades econômicas, devido aos empréstimos que concedem aos seus clientes (CANO, 2008, p.165).

No Brasil, os bancos múltiplos (BMs) merecem destaque no Sistema Financeiro Nacional (SFN), pois de acordo com dados do Banco Central do Brasil, a participação percentual dos BMs nos ativos totais do Sistema, em dezembro de 2009, correspondia a 70,80%; além do mais, esses bancos são as principais organizações que exercem a intermediação financeira, oferecendo vários serviços bancários à sociedade.

A partir da Resolução 1.524, de 21.9.1988 (ANEXO A), atualmente já revogada, o Conselho Monetário Nacional facultou aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento, a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, denominada banco múltiplo (BM). Dessa forma, um BM é a combinação de mais de um tipo de instituição financeira.

Um estudo relacionado com a evolução dos bancos brasileiros, sob o título Bancos Brasileiros após a Resolução 1.524/1988, foi realizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), mostrando que a configuração do SFN foi modificada a partir da referida Resolução.

O citado estudo utilizou uma base de dados que abrangia o período de dezembro/1988 a dezembro/2000 e foi observado que antes da citada Resolução as transformações de instituições de pequeno porte em bancos não eram muito frequentes, no entanto, após a edição dessa norma houve uma significativa expansão do sistema bancário no Brasil.

Essa questão da origem do BM, ou seja, se o banco teve sua autorização para funcionamento concedida a partir de uma transformação ou não de outro tipo de instituição financeira é assunto abordado nesta dissertação.

A questão que norteia este trabalho é a seguinte: Como evoluiu a população de BMs no Brasil, desde sua regulamentação?

Este trabalho apresenta um estudo da população dos BMs no Brasil, sob a ótica da Teoria Ecológica das Organizações, envolvendo três aspectos: diversidade, idade e mortalidade organizacional.

Inspirada nas idéias da bioecologia, mais especificamente em um texto publicado em 1959 na revista *American Naturalist*, que levantou a questão: “por que existem tantos tipos de animais?”, o ponto central dos estudos dos ecólogos organizacionais é: “por que existem tantos tipos de organizações?” (CALDAS; CUNHA, 2005, p.65). Esse questionamento, formulado no artigo seminal de Hannan e Freeman (1977), tem o objetivo de especificar a origem do crescimento da diversidade (como a criação de novas formas organizacionais), como também, a origem da diminuição da diversidade (como a exclusão competitiva de formas organizacionais).

Convém esclarecer que a Teoria Ecológica é uma perspectiva que dá ênfase ao modelo da seleção ambiental e da sua influência na vida e no fracasso de formas e populações organizacionais. Do ponto de vista desta teoria, o foco do estudo da mortalidade organizacional não é explicar a mortalidade per si (HANNAN; FREEMAN, 1986), mas destacar a dinâmica e a abundância da diversidade das organizações (HANNAN; FREEMAN, 1986; BAUM; AMBURGEY, 2002, p.305), permitindo a observação dos tipos de organizações selecionadas pelo ambiente, sendo possível identificar as formas que são mais favorecidas e os critérios de seleção existentes (ALDRICH; RUEF, 2006, p.208).

Nota-se que, apesar da definição de forma organizacional envolver uma compreensão intuitiva, porque geralmente essas formas estão rotuladas por atividades (como escolas, hospitais, etc.), o estudo teórico sobre essa definição traz amplos debates (ALDRICH; RUEF, 2006, p.114; ALDRICH, 2006, p.28; ROMANELLI, 1991), pois diversas perspectivas a respeito de formas organizacionais são apresentadas na literatura, indicando que o tema é relevante para os estudos das organizações.

Comparada com as abordagens tradicionais, a perspectiva ecológica apresenta explicações distintas sobre as taxas de fundação e mortalidade organizacional. Na visão dos ecólogos organizacionais, causas contextuais ou ambientais são as que influenciam as variações nessas taxas; enquanto que na visão tradicional, o foco está nas iniciativas, capacidades e habilidades individuais (BAUM, 1996, p.138; MCKELVEY; ALDRICH, 1983).

As taxas de nascimento e fracasso (ou mortalidade) nas populações de organizações são as principais variáveis analisadas nos modelos de Ecologia Organizacional. Conforme assinalam Aldrich e Ruef (2006, p.208), de uma perspectiva evolucionária, o estudo das taxas

de nascimento e de mortalidade de uma população dá uma pista do processo de seleção ambiental subjacente. Em última instância, as citadas taxas explicam o crescimento ou não da diversidade organizacional.

Conforme destaca Baum (1996, p.138), há três temas que focalizam o estudo da fundação e fracasso organizacionais sob a ótica da Teoria da Ecologia Organizacional: os processos demográficos, os processos ecológicos e os processos ambientais.

Esta dissertação concentra-se nos processos demográficos, que examinam os efeitos das características organizacionais, como idade e tamanho, sobre as taxas de mortalidade de populações de organizações. Sua principal linha de pesquisa tem sido o efeito da idade organizacional sobre o fracasso (BAUM, *ibid.*), pois é um tema que tem sido objeto de estudo por mais de 75 anos (HANNAN; PÓLOS; CARROLL, 2007, p.150).

A relação entre idade e mortalidade na literatura de Ecologia Organizacional tem sido explorada, sobretudo, a partir de três suscetibilidades: a) suscetibilidade das novatas - sugere que o fracasso das organizações diminui com a idade; b) suscetibilidade das adolescentes - defende que o fracasso cresce inicialmente e depois diminui com a idade; c) suscetibilidade da senescência ou obsolescência - propõe que a mortalidade aumenta com a idade.

O presente estudo contribui com o entendimento da dinâmica das mortalidades e da diversidade dos BMs no Brasil.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a evolução da população de BMs no Brasil a partir da diversidade organizacional, idade e mortalidade dessas instituições financeiras.

Os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

1. Analisar a diversidade dentro da forma organizacional dos BMs em funcionamento;
2. Identificar a dependência da idade nas taxas de mortalidade dos BMs;
3. Identificar a relação entre origem, idade e mortalidade dos BMs.

Em relação ao objetivo específico 1, o presente estudo realiza uma análise da forma organizacional dos BMs que estavam em atividade no Brasil em dezembro/2009, considerando-se que há diferenças entre as organizações selecionadas pelo ambiente dentro de uma mesma população. Destaca-se que a diversidade organizacional refere-se ao conjunto de formas organizacionais, e que pode ser observada sob o ponto de vista das variações dentro e entre as formas organizacionais (HANNAN, FREEMAN, 1989, p.9; HANNAN, 2005, p.54). Portanto, este objetivo tem o intuito de analisar a variação dentro da forma organizacional denominada BM.

Para atingir este objetivo, obteve-se a formação de grupos bancários; nesse sentido, salienta-se que pesquisas anteriores sugerindo segmentação do setor bancário nacional, utilizando dados a partir de demonstrativos contábeis e do número de agências já foram realizadas, como por exemplo, o estudo de Gonzalez, Savoia e Gouvêa (2008), no entanto, esses trabalhos foram abordados sob outras perspectivas teóricas, que se diferenciam da Teoria Ecológica das Organizações.

No que se refere ao objetivo específico 2, este trabalho pretende identificar o tipo de suscetibilidade que atinge os BMs, se é a das novatas, a da adolescência ou a da obsolescência/senescência.

No tocante ao objetivo específico 3, esta pesquisa propõe analisar se o segmento de origem influencia na idade de cancelamento da autorização para funcionamento dos BMs, como também, se as taxas desses cancelamentos se diferenciam, dependendo do segmento de origem do banco.

No desenvolvimento desta pesquisa foi elaborada uma matriz de amarração (APÊNDICE A), contendo o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, os principais autores utilizados no referencial teórico e, resumidamente, as conclusões deste trabalho.

Cumprido esclarecer que poucos estudos sob a ótica da Teoria Ecológica foram desenvolvidos no Brasil, o que destaca a contribuição desta pesquisa nos estudos no campo da Teoria da Administração no país.

Além do mais, cabe lembrar a relevância econômica e social dos BMs em uma sociedade e, ainda destacar que, conforme consta na página eletrônica do Bacen, as principais instituições que exercem a intermediação financeira no país estão constituídas como BMs, que oferecem vários serviços bancários à sociedade.

Esta dissertação está desenvolvida em mais cinco seções. A primeira delas diz respeito ao referencial teórico utilizado, englobando os temas: Teoria Ecológica das Organizações e alguns de seus conceitos básicos; formas e populações organizacionais; diversidade organizacional; e a relação entre idade e mortalidade. Depois, discute-se sobre o objeto de estudo, ou seja, a população de BMs no Brasil. Na sequência, é apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa com o intuito de se atingir os objetivos propostos. Posteriormente, há a análise dos resultados obtidos e, por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ABORDAGEM DA TEORIA ECOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES

No início da década de 70 surgiu uma teoria organizacional que provocou amplos debates e que atingiu destaque nos estudos em Administração, a Teoria da Ecologia Organizacional.

Naquela época a ênfase dos estudos das organizações era na mudança adaptativa da organização, e a Teoria Ecológica surgiu com um enfoque de tendência mais macro para as análises organizacionais, sendo uma abordagem que destaca o processo de seleção ambiental.

Baseada em pesquisas de diferentes ecólogos, Hannan e Freeman (1977) apresentaram a nova proposta, mudando a ênfase dos estudos organizacionais, de uma visão adaptativa para a seletiva.

Nesse sentido, os citados pesquisadores sugeriram que a ecologia populacional das organizações deveria estudar as distribuições das organizações por meio das condições ambientais e limitações das estruturas organizacionais nos diferentes ambientes.

Inicialmente, a Teoria Ecológica das Organizações emprestou ideias da bioecologia, assim, inspirada em um texto publicado em 1959 na revista *American Naturalist*: “por que existem tantos tipos de animais?” (CALDAS; CUNHA, 2005, p.65), a questão central que norteou os estudos dos ecólogos organizacionais foi: “por que existem tantos tipos de organizações?” (HANNAN; FREEMAN, 1977, p.936).

Segundo Hannan e Freeman (1989, p.7), a questão tem o objetivo de especificar a origem do crescimento da diversidade (como a criação de novas formas organizacionais), como também, a origem da diminuição da diversidade (como a exclusão competitiva de formas organizacionais).

O modelo da seleção natural responde a essa questão examinando a natureza e a distribuição de recursos no ambiente desenvolvendo uma forte perspectiva ambiental, defendendo que fatores ambientais selecionam as organizações que melhor se adaptarem ao ambiente (ALDRICH; PFEFFER, 1976).

De acordo com Baum (1996, p.135), “os ecólogos organizacionais procuram explicar como as condições políticas, econômicas e sociais afetam a relativa abundância e diversidade de organizações e tentam justificar sua composição mutante ao longo do tempo”.

Além disso, a seleção natural permite uma visão mais macro das relações entre as organizações e o ambiente, pois seu enfoque não são as organizações individuais, mas as características estruturais e demográficas de populações completas de organizações. (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983).

Nesse sentido, assinalam Caldas e Cunha (2005, p.66) que “a ecologia organizacional mudou o foco de atenção das árvores – as organizações individualmente consideradas – para a floresta – as populações organizacionais”.

Ainda, conforme sintetiza Aldrich (1987), a perspectiva populacional se distingue dos outros modos de estudar as organizações por três suposições: a) a unidade de análise é a organização ou a população, não os indivíduos; b) as mudanças organizacionais são vistas como um processo de seleção ambiental; e c) a teoria e a pesquisa sob a perspectiva populacional assumem que as mudanças organizacionais somente podem ser analisadas com análises longitudinais da evolução organizacional, enfatizando os nascimentos e os fracassos organizacionais.

Além do mais, na visão de Aldrich e Pfeffer (1976, p.82, tradução nossa), “estudiosos que utilizem do modelo da seleção natural em suas análises longitudinais, podem, de uma forma segura, negligenciar a análise de processos intraorganizacionais”.

Segundo Mckelvey e Aldrich (1983), a seleção natural exerce uma forte influência nas populações de organizações, no entanto, acreditam que esse não é o único fator que atua nessas populações. Na visão desses estudiosos, tanto as pessoas como o ambiente devem ser objeto de análise dos pesquisadores organizacionais. Portanto, esses autores acreditam que os comportamentos individuais nas organizações influenciam as variações nas organizações individuais, no entanto, o processo de seleção natural evidencia as formas das organizações que sobreviveram, caracterizando o sucesso de toda população.

A posição dos autores foca duas variáveis principais na vida e no fracasso das organizações, sendo uma interna (competência) e outra externa (ambiente).

No conceito de Mckelvey (1982), a competência da organização é determinada por um conjunto de elementos que envolvem conhecimentos e habilidades relacionados com a habilidade da sobrevivência da organização. O autor enfatiza que esses elementos de competência existem nas pessoas da organização, e são complicados e difíceis de serem aprendidos.

Conforme esclarecem Hannan, Pólos e Carroll (2007), as pesquisas ecológicas têm progredido por meio de pesquisas empíricas relacionadas com uma variedade de fragmentos

teóricos, como por exemplo: inércia estrutural e mudança, estrutura do nicho, formas e populações organizacionais, dependência da idade, diversidade organizacional, entre outros.

Esta pesquisa enfatiza três dos temas citados, sejam eles, formas e populações organizacionais, idade, e diversidade. No entanto, antes de um maior aprofundamento sobre esses itens, a seguir apresenta-se um breve resumo sobre a inércia estrutural e a estrutura do nicho, tendo em vista que são conceitos básicos da Teoria Ecológica das Organizações e, por vezes, são referidos neste trabalho.

Portanto, essa teoria, baseada na seleção natural, assume que o relacionamento entre a organização e seu ambiente explica as diferenças entre as organizações sobreviventes. Tendo em vista que as organizações são afetadas pelo ambiente, seus modelos estratégicos e a sua tomada de decisão são formulados de acordo com esse relacionamento. Logo, a Teoria Ecológica das Organizações oferece contribuições no campo da estratégia administrativa (BATAGLIA; MEIRELLES, 2009).

2.2 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA ECOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES

Para Hannan e Freeman (1977), a habilidade de adaptação das organizações é limitada, tendo em vista a existência de processos que geram uma inércia estrutural.

Nota-se, portanto, que os ecologistas populacionais reagiram à perspectiva de adaptação, usando o argumento de que esse processo exagera o grau de flexibilidade que os gestores das organizações têm para ajustar suas formas estruturais, conforme os diferentes ambientes (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983).

De acordo com Hannan e Freeman (*ibid.*), as pressões inerciais podem surgir tanto de fatores estruturais internos à organização (despesas irreversíveis já investidas, restrições de informações e de política interna, restrições geradas pela história da organização), como também de fatores externos (barreiras fiscais e legais para entrada e saída dos mercados, restrições de informações, legitimidade, problema da racionalidade coletiva).

Todavia, a inércia estrutural não pode ser vista como um fator negativo para as organizações, já que ela permite a percepção de uma receita de sucesso que possa ser replicada, podendo ser um aspecto fundamental sobrevivência das organizações (CALDAS; CUNHA, 2005).

Convém esclarecer, também, que o modelo da ecologia populacional é baseado na noção de que os recursos ambientais são estruturados em forma de nichos.

Segundo a definição de Hannan e Freeman (1977, p.947), “nicho consiste de todas aquelas combinações de níveis de recursos por meio dos quais a população pode sobreviver e se reproduzir”.

Assim sendo, conforme esclarecem Baum e Sing (1994), toda organização ocupa um determinado nicho, que é caracterizado por um conjunto de capacidades e de recursos organizacionais.

No entanto, conforme afirmam Astley e Van de Ven (1983) os nichos não são manipulados por organizações individuais, além do mais, lembram que as organizações são limitadas na sua habilidade de se adaptarem a diferentes nichos.

Devido à inércia, se o nicho ocupado por uma organização não apresenta recursos suficientes que sustentem uma forma particular de organização, essa forma se tornará obsoleta e será extinta. Simultaneamente, os recursos são transferidos para novas áreas, criam-se novos nichos e, conseqüentemente, surgem novas formas organizacionais.

Por esse ângulo, conforme explicam Astley e Van de Ven (1983), conclui-se que a seleção ambiental é o principal instrumento de mudança organizacional. Portanto, segundo esses autores, o conceito de nicho enfoca as populações organizacionais e não as organizações individuais, tendo em vista que a distribuição de recursos formadores de nichos dá suporte a espécies completas de organizações.

Os estudiosos da Teoria da Ecologia Organizacional defendem que a mudança organizacional é possível, no entanto é um fenômeno populacional, e rejeitam as abordagens que defendem que a mudança organizacional ocorre sempre que for necessária (CALDAS; CUNHA, 2005).

Diante do exposto, percebe-se que a Teoria da Ecologia Organizacional sugere que organizações que atuam em um mesmo nicho competem pelos mesmos recursos escassos, refletindo a luta pela sobrevivência das organizações.

As organizações que ocupam um mesmo nicho tendem a apresentar a mesma forma organizacional, um aspecto que será tratado no próximo item.

2.3 FORMAS E POPULAÇÕES ORGANIZACIONAIS

A definição de formas organizacionais envolve uma compreensão intuitiva, de maneira que elas estão rotuladas por atividades, como por exemplo, escolas, hospitais, etc. No entanto, o estudo teórico sobre esse constructo apresenta amplos debates em torno de sua definição (ALDRICH; RUEF, 2006, p.114; ALDRICH, 2006, p.28; ROMANELLI, 1991).

Conforme afirmam Hsu e Hannan (2005), após anos de estudos sob a perspectiva da Teoria Ecológica das Organizações, a noção fundamental de forma organizacional permanece obscura. “Infelizmente, há pouco consenso em como se definir formas” (HSU; HANNAN, 2005, p.475, tradução nossa).

Do ponto de vista de Hannan e Freeman (1986), na literatura da Ecologia Organizacional, a definição de formas organizacionais pode ser apresentada por dois modelos principais.

O primeiro deles refere-se a um modelo baseado na analogia desse conceito organizacional com a estrutura genética, como a estudada na biologia. Assim, as formas organizacionais seriam como as estruturas de proteínas de DNA, que carregam um conjunto de informações para a construção das estruturas, que pode ser denominado de *blueprints*. Portanto, Hannan e Freeman (1977; 1986) sugerem que as formas organizacionais, por analogia, podem ser definidas como sendo instruções para a construção de organizações e para a condução de ações coletivas.

Segundo Hannan e Freeman (1977), pode-se considerar que a forma organizacional é caracterizada quando se identifica classes de organizações que são relativamente homogêneas na sua relação com o ambiente, como se possuíssem o mesmo DNA. Nesse sentido, esses estudiosos consideram que a forma organizacional é o que caracteriza a organização, envolvendo um conjunto de regras, funções e atividades, com o objetivo de transformar os insumos em produtos finais.

O outro modelo de definição da forma organizacional está relacionado com o nicho estrutural (HANNAN; FREEMAN, 1984). Conforme já mencionado neste trabalho, o nicho de uma população é a combinação de recursos na qual uma forma organizacional pode existir, portanto, pode ser visto como sendo uma “função de encaixe” entre uma forma organizacional e os recursos utilizados por ela.

Este citado modelo indica a dualidade existente entre nichos e formas organizacionais, pois os nichos definem as formas, por sua vez, as formas definem os nichos.

Segundo Hannan e Freeman (1986), quatro propriedades são úteis para a classificação das organizações em determinadas formas organizacionais: os objetivos, as formas de autoridade, a tecnologia utilizada e as estratégias de marketing.

Esses citados autores destacam essas propriedades porque acreditam que por meio delas a configuração inicial de uma organização pode ser vista em dimensões que envolvem tanto a sua dependência do ambiente como a sua estratégia de longo prazo.

Romanelli (1991) também apontou para as divergências e a falta de um consenso no conceito de forma organizacional. A autora assinala que o conceito mais utilizado de forma organizacional está relacionado às “características de uma organização que a identifica como uma entidade distinta e, ao mesmo tempo, a classifica como um membro de um grupo de organizações similares” (ROMANELLI, 1991, p.81-82, tradução nossa).

Por sua vez, na visão de Hsu e Hannan (2005, p.487, tradução nossa) as formas organizacionais “representam um tipo específico de identidade organizacional coletiva”. Ser classificada como uma forma organizacional faz parte da identidade de uma organização.

Hsu e Hannan (2005) defendem que formas e populações devem ser definidas em termos de identidades sociais. Para tanto, os autores utilizam a proposta apresentada por Pólos, Hannan e Carroll (2002) que se refere à identidade como sendo um conjunto de códigos sociais, de regras, que especifica as características que a audiência espera que uma determinada organização possua.

Os referidos códigos representam as expectativas padrões que a audiência possui sobre as propriedades organizacionais, portanto, esses códigos podem ser reforçados pelas diversas audiências que as organizações possuem, seja dentro delas, como os seus empregados, ou fora delas, como os órgãos reguladores, os consumidores, entre outros.

O interessante é que alguns desses audientes sabem da existência dos códigos sociais, e pode acontecer que cada um desses audientes apresente expectativas diferentes e, por vezes, conflitantes para uma mesma organização (HSU; HANNAN, 2005; PÓLOS; HANNAN; CARROLL, 2002).

Apresentando uma nova visão sobre o assunto, Pólos, Hannan e Carroll (*ibid.*) defendem que uma população pode ser definida como sendo um conjunto de entidades existentes com uma identidade externa mínima comum, em um sistema limitado, e em um período de tempo. Enquanto a identidade se aplica a uma organização individual, a forma se aplica a classes de organizações.

Portanto, Pólos, Hannan e Carroll (2002), por acreditarem que o conceito de forma organizacional até então apresentado era limitado, propõem um novo modelo, segundo o qual

as formas organizacionais podem ser definidas como códigos culturais, afirmando que são categorias com alto nível de legitimação.

Além do mais, esses autores defendem que o conceito de forma organizacional deve ser útil para: a) a definição da população a ser estudada; b) a configuração de propriedades, como a estrutura (arquitetura) da organização; c) a distinção entre características centrais e periféricas.

Nota-se que Hannan e Freeman (1984, p.156-157) esclarecem as diferenças entre as características centrais e periféricas.

As características centrais da organização são as que definem a sua forma organizacional e englobam quatro propriedades: a) metas – envolvendo o direcionamento da legitimidade e dos recursos para atingir os objetivos da organização; b) forma de autoridade – o modo de relacionamentos dentro da própria organização, como também, e entre a organização e seus membros; c) tecnologia principal – refletida no investimento de capital, infraestrutura e habilidades dos empregados da organização; d) estratégia de marketing – os tipos de clientes que a organização atende e os meios pelos quais ela consegue atrair recursos do ambiente.

Por sua vez, as características periféricas são mais fáceis de serem mudadas que as centrais, e incluem, entre outros aspectos, número e tamanho de subunidades, número de níveis hierárquicos, controles, padrões de comunicações.

Mckelvey (1982) esclarece que organizações de determinada forma apresentam características centrais comuns, mas as periféricas podem ser diferentes.

Ainda, considerando-se a dinâmica evolucionária das organizações, conforme sugerem Aldrich e Ruef (2006, p.114), há duas dimensões úteis para se diferenciar as perspectivas existentes a respeito de formas organizacionais.

A primeira leva em consideração o foco relacionado com a percepção, apresentando as perspectivas de um modo objetivo e subjetivo.

Já a segunda considera o foco relacionado com os limites das organizações e, portanto, a definição pode ser vista em relação às características internas e externas aos limites das organizações (Quadro 1).

Quadro 1 – Perspectivas sobre formas organizacionais

Foco relacionado com o papel da percepção	Foco relacionado com os limites das organizações	
	Interno	Externo
Objetivo	<i>Blueprints</i>	Nichos
Subjetivo	Identities Organizacionais	Códigos Culturais

Fonte: Adaptado de Aldrich e Ruef (2006, p.115)

Conforme explicam Aldrich e Ruef (2006, p.115), as perspectivas mais tradicionais tendem a focar os aspectos internos das organizações. Este é o caso de Hannan e Freeman (1977), que conceituam forma baseada em *blueprints*.

A perspectiva externa envolve os estudos de Hannan e Carroll (1984), que relacionam forma aos nichos de recursos, como também, os de Pólos, Hannan e Carroll (2002) com a definição de formas organizacionais em termos de códigos culturais, que permitem aos audientes classificarem as organizações.

No que se refere ao conceito de população organizacional, convém esclarecer que, no início dos estudos da Teoria Ecológica, Hannan e Freeman (1977, p.936) definiram que “a população consiste de todas as organizações dentro de uma fronteira particular que têm uma forma comum”.

Segundo Baum (1996, p.135-136), o conceito de população utilizada na Teoria em questão envolve “um conjunto de organizações engajadas em atividades similares e com padrões similares de utilização de recursos”.

Assim sendo, de acordo com o autor, as populações formam-se como resultado de um processo que acaba por separar um tipo de organização de outro, como por exemplo, incompatibilidades tecnológicas e ações institucionais, tais como regulamentações do governo.

Carroll e Hannan (2000, p.59) esclarecem que os ecólogos definem formas como uma especificação abstrata de tipos de organizações, por sua vez, populações são as manifestações concretas desses tipos, limitados no tempo e no espaço.

Percebe-se, portanto, que o fator que pode explicar a ocorrência e a distribuição de diferentes formas organizacionais em diferentes condições ambientais, é a vulnerabilidade recíproca da população ao ambiente em que está situada (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983).

De acordo com Aldrich e Ruef (2006, p.179) populações e formas organizacionais refletem uma dualidade de definição. Populações consistem em organizações que são parecidas em alguns pontos essenciais; uma forma organizacional incorpora as características que permitem aos observadores identificar que uma organização pertence a uma população particular.

Mckelvey também foi outro estudioso que tentou esclarecer as diferenças entre populações e formas organizacionais.

Na visão do autor, populações (ou espécies) foram definidas como sendo “um grupo de organizações que necessitam de competências similares para produzirem um produto ou serviço que seja essencial para sua sobrevivência” (MCKELVEY, 1982, p.24, tradução nossa).

Por sua vez, a forma organizacional envolve “elementos da estrutura interna, de processos e de integração de subunidades, que contribuem para unidade de toda organização e para a manutenção de suas atividades características, funções ou natureza” (MCKELVEY, 1982, p.107, tradução nossa).

Diante do exposto, nota-se que formas organizacionais apresentam diversas definições, dependendo da perspectiva analisada, no entanto, não há convergência para uma definição comum.

Além do mais, percebe-se que esse conceito de formas organizacionais apresenta dualidades, conforme apontadas por estudiosos do tema (Quadro 2).

Quadro 2 – Dualidade na definição de formas organizacionais

Autores	Dualidade entre conceitos
Hannan e Freeman (1986)	nichos e formas organizacionais
Aldrich e Ruef (2006)	populações e formas organizacionais

Fonte: Elaboração da autora

Aldrich e Ruef (2006, p.179) acreditam que a dualidade da definição entre populações e formas organizacionais surge do próprio problema empírico de como uma dada organização pode ser mapeada em uma forma organizacional. Na prática, as formas são definidas com rótulos comuns e estão presentes em censos e listas telefônicas, por exemplo.

No entanto, Ruef (2000), por meio de uma investigação em organizações da saúde dos Estados Unidos, no período de 1965 a 1994, percebeu que esta prática de rotular pode apresentar aspectos subjetivos e inúmeras dificuldades.

Entre outros resultados, o autor apontou falhas na prática de classificação das organizações, como os seguintes exemplos: a) o uso de rótulos comuns para formas organizacionais que sejam diferentes, como é o caso da classificação de uma organização no rótulo geral de “hospital”, sendo que ela pode ser classificada como um hospital especializado ou não; b) organizações híbridas (organizações que apresentam mais de uma forma organizacional) poderiam ser classificadas em formas organizacionais múltiplas.

Na opinião de Hsu e Hannan (2005), a obtenção das especificações de formas organizacionais e das fronteiras entre as populações são grandes desafios para os pesquisadores.

Muitos estudos apresentam as populações como sendo as categorias das indústrias, outros como sendo nichos dentro das indústrias, e ainda, existem os que parecem não utilizar nenhuma noção convencional da indústria.

Segundo Aldrich e Ruef (2006, p.179), o caso de muitos pesquisadores utilizarem o termo população e indústria como tendo mesmo significado é um problema mais semântico do que operacional.

Geralmente, economistas industriais utilizam o termo indústria, por sua vez, ecologistas organizacionais utilizam o termo população. Na prática, tanto os economistas industriais quanto os ecologistas organizacionais utilizam a mesma base de dados para suas análises.

No que se refere ao estudo dos limites entre as formas organizacionais, Hannan e Freeman (1986) explicam que devem ser considerados dois processos opostos: o processo de segregação e o de integração.

Se o processo de segregação é o dominante, as discontinuidades das formas organizacionais são bem marcadas e a distinção entre as formas refletem diferenças reais.

Um exemplo desse caso são os fatores tecnológicos que criam fronteiras entre as formas organizacionais em termos do modo de produção, construção e comercialização. Outro importante mecanismo de segregação é o criado a partir de processos institucionais.

Assim, considerando-se que o mecanismo de segregação cria fronteiras determinadas entre as formas, pode-se dizer que o processo de integração destrói as fronteiras entre elas, aumentando a diversidade de formas.

A desinstitucionalização é um exemplo do processo de integração, que ocorre quando leis ou regras de maneira geral que mantêm fronteiras entre as organizações são relaxadas.

Foi o processo que ocorreu quando as fronteiras existentes entre bancos e outras instituições financeiras foram minimizadas nos Estados Unidos, em 1981, tendo em vista que um ato governamental permitiu que não somente os bancos, mas também outras instituições financeiras oferecessem serviços de saque a seus clientes.

Tendo em vista a amplitude de conceituações teóricas sobre formas e populações organizacionais, nota-se que o tema é de relevância no campo dos estudos organizacionais.

Segundo Ruef (2000) e Aldrich e Ruef (2006, p.180), percebe-se que, geralmente, os pesquisadores analisam o surgimento de uma nova população organizacional porque esse processo está intimamente ligado ao atendimento das necessidades e problemas sociais.

Conforme esses autores, o surgimento de uma população ocorre mais por meio de um processo do que de um evento discreto, assim sendo, por vezes, os observadores têm dificuldades em identificar o ponto exato de sua origem.

Ruef (2000) acredita que os eventos vitais de surgimento de uma organização, como os casos de, por exemplo, normas legais ou início de operação, também podem ser utilizados para se determinar o surgimento de uma forma organizacional.

Além do mais, conforme sugerem Aldrich e Ruef (2006, p.180-182), o ponto preciso do surgimento de uma população está intimamente relacionado com o conceito de forma organizacional, que por sua vez, depende da perspectiva de análise do pesquisador (como já citado anteriormente, se o foco é objetivo ou subjetivo, e/ou interno ou externo).

Logo, segundo a análise sob uma perspectiva externa, uma forma organizacional surge por meio de processos que estão além das organizações individuais, como o caso de iniciativas regulatórias, novidades tecnológicas, patentes, etc.

Para comunidades organizacionais sujeitas a fortes pressões institucionais e tecnológicas, como planos de saúde e bancos, marcos regulatórios geralmente oferecem provas do surgimento de uma nova população.

Diversas visões sobre o conceito de formas e populações organizacionais foram apresentadas, apontando para a importância do tema para o estudo das organizações.

O Quadro 3 sintetiza os conceitos de forma e de população organizacional, conforme a posição de diversos autores citados neste trabalho.

Quadro 3 – Conceitos de Forma e População Organizacional

Autores	Forma organizacional	População organizacional
Hannan e Freeman (1977)	Conjunto de regras, funções e atividades, com o objetivo de transformar os insumos em produtos finais.	Todas as organizações dentro de uma fronteira particular que têm uma forma comum, isto é, a população é a forma à medida que ela existe ou é compreendida dentro de um sistema específico.
Mckelvey (1982)	Elementos da estrutura interna, de processos e de integração de subunidades, que contribuem para unidade de toda organização e para a manutenção de suas atividades características, funções ou natureza.	Um grupo de organizações que necessitam de competências similares para produzirem um produto ou serviço que seja essencial para sua sobrevivência.
Hannan e Freeman (1984)	Definido pelo nicho estrutural, que é um conjunto de recursos que dão suporte a uma forma organizacional	Organizações que apresentam as mesmas dependências ambientais e, portanto, apresentam a mesma função de encaixe (nicho).
Romanelli (1991)	Características de uma organização que a identifica como uma entidade distinta.	Organizações com características similares.
Baum (1996)	N/A	Conjunto de organizações engajadas em atividades similares e com padrões similares de utilização de recursos.
Carroll e Hannan (2000)	Especificação abstrata de tipos de organizações.	Manifestações concretas dos tipos de organizações, limitadas no tempo e no espaço.
Pólos, Hannan e Carroll (2002)	Tipo de identidade codificada socialmente.	Conjunto de entidades existentes com uma identidade externa mínima comum, em um sistema limitado, e em um período de tempo
Hsu e Hannan (2005)	Tipo específico de identidade organizacional coletiva.	Também deve ser definida em termos de identidade social.
Aldrich (2006)	Específica configuração de objetivos, limites, e atividades.	N/A

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que investigações sobre as dimensões das formas organizacionais podem ser utilizadas para a identificação das delimitações entre as populações organizacionais, ou para a análise de uma forma organizacional. O item a seguir explora as dimensões das formas organizacionais.

2.3.1 DIMENSÕES DAS FORMAS ORGANIZACIONAIS

Certamente, as organizações são diferentes, mas não seria útil, na visão da Teoria Ecológica das Organizações, no entanto, analisar cada uma delas como sendo únicas, com

suas características próprias, portanto, identificá-las por forma organizacional traz benefícios para os estudiosos dessa teoria.

No entanto, as formas organizacionais que estão em um mesmo ambiente, competem pelos recursos disponíveis e apresentam respostas diferentes a esse ambiente. Tendo em vista que há diferenças entre as organizações selecionadas pelo ambiente dentro de uma mesma população.

O conceito de forma organizacional adotado para a análise de suas dimensões está baseado nos estudos de Hannan e Freeman (1977; 1984). Logo, focando aspectos internos da organização, a ênfase deste trabalho é nos *blueprints*, por outro lado, focando aspectos externos da organização, a ênfase é nos nichos de recursos.

Nesse sentido, Meirelles, Yoshida e Palmaka (2010), baseando-se na literatura da ecologia organizacional e por meio da técnica de análise de conteúdo, identificaram quatro dimensões das formas organizacionais das instituições financeiras no Brasil, que estão implícitas na legislação: identidade, objetivos, recursos, controle e autoridade (Quadro 4).

Quadro 4 - Aspectos legais e dimensões correspondentes da forma organizacional

Aspecto Legal	Dimensões correspondentes da forma organizacional
Denominação social	Identidade
Objeto social	Objetivos
Capital mínimo e patrimônio líquido	Recursos
Propriedade e natureza da sociedade	Controle e autoridade

Fonte: Meirelles, Yoshida, Palmaka (2010)

Conforme assinalam os pesquisadores, a forma organizacional não é o objetivo último da edição de um regulamento normativo, uma vez que, por vezes, o seu conteúdo não traz, explicitamente, a definição da forma organizacional.

De acordo com o citado estudo, cada uma dessas dimensões da forma organizacional corresponde a uma categoria de análise, que estão relacionadas aos aspectos legais correspondentes (Quadro 5). A identidade é captada na legislação pela denominação social, que deve apresentar expressões obrigatórias, como no caso dos BMs, ter em sua denominação o termo “Banco”. Os objetivos são deduzidos a partir do objeto social, que se subdivide em atividades e público-alvo. A dimensão recursos pode ser avaliada a partir de, por exemplo, o montante inicial de capital integralizado e patrimônio líquido. A propriedade e a natureza da sociedade captam aspectos da dimensão de controle e autoridade.

Quadro 5 - Categorias em análise e indicadores da forma organizacional

Categorias	Indicadores	Unidades representativas
Identidade	Denominação social	Expressão obrigatória (“Administradora de Consórcio”; “Arrendamento Mercantil” “Banco”; “Banco de Desenvolvimento”; “Banco de Investimento”; “Cooperativa”; “Corretora Títulos e Valores Mobiliários”; “Corretora de Câmbio”; “Crédito Imobiliário”; “Crédito, Financiamento e Investimento”; “Companhia Hipotecária”; “Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários”; “Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte”)
Objetivos	Objeto social	Atividades (administração, assessoria, câmbio, captação, compra e venda corretagem, crédito, distribuição, financiamento, intermediação, subscrição)
		Público-alvo (Bolsa de mercadorias e futuros; Empresas de pequeno porte; Mercado de commodities; Pessoas Físicas; Pessoas Jurídicas)
Recursos	Capital e Patrimônio mínimos	Capital inicial integralizado e patrimônio líquido Associados Operações Tipos de carteiras
Controle e autoridade	Propriedade	Pública, sem fins lucrativos Pública, com fins lucrativos Privada, sem fins lucrativos Privada, com fins lucrativos
	Natureza da Sociedade	Associações de pessoas físicas Associações de pessoas jurídicas Sociedade anônima Sociedade empresária limitada

Fonte: Meirelles, Yoshida, Palmaka (2010)

As dimensões apontadas auxiliam na demarcação dos limites entre as populações organizacionais, tendo em vista que a diversidade no mundo organizacional é considerada elevada, assunto tratado no próximo item.

2.4 DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL

Conforme explicam Hannan e Freeman (1986) um dos pontos básicos de estudo da Teoria Ecológica das Organizações é a diversidade das formas organizacionais. A questão inicial que impulsionou as pesquisas do modelo ecológico das organizações é: “por que há tantos tipos de organizações?”.

Convém esclarecer que a diversidade organizacional, na visão dos ecólogos, refere-se ao extenso conjunto de formas organizacionais, pois na perspectiva da teoria em foco, a variação da diversidade é identificada em pacotes, que são chamados de formas

organizacionais; além do mais, a diversidade pode ser encontrada dentro e entre essas formas (HANNAN, FREEMAN, 1989, p.9; HANNAN, 2005, p.54).

Nota-se que o conceito de diversidade organizacional empregado na Teoria Ecológica das Organizações difere da visão da Teoria da Firma de Penrose (2006, p.179), tendo em vista que segundo a citada autora, a diversificação é uma oportunidade que está relacionada com os recursos produtivos da própria firma, que englobam os recursos materiais (bens tangíveis) e os recursos humanos. Além do mais, a diversificação é considerada uma oportunidade e, ao mesmo tempo, uma estratégia de defesa que permite a sustentabilidade do crescimento da firma.

Assim sendo, a visão de diversificação de Penrose (2006) tem como foco a firma. Por outro lado, na visão da ecologia organizacional, conforme Hannan e Freeman (1986), a diversidade é uma propriedade de uma população ou comunidade organizacional, portanto, no estudo das dinâmicas da diversidade, os ecologistas desenvolvem análises sobre a população ou comunidade organizacional.

Pesquisas apresentam diversas visões sobre o mundo organizacional, indicando que ele é mais turbulento e precário do que ordenado e previsível, e é caracterizado por grande diversidade em formas organizacionais, estruturas, culturas e práticas (HANNAN, 2005, p.54).

Segundo a Teoria em questão, as formas organizacionais são afetadas por mudanças sociais, sejam no ambiente social ou político, e a sua diversidade pode ser moldada pela competição (HANNAN e FREEMAN, 1986; ALDRICH, 2006, p.30).

De acordo com Hannan e Freeman (1986; 1989), a diversidade das formas organizacionais é proporcional à diversidade da disposição e da restrição dos recursos.

Caldas e Cunha (2005) explicam que por meio da seleção as formas organizacionais não ajustadas ao ambiente são eliminadas, ao passo que as mais ajustadas sobrevivem e defendem que a própria seleção cria a diversidade organizacional e explica o motivo de existir diferentes configurações de organizações ao longo do tempo.

Sob a ótica da seleção, segundo Hannan e Freeman (1986), a explicação das variações e mudanças organizacionais envolve a análise das características das organizações e sua distribuição por meio das taxas de nascimento e de mortalidade, fusão e mudanças de suas formas. No caso da mortalidade organizacional, vale destacar que, segundo afirmam os autores, o foco dos estudos ecológicos não é explicar a mortalidade por si, mas entender a dinâmica da diversidade organizacional, ou seja, como as mudanças sociais afetam a diversidade de organizações existentes na sociedade.

A demografia das corporações permite a análise da diversidade organizacional, observando as suas alterações, ou seja, se ela cresce ou não em uma determinada sociedade. Estudos realizados mostraram que a diversidade organizacional exerce importantes consequências na economia e nas estruturas individuais e sociais (CARROLL; HANNAN, 2000, p.439).

Fujiwara-Greve e Greve (2000) analisaram o efeito da diversidade organizacional na mobilidade de trabalhadores. Para tanto, esses autores pesquisaram a história da carreira de 1000 homens na Noruega, em 1971. O estudo confirmou que, quanto maior a diversidade no tamanho organizacional (número de empregos) e a desigualdade na distribuição das vagas em um mercado de trabalho, os trabalhadores tendem a mudar de emprego dentro do setor no qual já atuavam, ou seja, há maior mobilidade dos trabalhadores dentro do setor do mercado e menor entre os setores.

De acordo com Carroll e Hannan (2000, p.439-442), a diversidade organizacional, geralmente, está associada com a diversidade de produtos, e em um ambiente turbulento a diversidade organizacional apresenta vantagens. No entanto, não se deve considerar que esse tipo de diversidade traz somente vantagens, pois problemas podem existir, como, por exemplo, muitos recursos podem ser explorados parcialmente.

Segundo Hannan e Freeman (1986) o Estado exerce papel fundamental ao provocar a diversidade das formas organizacionais por meio da regulação da ação social e econômica, tendo em vista que a sua atuação altera o tamanho das distribuições das organizações, fortalecendo ou não as formas existentes, como também criando novas formas organizacionais. Este é o caso do setor de intermediação financeira, foco deste estudo.

O próximo item explora os diferentes processos de surgimento de uma nova forma organizacional, no qual se enfatiza o processo de hibridização, considerando-se que é o meio pelo qual houve o surgimento dos BMs.

2.4.1. HIBRIDIZAÇÃO

Mckelvey (1982), baseado na analogia com a Biologia, propõe um modo de analisar a diversidade organizacional a partir do estabelecimento de uma ordem hierárquica das organizações, levando-se em consideração que, por meio desse processo, é possível observar as variações das formas organizacionais.

Essa ordem hierárquica permite ver as organizações em um arranjo por classificações, no qual elas dividem atributos similares. Cada grupo (população) composto apresenta menos similaridades com o anterior.

A base para a classificação hierárquica das populações é a divisão e a redivisão de grupos de organizações ao longo do tempo. O processo ocorre da seguinte forma: alterações ambientais provocam modificações nas formas organizacionais existentes, que por sua vez, resultam em diferenciações nas populações organizacionais, o que pode fazer com que novas divisões ocorram, surgindo novas formas organizacionais.

Novas formas organizacionais surgem praticamente de duas maneiras: anagênese e cladogênese (MCKELVEY, 1982, p.256).

A anagênese é um tipo de processo evolutivo, no qual não ocorre a ramificação. Surge quando uma forma organizacional evolui para uma nova forma organizacional, não havendo aumento na diversidade.

É um processo lento de adaptação da organização ao meio ambiente, e ao final desse processo, uma nova forma organizacional pode ser reconhecida.

A Figura 1 ilustra uma anagênese: em um ambiente, no tempo t_1 , existe uma forma organizacional que possui suas competências representadas pelas letras k, l, m, n, o . Com o passar do tempo, em t_2 , nota-se que se uma nova competência p é adicionada, e a k é eliminada. A forma organizacional existente no t_1 não é a mesma no t_2 , pois houve a evolução para uma nova forma, com um conjunto de diferentes competências. O mesmo processo ocorre entre t_2 e t_3 .

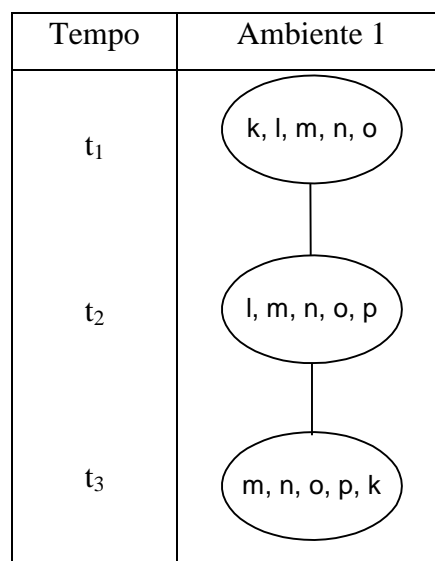


Figura 1: Evolução por Anagênese
Fonte: Adaptado de Mckelvey (1982, p.257)

A cladogênese, por sua vez, é outro tipo de evolução que gera ramificações. Ocorre quando uma nova forma organizacional surge de uma ou mais formas já existentes, e o seu ascendente pode continuar a existir por algum tempo depois, juntamente com a nova forma organizacional que surgiu, configurando, assim, um aumento no número de formas organizacionais existentes, ou seja, há um aumento na diversidade organizacional.

A Figura 2 ilustra um processo de cladogênese: no tempo t_1 , existem duas formas organizacionais distintas, em ambientes diferentes. Suas competências são representadas pelas letras a, b, c, d, e para uma delas, e para a outra, pelas letras f, g, h, i, j . Com o passar do tempo, em t_2 , as duas formas anteriores continuam existindo, no entanto, a partir das competências dessas duas, surge uma nova forma organizacional, em um ambiente distinto, de competências a, b, c, i, j .

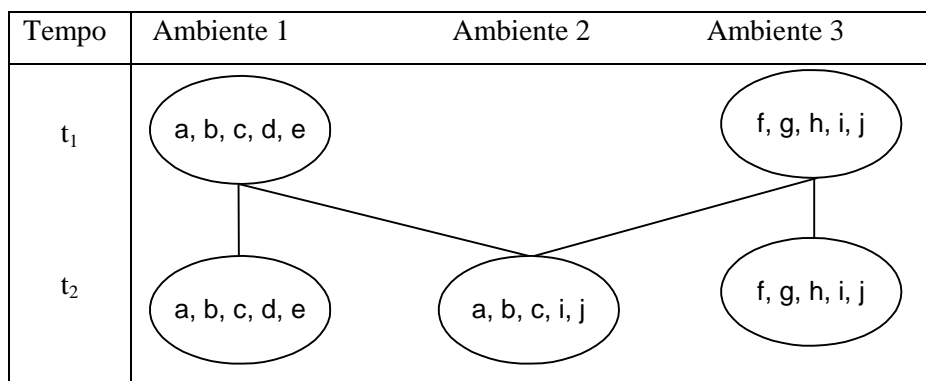


Figura 2: Evolução por Cladogênese
Fonte: Adaptado de Mckelvey (1982, p.257)

A hibridização é uma forma de cladogênese, na qual há a mescla de várias outras formas organizacionais existentes, resultando em uma nova forma organizacional híbrida, que lida com novos produtos ou serviços.

Segundo Mckelvey (1982), essa nova forma organizacional híbrida que surge terá que lidar com competências que ainda não existem, e, portanto, terá que criá-las, a partir das já existentes.

Por serem novos, os produtos ou serviços existem em um novo ambiente, no qual a competição, os mercados, as rotinas e as operações também são diferentes. Logo, uma forma organizacional híbrida tem que lidar com pessoas que possuem diferentes competências de suas ocupações prévias e que trabalham juntas para o desenvolvimento de uma nova competência.

O referido pesquisador assinala que o processo de hibridização é comum, que pode ser observado nas invenções que surgiram a partir da mistura de elementos de competências já existentes formadas por outros produtos para a formação de novos produtos (como o trem a vapor, o automóvel, o telefone, entre outros); como também, nas identificações de novos serviços que foram criados a partir da mistura de pessoas com diferentes conhecimentos técnicos (como o psicoterapeuta, o profissional de saúde física, entre outros).

Tendo em vista que os BMs surgiram da mescla de outras formas organizacionais já atuantes no Sistema Financeiro Nacional, por analogia, pode-se considerar que o surgimento dos BMs no Brasil se deu por meio do processo de hibridização.

Hannan e Freeman (1989, p.50), reconhecem a importância de estudos baseados na genética organizacional, como o de McKelvey, para pesquisas ecológicas e evolucionárias das organizações, no entanto, entendem que não basta que a forma organizacional que dê origem a uma nova forma seja de sucesso, para garantir que essa nova forma criada também seja bem sucedida.

A seleção de uma forma organizacional se dá por meio da dinâmica do ambiente e se reflete nas taxas de nascimento e mortalidade. Conforme assinalam Aldrich e Ruef (2006, p.208), as referidas taxas sinalizam o perfil das organizações selecionadas. Posto isto, o próximo item refere-se à relação entre idade e as taxas de mortalidade das organizações.

2.5 A RELAÇÃO ENTRE IDADE E MORTALIDADE

De acordo com os esclarecimentos de Freeman, Carroll e Hannan (1983), a perspectiva ecológica tenta explicar a probabilidade de as formas organizacionais persistirem em sua existência.

Afirmam Hannan e Freeman (1986) que o foco dos estudos ecológicos não é explicar a mortalidade por si, mas entender a dinâmica da diversidade organizacional, ou seja, como as mudanças sociais afetam a diversidade de organizações existentes na sociedade.

Explicam esses dois autores que, do ponto de vista da Ecologia Organizacional, não importa se o desaparecimento de uma forma organizacional foi causado porque cada organização em uma população foi absorvida por organizações de diferentes formas, ou se elas tenham sido desmembradas.

Em cada caso, a estrutura social foi mudada, e uma forma distinta de ação social foi perdida. Conforme definido por Hannan e Freeman (1989), o fim de uma organização ocorre

quando ela cessa o desempenho de suas ações rotineiras que sustentam sua estrutura, que mantêm o contínuo fluxo de recursos e a dedicação de seus membros.

Nesse sentido, esses pesquisadores esclarecem que há, no mínimo, quatro tipos de mortalidades (ou fracassos) organizacionais: a dissolução, a absorção por outra organização (incorporação), a fusão, e a mudança de sua forma organizacional. Conforme afirmam os autores, cada processo de fracasso apresenta diferentes relacionamentos com a idade.

Os modelos de mortalidade organizacional precisam atentar aos tipos de fracasso, como também ao fato de que as organizações morrem por vários fatores, incluindo mudanças bruscas no ambiente e processos internos; além do mais, organizações de mesma idade e em um mesmo ambiente apresentam diferentes taxas de mortalidade, pois as populações são heterogêneas (FREEMAN; CARROLL; HANNAN, 1983).

Cabe ressaltar que a taxa de mortalidade organizacional é definida como sendo a razão entre o número de organizações que morreram em um determinado período de tempo, e o total de organizações existentes na população. Percebe-se, às vezes, que as taxas de mortalidade se apresentam maiores que as de nascimento e a população diminui, como aconteceu com o setor de manufatura no Japão, em meados dos anos 90 (ALDRICH; RUEF, 2006, p.209-210).

Conforme já citado neste trabalho, os efeitos das características organizacionais nas taxas de mortalidade podem ser realizados por meio de uma análise demográfica.

Pesquisas empíricas baseadas na Teoria Ecológica apresentam diferentes temas de estudo, entre os tópicos de maior importância encontra-se a questão da dependência da idade nas taxas de mortalidade organizacional. Os estudos referentes à relação entre idade organizacional e a probabilidade de mortalidade tem merecido destaque nos estudos ecológicos e por isso, tem sido objeto de estudo por mais de 75 anos. A teoria e a pesquisa sobre a dependência da idade perguntam como e por que a idade das organizações tem importância para a sua estrutura e sobrevivência (HANNAN; PÓLOS; CARROLL, 2007, p.19).

Convém esclarecer que, de acordo com Carroll e Hannan (2000, p.284), em pesquisas organizacionais a idade organizacional é o período de tempo que a organização está em uma população específica. Portanto, conforme esclarecem os citados autores, se, por exemplo, uma organização já existente entra em outro setor de indústria, a entidade é considerada uma nova organização, e a sua idade organizacional é aquela contada a partir do momento em que ela entrou no outro setor, sem contar os anos anteriores, quando pertencia ao outro.

Hannan e Freeman (1989) afirmam que, sob o ponto de vista da Ecologia Organizacional, os efeitos da idade sobre as taxas de mortalidade são primordiais, de maneira que é praticamente impossível realizar estudos desse tema se não for considerada a dependência da idade.

Conforme explicam Carroll e Hannan (2000, p.281), há duas teorias principais que analisam os processos da dependência da idade na mortalidade.

Uma diz respeito às características estruturais das organizações, sendo que a inércia estrutural é o fator principal dessa visão. Considera-se que as organizações têm capacidades limitadas para atualizar suas principais estruturas assim que o ambiente muda, e que o esforço para as mudanças diminui a chance de vida organizacional. Já a outra teoria está relacionada com a dinâmica da história de vida das organizações, mais especificamente à proposta da suscetibilidade das novatas, ou melhor, o passar do tempo traz vantagens às organizações, como a melhora das suas capacidades, e de sua estrutura organizacional. Em suma, a chance de vida melhora com o envelhecimento

A literatura referente à relação entre a idade e a mortalidade organizacionais sugere que se deve considerar os seguintes riscos: i) da mortalidade diminuir com a idade, conhecido como a suscetibilidade das novatas; ii) da mortalidade crescer inicialmente e depois diminuir com a idade, conhecido como suscetibilidade da adolescência; iii) da mortalidade crescer com a idade, envolvendo a suscetibilidade da senescência e da obsolescência (HANNAN, 1998).

Por meio de teorias e por uso da lógica, Hannan (1998) formaliza os argumentos teóricos relevantes sobre o assunto envolvendo cinco conceitos: recursos iniciais; características ambientais, quando do surgimento da organização, que ficam marcadas nas organizações (*imprinting*); inércia estrutural; capacidade e vantagem da posição.

Os recursos iniciais estão relacionados com a quantidade e qualidade dos recursos (capital, crédito, suporte político, etc.) que a organização obteve para a sua fundação. Segundo essa visão, a taxa de mortalidade se mantém baixa durante o período de utilização dos referidos recursos, e depois quando eles são exauridos a taxa aumenta, o que implica em uma dependência da idade positiva, contrariando a suscetibilidade das novatas. No entanto, a suscetibilidade da adolescência e os argumentos da suscetibilidade da obsolescência e da senescência ainda são válidos.

Considerando-se que os tipos de organizações que surgem refletem a estrutura social do período de suas fundações, o *imprinting* está fortemente relacionado com as condições ambientais no momento do nascimento da organização. Essas características ambientais quando do surgimento da organização provocam marcas profundas que tendem a ser inertes.

Logo, a adequação entre organização e ambiente está diretamente relacionada com a idade organizacional, sendo que a qualidade da adequação diminui com a idade, o que implica em uma dependência da idade positiva.

Conjuntamente, as ações do *imprinting*, da inércia e da mudança ambiental, explicam a suscetibilidade da adolescência.

E os estudos sobre o efeito da capacidade (habilidade organizacional de executar rotinas e resolver problemas) indicam que a dependência da idade na mortalidade organizacional pode ser negativa ou positiva, resultando, respectivamente, na suscetibilidade das novatas ou na suscetibilidade da senescência, dependendo da linha de pensamento, ou seja, se as capacidades melhoram (STINCHCOMBE, 1965, *apud* HANNAN, 1998) ou se deterioram com o passar do tempo (BARRON; WEST; HANNAN, 1994).

Por fim, a vantagem da posição está relacionada com a posição da organização na estrutura social, como sua reputação, seu “*status*”, seu poder de mercado ou sua influência política. Apesar de que nem todas as vantagens obtidas pela posição têm ligação direta com a experiência da organização, não há argumentos que apontam que essas vantagens diminuam com a idade. Além do mais, uma vez atingida uma posição robusta, a organização apresenta vantagens em qualquer tipo de ambiente. Portanto, sob esse ponto de vista, defende-se que existe uma dependência da idade negativa.

Resumindo, o Quadro 6 apresenta os argumentos teóricos apresentados sobre a dependência da idade e a suscetibilidade correspondente.

Quadro 6 – Argumentos teóricos sobre a dependência da idade

Suscetibilidades	Argumentos Teóricos			
	Recursos	<i>Imprinting</i> e Inércia	Capacidade	Vantagem da Posição
das novatas			X	X
da adolescência	X			
da obsolescência e da senescência	X	X	X	

Fonte: Elaboração da autora

A seguir, discute-se cada uma das suscetibilidades citadas, incluindo algumas pesquisas que contribuíram para o estudo do assunto.

2.5.1 SUSCETIBILIDADE DAS NOVATAS

A idéia inicial dos ecólogos era a de que a suscetibilidade das novatas fosse estabelecida como um fato que ocorreria com as organizações em geral, no entanto, após estudos empíricos, verificaram-se divergências, devido ao surgimento de outros comportamentos organizacionais, que foram classificados como os outros tipos de suscetibilidades da relação idade e mortalidade (HANNAN, 1998).

Apesar desse fato, a realidade é que, vários trabalhos, inclusive recentes, fazem referência a essa suscetibilidade.

Conforme Freeman, Carroll e Hannan (1983), o estudo da suscetibilidade das novatas preocupa-se com os primeiros estágios do ciclo da vida organizacional.

Nesse sentido, o estudo sobre a suscetibilidade das novatas começou a ser realizado por Stinchcombe, que observou que as organizações mais novas apresentam taxas de fracassos mais elevadas do que as organizações mais velhas (HANNAN; FREEMAN, 1989; CARROLL; HANNAN, 2000, p.288).

Stinchcombe (1965, *apud* HANNAN; PÓLOS; CARROLL, 2007, p.150) apresentou quatro argumentos para explicar a vulnerabilidade das organizações mais novas, defendendo que essas organizações: a) precisam aprender suas habilidades técnicas e sociais; b) devem criar papéis, relacionamentos mútuos, e estruturas de sanções e premiações; c) têm que desenvolver o seu relacionamento com fornecedores, e a confiança leva um tempo para ser estabelecida; e d) apresentam falta de fortes ligações sociais com os que usam seus serviços. Além do mais, na visão de Stinchcombe, se uma população apresentar qualquer um desses quatro itens, ela apresenta a suscetibilidade das novatas.

Nota-se que, conforme assinalam Carroll e Hannan (2000, p.288), esses argumentos estão relacionados tanto a fatores organizacionais internos quanto ao seu ambiente de relacionamento.

A suscetibilidade das novatas tem sido analisada por diversos pesquisadores. Alguns estudos, como por exemplo, Carroll e Delacroix (1982), Carroll e Hannan (1989b), enfocaram apenas na identificação do tipo de suscetibilidade presente em uma determinada população.

Outras pesquisas, como Singh, Tucker e House (1986), Baum e Oliver (1991), analisaram a relação da legitimidade com a suscetibilidade das novatas, apresentando uma análise envolvendo a Teoria Institucional com a Teoria Ecológica.

Ademais, também foi levantada a relação dessa suscetibilidade com diversos aspectos, como a competição (FREEMAN, CARROL, HANNAN, 1983), mudanças organizacionais (AMBURGEY, KELLY, BARNETT, 1993), entre outros.

O Quadro 7 traz um resumo de alguns estudos envolvendo a suscetibilidade das novatas, indicando os autores que realizaram as pesquisas, a população objeto de estudo e as principais conclusões observadas pelos investigadores.

Percebe-se que, até mesmo pesquisas recentes optam por analisar esse tipo de suscetibilidade, inclusive após anos de estudos sobre o tema.

Quadro 7 – Estudos envolvendo a suscetibilidade das novatas

Autores	População	Conclusões
Carroll e Delacroix (1982)	Jornais da Argentina (1800-1900); Jornais da Irlanda (1800-1975)	A principal variação nas taxas de mortalidade ocorria nos seus primeiros anos de vida, observando que a seleção ambiental atuava com maior força nas organizações mais novas. A maturidade da indústria e a expansão geral da economia colaboram com a sobrevivência. Jornais que nascem em condições de turbulência política vivem mais do que os que nascem em condições estáveis.
Freeman, Carroll e Hannan (1983)	Sindicatos de trabalhadores, EUA (1860-1980); Jornais em 7 metrópoles, EUA (1800-1975); Indústria de semicondutores, EUA (1951-1979)	Identificaram a suscetibilidade das novatas, e defenderam que a suscetibilidade envolve aspectos relacionados aos efeitos do ambiente e do processo de competição nas organizações. A suscetibilidade das novatas depende da população estudada, como também, do tipo de mortalidade (dissolução, absorção ou fusão). A suscetibilidade do tamanho foi identificada, mas não eliminou a dependência da idade.
Singh, Tucker e House (1986)	Serviços sociais voluntários, em Toronto, Canadá (1970-1982)	Sugeriram que a falta de suporte institucional (legitimidade externa) existente nas organizações mais jovens, mais do que a falta de coordenação de processos internos, é um importante fator que gera a suscetibilidade das novatas, pois acarreta a falta de habilidade para o desenvolvimento de importantes relações com o ambiente.
Halliday, Powell e Granfors (1987)	Associações Estaduais de bares, EUA (1870-1920)	Sugeriram a existência da suscetibilidade das novatas para a população de associações, mas não para as associações individuais.
Carroll e Hannan (1989b)	Jornais de: São Francisco, Argentina, Irlanda, Little Rock, Springfield, Shreveport, Elmira, Lubbock, Lafayette (séculos XIX e XX), envolvendo mais de 5.200 jornais	Foi detectada a suscetibilidade das novatas para todas as populações estudadas.

Continua

Autores	População	Conclusões
Baum e Oliver (1991)	Creches em Toronto, Canadá (1971-1987)	Organizações que possuem ligações institucionais apresentam maiores chances de sobrevivência e, portanto, nestes casos, a suscetibilidade das novatas pode ser atenuada, com a obtenção da legitimidade no seu ambiente.
Amburgey, Kelly e Barnett (1993)	Jornais da Finlândia (1771-1963)	Mudanças organizacionais aumentam o risco da mortalidade. A suscetibilidade das novatas é percebida após as mudanças organizacionais, ocorre como se a organização voltasse no tempo e tornasse novata outra vez.
Shepherd, Douglas e Shanley (2000)	Sem especificação: estudo teórico	Novos empreendimentos apresentam altas taxas de mortalidade em seus primeiros anos de vida. O risco da mortalidade é apresentado como uma função da falta de conhecimento referente ao consumo, à produção e à gestão de tecnologias.
Phillips (2001)	Empresas de advocacia, Vale do Silício, EUA (1946-1996)	Suporte à suscetibilidade das novatas e conclusão de que existe uma relação negativa entre a chance de vida das organizações e a chance de promoção dos empregados. As empresas novas, pequenas, especialistas e com baixa reputação apresentam mais chances de falir, mas também são as que apresentam maior probabilidade de promover seus empregados.
Hager, Galaskiewics e Larson (2004)	Instituições de caridades públicas, em Minneapolis-St. Paul, EUA (1980-1994)	Há diferenças nas suscetibilidades das novatas entre as organizações que recebem fundos do governo e as que não recebem, pois nessas últimas esse tipo de suscetibilidade é mais acentuado.
Xie (2006)	Indústria farmacêutica de genéricos, EUA (1984-2004)	Percepção da suscetibilidade das novatas e sugestão de que empresas maduras possuem mais recursos e capacidades organizacionais e, portanto, conseguem diversificar mais.
Morse, Fowler e Lawrence (2007)	Empresas com imersão virtual	Modelo teórico que sugeriu que conexões interorganizacionais realizadas por meio de novas tecnologias (mundo virtual) podem diminuir a suscetibilidade das novatas.
Amorim (2010)	Sociedade de crédito ao microempreendedor, Brasil (1999-2008)	Não se confirmou a suscetibilidade das novatas. As taxas de fracasso aumentaram com o passar do tempo.

Fonte: Elaboração da autora

Apesar de Freeman, Carroll e Hannan (1983) sugerirem que o tamanho organizacional, como o capital ou no número de empregados, não elimina a suscetibilidade das novatas, percebe-se que muitas pesquisas que apontaram para a dependência da idade negativa uma importante variável não tinha sido observada: o tamanho da organização (BARRON; WEST; HANNAN, 1994; HANNAN, 1998; CARROLL; HANNAN, 2000, p.4).

Explicam Carroll e Hannan (2004, p.4) que pequenas empresas apresentam maior risco de fracasso, pois são mais sensíveis às mudanças ambientais, inclusive àquelas que não são consideradas mudanças bruscas. Além do mais, quase sempre a idade e o tamanho

apresentam correlações positivas em uma população. Dessa forma, um efeito aparente da idade pode ser um efeito do tamanho organizacional.

Segundo esses dois autores, pesquisas recentes mostram que, quando dados relativos ao tamanho das organizações são considerados, a suscetibilidade das novatas tende a desaparecer, e a suscetibilidade da obsolescência ou da senescência aparecem em muitos estudos.

Um ponto importante a ser observado é que esses estudiosos também comentam que, mesmo após o advento de se conseguir melhores bases de dados e melhores métodos estatísticos, muitos resultados de pesquisas vão de encontro com a idéia da existência de uma dependência negativa da idade nas taxas de mortalidade, apontando que a suscetibilidade das novatas ainda é observada em diversos estudos.

2.5.2 SUSCETIBILIDADE DA ADOLESCÊNCIA

De acordo com Carroll e Hannan (2000, p.289), estudos mostram que nem sempre a taxa de mortalidade declina monotonicamente desde o nascimento das organizações. Alguns resultados empíricos sugerem que as taxas de mortalidade crescem durante os anos iniciais da vida organizacional (enquanto os recursos iniciais estão sendo utilizados), atingem um pico, e depois começam a declinar com a idade.

Nota-se, portanto, que os adeptos a essa idéia continuam assumindo que o risco da mortalidade declina com a idade, após atingir o referido pico (BARRON; WEST; HANNAN, 1994; BAUM, 1996; CARROLL; HANNAN, 2000, p.289).

A explicação para este tipo de suscetibilidade está baseada, principalmente, nos recursos iniciais que as organizações possuem, pois são os que oferecem a oportunidade da organização começar bem o seu negócio. Enquanto as organizações tiverem seus recursos iniciais, não irão falir (HANNAN, 2005).

Brüderl e Schüssler (1990) mostraram que a suscetibilidade das novatas não conseguia representar o risco da mortalidade de organizações da Alemanha Ocidental, e introduziram o conceito de suscetibilidade da adolescência, propondo que as organizações apresentam uma fase adolescente, na qual o risco da mortalidade é baixo. Depois dessa fase, o risco da mortalidade atinge um nível elevado, seguido de um declínio constante. Portanto, o modelo proposto não é mais representado por um declínio monotônico do risco da

mortalidade com a idade organizacional, passando a ser uma relação não monotônica, em forma de “U” invertido.

Fischman e Levintal (1991) analisaram vários estudos empíricos referentes a relacionamentos organizacionais e sociais, e defenderam que a suscetibilidade da adolescência era presente em diversos casos.

Segundo esses dois autores, muitos relacionamentos organizacionais e sociais começam com um estoque inicial de ativos que podem ser de várias formas, como confiança, recursos financeiros, crenças, entre outros, e que esse referido ativo reduz o risco do relacionamento da organização dissolver, mesmo quando os primeiros resultados não são muito favoráveis. Esses autores denominam de lua-de-mel o período de tempo em que devido ao relacionamento organizacional ou social a organização está, relativamente, protegida do perigo de falir, mesmo apresentando resultados negativos. A duração desse período vai estar diretamente relacionada com a grandeza desses ativos.

Por sua vez, Brüderl, Preisdorfer e Ziegler (1992) realizaram estudos sob a ótica das teorias do capital humano – que dá ênfase às características do fundador como sendo importantes para a sobrevivência da empresa – e da ecologia em empresas que nasceram no período de 1985-1986 e que ainda estavam vivas em 1990, localizadas em Munich e Bavária, na Alemanha. Segundo os autores as duas teorias oferecem os fatores que influenciam a mortalidade de novas organizações.

O citado estudo englobou 1.849 empresas e os pesquisadores concluíram que as características organizacionais, principalmente o número de empregados, o montante do capital investido, e as estratégias organizacionais, são os fatores mais importantes na sobrevivência da empresa.

O trabalho destacou as características do fundador, especialmente os anos de escolaridade e de experiência de trabalho no setor, como sendo fatores que afetam diretamente e indiretamente a sobrevivência da organização.

Rao e Nielsen (1992) sugeriram que a relação entre idade e taxas de mortalidade das associações de poupança e empréstimos dos Estados Unidos da América, no período de 1960 a 1987, apresentava-se como uma relação não monotônica sob as características da suscetibilidade da adolescência.

Mahmood (2000) observou que o tipo de suscetibilidade em questão explicava as taxas de mortalidade nos setores da indústria dos Estados Unidos, classificadas pelo Sistema de Classificação da Indústria Norte Americana (*North American Industry Classification*

System – NAICS) com códigos de 2 e 3 dígitos, ou seja, classificadas por setor e subsetor, respectivamente.

O estudo englobou as pequenas empresas daquele país, no período de 1976-1986, e sugeriu que há diferenças consideráveis dentro e entre as indústrias de baixa, moderada e alta tecnologia classificadas com 2 dígitos.

O Quadro 8 relaciona, resumidamente, alguns estudos que detectaram a suscetibilidade da adolescência.

Quadro 8 – Estudos envolvendo a suscetibilidade da adolescência

Autores	População	Conclusões
Brüderl e Schüssler (1990)	Sem especificação: estudo de registros e baixas de empresas em Munich e Bavária, Alemanha Ocidental (1980-1989)	Introdução do conceito de suscetibilidade da adolescência, mostrando que a mortalidade depende dos recursos iniciais da organização, sendo o pico atingido entre 1 e 15 anos de existência.
Fischman e Levintal (1991)	Diversas: utilizaram estudos anteriormente analisados por eles e por outros pesquisadores.	Muitas organizações apresentam a suscetibilidade da adolescência. Quanto maior o estoque inicial de ativos, maior a probabilidade da organização não falir ao fim dos ativos iniciais, ou seja, logo após a sua fundação (período de lua-de-mel).
Brüderl, Preisendorfer e Ziegler (1992)	Sem especificação: estudo de empresas em Munich e Bavária, Alemanha Ocidental (fundações de 1985-1986 e ainda sobrevivendo em 1990)	Encontrada a suscetibilidade da adolescência, e também se percebeu a suscetibilidade das pequenas empresas. Características organizacionais (nº empregados, capital investido e estratégias) são os determinantes mais importantes na sobrevivência. Características do fundador (anos de escolaridade e experiências), também afetam, diretamente e indiretamente, a sobrevivência das empresas.
Rao e Neilsen (1992)	Associações de Poupança e Empréstimo, EUA (1960-1987)	Sugeriram uma relação não monotônica na população estudada, sob as características da suscetibilidade da adolescência.
Mahmood (2000)	Pequenas empresas dos segmentos classificados pelo Sistema de Classificação da Indústria Norte Americana (<i>NAICS</i>), com códigos de 2 e 3 dígitos, ou seja, classificadas por setor e subsetor, EUA (1976-1986)	A suscetibilidade da adolescência explica a relação da idade e da taxa de mortalidade para toda população estudada.

Fonte: Elaboração da autora

2.5.3 SUSCETIBILIDADE DA OBSOLESCÊNCIA E DA SENESCÊNCIA

A dependência da idade positiva também foi encontrada em estudos organizacionais, como por exemplo, o estudo de Carroll e Hannan (2000, p.285-287), no qual os autores analisaram a mortalidade dos bancos japoneses, no período de 1873 a 1945, mostrando que nessa população as taxas de cancelamento aumentavam com o passar do tempo.

As suscetibilidades da obsolescência e da senescência estão relacionadas com processos que atingem organizações mais velhas e propõem que a mortalidade aumenta com a idade (BAUM; AMBURGEY, 2002).

Barron, West e Hannan (1994) encontraram evidências de que a idade não protege as organizações do fracasso.

Nota-se que a suscetibilidade das novatas (dependência da idade negativa) e a suscetibilidade da obsolescência e da senescência (dependência da idade positiva) percorrem caminhos paralelos, assumindo diferentes pontos de vista do papel da idade sobre a capacidade e a posição das organizações (HANNAN, 1998).

A dependência da idade positiva pode ser explicada por duas razões, portanto, para sua melhor compreensão tem sido dividida em dois tipos: a suscetibilidade da obsolescência e a da senescência.

2.5.3.1 SUSCETIBILIDADE DA OBSOLESCÊNCIA

A proposta da suscetibilidade da obsolescência também nasceu de outra idéia de Stinchcombe (1965, *apud* BAUM; AMBURGEY, 2002, p.308), que assinalou que as organizações refletem a tecnologia social disponível na época do seu surgimento, ou melhor, que as organizações refletem o ambiente de sua fundação.

Se por um lado, alguns estudos revelam que organizações mais novas não vivem por muito tempo, outros revelam que mudanças bruscas no ambiente afetam mais as organizações mais velhas (CARROLL; HANNAN, 2000, p.289).

Segundo Baum (1996, p.144), as taxas de mortalidade organizacional aumentam com o tempo, porque o meio de ajuste ao ambiente que a organização apresenta vai se tornando obsoleto com o tempo.

Baum e Mezas (1992) estudaram os hotéis localizados em Manhattan, no período de 1898-1990, e sugeriram que os hotéis não exibiam a dependência da idade que declinava em

função com as taxas de mortalidade, ao contrário, sugeriram que os hotéis exibiam a suscetibilidade da obsolescência.

Barron, West e Hannan (1994) assinalam que as organizações mais velhas são vulneráveis para competir com seus rivais mais jovens. Por vezes, as estruturas organizacionais tornam-se obsoletas e velhas com a idade, tornando a organização incapaz de introduzir melhorias que são encontrados nos seus competidores mais jovens. Esses autores investigaram as associações de crédito na cidade de Nova Iorque, de 1914 a 1990, analisando os efeitos da idade, tamanho e densidade populacional nas taxas de fracasso e crescimento organizacionais, e sugeriram que velhas e pequenas instituições são mais prováveis de fracassar, enquanto que as novas e pequenas organizações apresentaram maiores taxas de crescimento.

Segundo esses três autores citados acima, uma dependência da idade positiva, ao contrário do que sugere a suscetibilidade das novatas, implica que a seleção opera de uma maneira mais geral, pois mudanças bruscas ambientais podem ter maiores efeitos em organizações mais velhas. Nesse sentido, esses autores defendem que, em ambientes estáveis, as taxas de mortalidade não variam com a idade organizacional, ou seja, elas são independentes da idade. Percebe-se, portanto, que esse cenário não atribui uma significância causal da idade organizacional em si.

Ranger-Moore (1997) analisou os efeitos do tamanho e da idade organizacionais nas taxas de mortalidade nas companhias de seguro de vida na cidade de Nova Iorque, no período de 1813 a 1985. Em sua análise, o autor encontrou evidências de que as grandes empresas sempre apresentam menores taxas de fracassos. Além do mais, o estudo, após o controle do tamanho organizacional, apontou para a existência da suscetibilidade da idade na população estudada, mais especificamente da suscetibilidade da obsolescência, indicando que a inércia organizacional é mais atuante em períodos de turbulência. Convém salientar que neste estudo a suscetibilidade da idade também não foi detectada em períodos de ambientes estáveis.

Portanto, cabe destacar que nos casos da suscetibilidade da obsolescência, o fator idade não exerce o papel principal no fracasso das organizações, sendo o seu principal motivo a inércia estrutural.

2.5.3.2 SUSCETIBILIDADE DA SENESCÊNCIA

A outra interpretação de Barron, West e Hannan (1994) sobre a dependência positiva da idade atribui significado destaque para a idade organizacional, denominada suscetibilidade da senescência.

Com o passar do tempo, as organizações acumulam regras, rotinas e estruturas que se tornam duráveis. Esse acúmulo diminui a habilidade de reação tempestiva dessas organizações frente a fatores ambientais que exigem mudanças rápidas; além do mais, a redução da eficiência das organizações ocorre, inclusive, em ambientes estáveis (BARRON; WEST; HANNAN, 1994; CARROLL; HANNAN, 2000, p.290; BAUM; AMBURGEY, 2002, p.308).

Segundo Hannan (1998), a suscetibilidade da senescência está relacionada a processos que diminuem a capacidade organizacional e argumenta que esses processos aumentam com a idade da organização. Logo, a suscetibilidade da senescência é explicada por meio do argumento de que com o passar do tempo, organizações desenvolvem limitações internas, precedentes e compromissos políticos impedindo que ela realize uma ação tempestiva quando necessária, diminuindo o seu desempenho e sua chance de sobrevivência.

O Quadro 9 traz um resumo de alguns estudos envolvendo a suscetibilidade da obsolescência e da senescência.

Quadro 9 – Estudos envolvendo a suscetibilidade da obsolescência e da senescência

Autores	População	Conclusões
Baum e Mezas (1992)	Hotéis em Manhattan, EUA (1898-1990)	Sugeriram que os hotéis não exibiam a dependência de idade que declinava em função das taxas de mortalidade, ao contrário, sugeriram que os hotéis exibiam a suscetibilidade da obsolescência
Barron, West e Hannan (1994)	Associações de crédito de Nova Iorque, EUA (1914-1990)	Evidências de que velhas e pequenas organizações são mais prováveis de morrer, enquanto jovens e pequenas organizações apresentam maiores taxas de crescimento. Controlando o tamanho organizacional, encontraram evidências de que a dependência da idade é positiva.
Ranger-Moore (1997)	Companhias de seguros de vida em Nova Iorque, EUA (1813-1985)	A inércia organizacional está mais presente em períodos de turbulência, sugerindo que a suscetibilidade na população estudada ocorreu mais por meio da suscetibilidade da obsolescência do que pela da senescência.
Carroll e Hannan (2000)	Bancos em Tóquio, Japão (1873-1945)	A população estudada apresenta uma dependência da idade positiva.

Fonte: Elaboração da autora

Cumprer ressaltar a existência de estudos que detectaram a existência de mais de uma suscetibilidade na população estudada.

Logo, convém esclarecer que, na visão de alguns estudiosos, como Henderson (1999), o estudo dos três tipos das suscetibilidades permite que eles sejam tratados como processos complementares.

Nesse sentido, convém destacar o trabalho de Henderson (1999) que trata as suscetibilidades estudadas como sendo processos complementares, mais do que como sendo processos de competição organizacional.

Assim sendo, o autor sugere que diferentes padrões da dependência da idade podem existir simultaneamente em uma determinada população.

O citado pesquisador estudou organizações de microcomputadores, nos Estados Unidos, no período de 1975-1992, e concluiu que a mortalidade organizacional varia com a estratégia tecnológica adotada pela organização.

Assim sendo, se a organização desenvolve a tecnologia internamente, detecta-se a suscetibilidade da obsolescência, no entanto, se a tecnologia é desenvolvida externamente, identifica-se a suscetibilidade da adolescência com pico entre 4-5 anos.

Thornhill e Amit (2003) estudaram a falência de empresas canadenses, no período de março a agosto do ano de 1996. Esses autores compararam os determinantes da mortalidade entre firmas que faliram precocemente e as que conseguiram superar as suscetibilidades das novatas e da adolescência.

Esses autores sugeriram que as falências nas organizações mais novas são devido às falhas da gestão do conhecimento e da habilidade da gestão financeira. Também chegaram à conclusão de que as organizações mais velhas morrem por não se adaptarem às mudanças ambientais.

Chambré e Fatt (2002) estudaram as organizações sem fins lucrativos de HIV/AIDS situadas em Nova Iorque, entre os anos de 1983 e 1998.

O referido estudo detectou a suscetibilidade das novatas, como também a da adolescência, e deu suporte à idéia que vários fatores, sejam eles, histórico, cultural, institucional e ecológico, necessitam ser levados em consideração em pesquisas que envolvam nascimentos, fusões e mortes organizacionais.

Segundo afirmaram Chambré e Fatt (2002), problemas organizacionais internos tiveram impacto limitado nas mortes dessas empresas, principalmente naquelas que utilizavam fundos públicos. Os autores destacaram, ainda, que as organizações são vulneráveis por diferentes razões, em diversos estágios do seu ciclo de vida.

Kasimoglu (2006) estudou organizações dos setores da agricultura e pecuária, da indústria e de serviços localizados em Canakkale, na Turquia, no período de 1963 a 1998.

Após sua análise, o autor sugeriu que as empresas morrem pela suscetibilidade das novatas e das adolescentes, no entanto, o risco da obsolescência também foi notado, tendo em vista que poucas organizações permaneciam vivas em uma idade mais avançada.

A seguir, o Quadro 10 apresenta, sucintamente, estudos que englobaram a análise de mais de um tipo de suscetibilidade.

Quadro 10 - Estudos envolvendo mais de um tipo de suscetibilidade

Autores	População	Conclusões
Henderson (1999)	Microcomputadores, EUA (1975-1992)	Trata os tipos de suscetibilidades estudadas como sendo processos complementares, mais do que como sendo processos de competição organizacional. Sugere que diferentes padrões de dependência da idade podem existir simultaneamente em uma determinada população. A mortalidade varia com a estratégia tecnológica adotada pela organização.
Thornhill e Amit (2003)	Sem especificação: estudo de falências de empresas, Canadá (março-agosto/1996)	Sugeriram que as empresas mais jovens não conseguem superar a suscetibilidade das novatas e da adolescência devido às deficiências da gestão do conhecimento e da habilidade da gestão financeira. Já as mais velhas, morrem por não se adaptarem às mudanças no ambiente.
Chambré e Fatt (2002)	Organizações sem fins lucrativos (HIV/AIDS), Nova Iorque, EUA (1983-1998)	Evidência da suscetibilidade das novatas e também da adolescência, ressaltando a necessidade de se considerar uma série de fatores (histórico, cultural, institucional e ecológico) no estudo de nascimento, fusões e fracassos organizacionais.
Kasimoglu (2006)	Organizações dos setores da agricultura e pecuária, da indústria e de serviços, em Canakkale, Turquia (1963-1998)	Evidências de que as empresas morrem com o risco das novatas e da adolescência. No entanto, o risco da obsolescência também foi notado.

Fonte: Elaboração da autora

De acordo com os resultados encontrados nas pesquisas empíricas, por vezes, somente um tipo de suscetibilidade é detectado e, por outras, mais de um tipo é identificado.

Conforme assinala Hannan (1998), analistas frequentemente utilizam dois ou mais processos citados para fazerem previsões sobre a relação entre idade e risco da mortalidade, além do mais, o referido autor acredita que a combinação entre as teorias são possíveis.

Por fim, convém assinalar que Pólos e Hannan (2002) apresentaram, por meio da lógica, um modelo que combina as referidas discussões sobre a dependência da idade, segundo o qual, a integração dessas citadas teorias implica em um padrão global de dependência da idade como sendo positiva.

3. A POPULAÇÃO DE BANCOS MÚLTIPLOS

Os BMs são instituições financeiras pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Portanto, para um melhor entendimento, convém esclarecer: a definição de instituições financeiras, e a composição do SFN.

Para os efeitos do artigo 17 da Lei 4.595/1964, consideram-se instituições financeiras as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

O Quadro 11 apresenta a composição do SFN, conforme consta na página eletrônica do Bacen.

Quadro 11 – Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bancos de Câmbio		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: página eletrônica do Bacen

Portanto, dentre as sociedades supervisionadas pelo Bacen estão:

- a) As instituições financeiras captadoras de depósito à vista, que englobam os seguintes tipos de sociedades: BMs com carteira comercial, Bancos Comerciais, Caixa Econômica Federal, Cooperativas de Crédito;
- b) As demais instituições financeiras envolvem: Agências de Fomento, Associações de Poupança e Empréstimo, Bancos de Câmbio, Bancos de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhias Hipotecárias, Cooperativas Centrais de Crédito, Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedades de Crédito Imobiliário, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte e;
- c) Os outros Intermediários Financeiros e Administradores de Recursos de Terceiros compreendem as seguintes sociedades: Administradoras de Consórcio, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades Corretoras de Câmbio, Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

Logo, o BM é uma instituição financeira supervisionada pelo Bacen, que é um órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

3.1 SURGIMENTO DA POPULAÇÃO DE BANCOS MÚLTIPLOS

O SFN surgiu em 1964, com uma visão de um sistema financeiro formado por instituições especializadas, porém, a Resolução 1.524/1988, que regulamentou os BMs, mudou esse enfoque, permitindo que estes bancos oferecessem a seus clientes diversos serviços financeiros.

De acordo com Andrezo e Lima (1999), nas décadas de 70 e 80 houve um processo de concentração e conglomeração das instituições financeiras, revelando que, na prática, o sistema de instituições especializadas não estava funcionando muito bem.

Esses autores entendem que o surgimento da citada Resolução foi o “reconhecimento da realidade existente no mercado de um sistema financeiro híbrido” (ANDREZO; LIMA, 1999, p.181).

Convém esclarecer que, apesar da observação dos citados autores, no sentido de que os BMs surgiram mesmo antes da edição da sua primeira regulamentação, este estudo enfoca

a análise dessa população a partir da Resolução 1.524/1988, tendo em vista que os dados referentes a esses bancos estão efetivamente registrados no Bacen a partir de 1988.

Assim sendo, levando-se em consideração: a) Aldrich e Ruef (2006, p.182), que assinalam que uma forma organizacional, sob uma perspectiva externa, pode surgir devido a iniciativas regulatórias, sobretudo para os casos de organizações sujeitas a fortes pressões institucionais, como o caso de bancos, marcos regulatórios, geralmente, são provas do surgimento de uma nova forma organizacional; b) Hannan e Freeman (1986), que também dão ênfase aos regulamentos e legislações como fatores que influenciam as fronteiras entre as populações organizacionais, definindo formas organizacionais; c) os dados sobre os BMs que estão disponíveis somente após a sua primeira regulamentação, em 1988; este estudo considera que o surgimento dos BMs se deu por meio da Resolução 1.524/1988.

A partir da citada Resolução, atualmente já revogada, o Conselho Monetário Nacional facultou aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento, a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, denominada Banco Múltiplo (BM).

Portanto, percebe-se que a própria Resolução que deu origem aos BMs permitiu que instituições já existentes e atuantes no SFN pudessem se organizar na forma de um BM.

Pode-se considerar, por analogia, conforme exposto no item 2.4.1 deste trabalho, que a forma organizacional dos BMs surgiu por meio da hibridização. A Figura 3 ilustra o referido processo, por meio do qual uma nova forma organizacional surge originariamente da mistura de outras formas organizacionais já existentes; assim, no caso exemplificado, o BM surgiu de um banco de investimento (BI) e de um banco comercial (BC), logo o BM que nasceu é formado por competências representadas pelas letras *a, b, c, g, j*, resultado da mescla das duas anteriores.

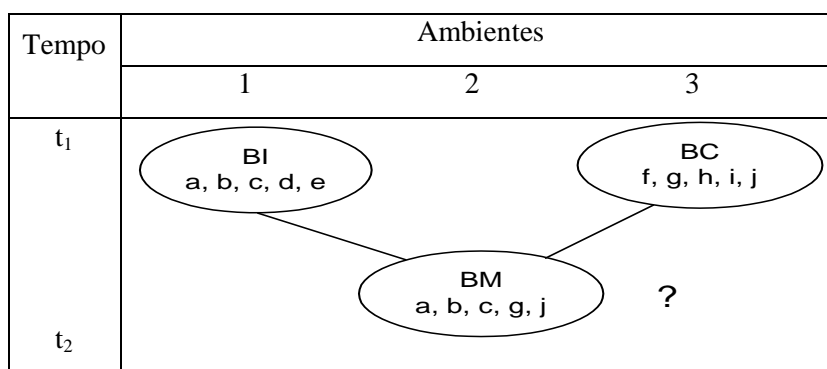


Figura 3 – Exemplo da formação de um BM (forma organizacional híbrida)
Fonte: Elaboração da autora, baseado em Mckelvey (1982, p.257)

Antes da edição da Resolução 1.524/1988, o SFN era composto por instituições especializadas, e após sua publicação, surge uma nova forma organizacional, que passa a oferecer todos os tipos de serviços financeiros a seus clientes.

À época, nos termos do Regulamento Anexo à citada Resolução, art. 1º, as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras poderiam ser exercidas por uma única instituição, desde que observassem as normas legais e regulamentares aplicáveis, por meio das seguintes carteiras: carteira comercial (regulamentação dos bancos comerciais); carteira de investimento (regulamentação dos bancos de investimentos); carteira de desenvolvimento (regulamentação dos bancos de desenvolvimento); carteira de crédito imobiliário (regulamentação das sociedades de crédito imobiliário); carteira de crédito, financiamento e investimento (regulamentação das sociedades de crédito, financiamento e investimento).

Depois, em 1994, de acordo com Fortuna (2004, p.37), quando da adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia, a carteira de arrendamento mercantil foi incluída como sendo mais um tipo de carteira que um BM também poderia possuir.

Um estudo realizado pelo Bacen sobre os bancos brasileiros após a Resolução 1.524/1988 revelou que com a edição dessa norma o sistema bancário expandiu, assim sendo, em dezembro/1994 havia 244 bancos no SFN, mais do que o dobro do número de bancos que existia antes da referida Resolução.

No entanto, o Plano Real mudou esse cenário, levando o sistema a uma tendência inversa, com a redução do número de bancos em atuação.

A Resolução 2.099/1994 (ANEXO B) regulamentou diversas regras, incorporando o Acordo de Basiléia, portanto, essa norma trouxe inovações para o SFN, incluindo, entre outras, regras de acesso, requerimentos de capital ajustados ao risco de crédito, medidas corretivas e penalidade para instituições infratoras.

Atualmente, a Resolução 2.099/1994 apresenta três anexos, desde sua edição sua redação já passou por diversas alterações, nos termos de outras resoluções, no entanto é um normativo que determina aspectos importantes das instituições financeiras em geral.

3.2 FORMA ORGANIZACIONAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS

Por ser uma instituição financeira, o objeto social e os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido dos BMs são estabelecidos expressamente por normas e regulamentos.

O objeto social, conforme definido no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf), “é um elemento constitutivo da sociedade, expresso em cláusula estatutária ou contratual, por meio do qual se estabelecem os fins para os quais a sociedade foi constituída, aos quais todos os sócios aderem e vinculam-se”.

De acordo com o Sisorf, toda instituição financeira deve incluir em sua denominação a expressão que identifique seu objeto social. Além disso, a denominação social de uma instituição financeira não pode apresentar identidade ou semelhança com outra instituição já existente, inclusive se as sociedades envolvidas possuírem gêneros de atividades diferentes, pois a utilização de denominações semelhantes pode causar perplexidade ao público, aos investidores e aos usuários. No caso do BM, a denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução 2.099/1994).

Conforme informações na página eletrônica do Banco Central, referente à composição do SFN, os BMs podem ser definidos como:

Instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público (Resolução 2.099/1994, Regulamento anexo I, art.7º).

Nota-se que este tipo de instituição financeira deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento.

Segundo Carroll e Hannan (2000, p.442), a diversidade organizacional está tipicamente associada à diversidade de produtos. No caso dos BMs, a diversidade de produtos está relacionada com os tipos de carteira que atuam, sendo que por meio de cada uma delas, esses bancos realizam atividades distintas, atingindo diferentes grupos de clientes.

Com a carteira comercial os BMs exercem suas atividades como se fossem bancos comerciais, e, portanto, podem captar depósitos à vista e de poupança, e proporcionam

suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.

Operando com a carteira de investimento, conforme art. 1º da Resolução 2.624/1999, esses bancos podem captar depósitos a prazo, como também, realizar operações financeiras de médio e longo prazos, financiando a atividade produtiva no suprimento de capital fixo e de giro. Segundo Fortuna (2006, p.32), o principal objetivo de um banco de investimento é a dilatação do prazo das operações de empréstimos e financiamentos, para ajudar no processo de capitalização das empresas.

A Resolução 394/1976, Regulamento Anexo, artigo 4º, com a redação dada pela Resolução 2.325/1996, dispõe que os bancos de desenvolvimento proporcionam o suprimento de recursos para o financiamento, em médio e longo prazos, de programas e projetos que tenham o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dos estados da Federação onde tenham sede, apoiando prioritariamente o setor privado.

Ademais, o crédito habitacional pode ser oferecido aos clientes desses bancos por intermédio da carteira de crédito imobiliário.

Ao atuar com a carteira de arrendamento mercantil, o principal objetivo de um banco é a prática de operações de leasing de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, nos termos da Resolução 2.309/1996, Regulamento anexo, artigos 3º e 11.

A carteira de crédito, financiamento e investimento permite que a atuação do banco seja direcionada para o crédito ao consumidor, para a aquisição de bens e serviços às pessoas físicas e jurídicas, e de capital de giro às pessoas jurídicas, consoante Resolução 45/1966, II e Resolução 1.092/1986, I, “a” e “b”. O objetivo dessas instituições financeiras, esclarece Fortuna (2006, p.33), é o financiamento de bens de consumo duráveis, por meio do crédito direto ao consumidor.

O Quadro 12 apresenta, sucintamente, as carteiras operacionais dos BMs e seus correspondentes objetivos.

Quadro 12 – Carteiras operacionais dos BMs

Carteiras Operacionais	Objetivos
Comercial	Depósito à vista, poupança
Investimento	Investimento a médio e longo prazos
Imobiliário	Habitação
Arrendamento Mercantil	Leasing
Crédito, Financiamento e Investimento	Crédito ao consumidor (consignados, compra de veículo, e outros)
Desenvolvimento (BM públicos)	Projeto de desenvolvimento econômico (Estado da sede)

Fonte: Elaboração da autora

Resumindo, as principais características gerais da forma organizacional dos BMs, definidas pelas normas, estão expostas no Quadro 13, por meio do qual nota-se que todos os BMs devem ter como expressão obrigatória em sua denominação a palavra “Banco”. Além disso, percebe-se que o capital e o patrimônio líquido mínimos exigidos, assim como o objeto social, estão relacionados com os tipos de carteira que os BMs atuam.

Quadro 13 – Forma organizacional geral dos BMs

Expressão Obrigatória na Denominação Social	Capital e Patrimônio Mínimos	Objeto Social
<p>“Banco”, esclarecido que essa exigência não é suprida pelo uso da expressão “Bank” ou outra expressão estrangeira semelhante.</p> <p>Se constituídos sob o controle acionário de cooperativas centrais de crédito: “Banco Cooperativo”. Resolução 2.788/2000, art. 1º, § 3º.</p>	<p>R\$17.500.000,00 (para carteira comercial)</p> <p>R\$12.500.000,00 (para carteira de investimento e/ou de desenvolvimento)</p> <p>R\$7.000.000,00 (para carteira de crédito, financiamento e investimento; de crédito imobiliário; e/ou de arrendamento mercantil).</p> <p>Resolução 2.099/1994, com redação dada pela Resolução 2.607/1999.</p>	<p>Operações típicas das instituições singulares correspondentes às carteiras que possui.</p> <p>Resolução 2.099/1994, Regulamento anexo I, art. 7º.</p>

Fonte: Elaboração da autora

Conforme consta na página eletrônica do Bacen, referente aos papéis dos intermediários financeiros, os BMs oferecem vários serviços bancários a seus clientes, portanto, são as principais instituições de intermediação financeira, tendo em vista que as outras instituições são mais especializadas.

A seguir apresenta-se a metodologia empregada neste estudo a fim de atingir seu objetivo, indicando as técnicas estatísticas utilizadas: a análise de agrupamentos, a distribuição Weibull e o teste qui-quadrado.

4 METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa utilizada neste trabalho é o método quantitativo e descritivo, e a base de dados utilizada foi obtida junto ao Bacen, órgão supervisor dos BMs no Brasil, e refere-se:

- a) aos BMs cancelados, englobando o período de 1988 a 2009 (total 152 BMs), constando a forma organizacional de origem, a data da autorização para funcionamento, a data do cancelamento e o tipo de cancelamento (se por incorporação ou liquidação, por exemplo);
- b) à relação dos BMs autorizados a funcionar no país, em dezembro de 2009 (total de 140 BMs), constando a forma organizacional de origem, a data da autorização para funcionamento, o capital social integralizado, o patrimônio líquido, o número de agências, o número de carteiras, as carteiras operacionais autorizadas, e o tipo de controle (nacional ou estrangeiro).

Esclarece-se que as técnicas estatísticas e os modelos empregados nesta pesquisa, apresentados a seguir, estão organizados na ordem dos três objetivos específicos propostos: a) análise da diversidade dentro da forma organizacional dos BMs em funcionamento; b) identificação da dependência da idade nas taxas de mortalidade dos BMs; c) identificação da relação entre origem, idade de cancelamento e mortalidade dos BMs.

4.1 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS

4.1.1 ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS (CLUSTERS)

A análise de agrupamentos (*clusters*) agrega objetos semelhantes de acordo com as características que eles possuem.

Portanto, o foco desse tipo de análise é comparar objetos com base na variável estatística, que é um conjunto de variáveis que corresponde às características que são utilizadas para se realizar a comparação de objetos. Este tipo de análise resulta em formação de grupos que devem apresentar pouca variação interna – entre membros que constituem um grupo– e elevada variação externa – entre os grupos (HAIR JR. et al., 2006, p.384).

Dois pressupostos básicos devem ser observados na análise de agrupamentos: a representatividade da amostra e a multicolinearidade entre as variáveis (POHLMANN, 2007, p.327).

Segundo Hair Jr. et al. (2006, p.394), a representatividade da amostra é relevante porque permite que os resultados sejam generalizados para a população. A multicolinearidade corresponde ao grau em que uma variável é explicada por outras variáveis. Valores altos de multicolinearidade podem complicar a interpretação da variável estatística, pois torna mais difícil a análise do efeito de qualquer variável individual, devido às inter-relações entre variáveis.

Os pacotes estatísticos disponíveis para auxiliarem as análises permitem o emprego de diferentes métodos para a mensuração da similaridade, um conceito fundamental para a análise de agrupamentos e corresponde a uma “medida de correspondência ou semelhança entre os objetos a serem agrupados” (HAIR JR. et al., 2006, p.392).

De acordo com Pohlmann (2007, p.333), os métodos para a mensuração da similaridade mais utilizados são: medidas de correlação, medidas de distância e medidas de associação. Os dois primeiros métodos são usados para análise de dados quantitativos, enquanto o último é para dados qualitativos.

As medidas correlacionais representam similaridade de acordo com os padrões das características das variáveis e não com a magnitude dos valores. Altas correlações representam similaridades, por sua vez, as baixas correlações correspondem à falta de similaridades. Medidas de distância, como a distância euclidiana, são as mais utilizadas na análise de agrupamentos; quanto maior os valores dessas medidas, menor é a similaridade (HAIR JR. et al., 2006, p.392-393).

As medidas de distância são sensíveis a dados não padronizados. Conforme esclarecem Pestana e Gageiro (2005, p.542), se a padronização não for realizada, a medida de distância reflete o peso das variáveis que apresentam maiores valores e dispersões.

Dessa forma, grupos baseados em medidas de correlação podem não apresentar valores similares, mas, padrões similares; já os baseados em medidas de distância, podem apresentar valores mais similares entre as variáveis, no entanto, os padrões podem ser diferentes (POHLMANN, 2007, p.336).

No que se refere à aplicação da análise de agrupamentos, há dois tipos de procedimentos utilizados: o método hierárquico e o não hierárquico.

O método hierárquico é considerado método de aglomeração, tendo em vista que o agrupamento formado numa etapa posterior inclui agrupamentos da etapa anterior e assim sucessivamente.

Devido a esse procedimento de formação de agrupamentos, com junções de soluções anteriores, com a aplicação de procedimentos hierárquicos cria-se algo como se fosse uma

árvore representando a aglomeração, denominado dendograma ou gráfico em árvore. O dendograma é utilizado para auxiliar o processo de escolha do número adequado de agrupamentos a serem formados, quanto maior é a distância até que dois agrupamentos se encontram, maior é a diferença entre eles (PESTANA; GAGEIRO, 2005, p.540).

Por sua vez, o método não hierárquico não envolve a criação do dendograma, pois a formação dos agrupamentos não é baseada na combinação dos anteriores, mas na descoberta de melhor solução, a partir da definição do número de grupos a serem formados.

Para que o método funcione adequadamente é indicado que haja a seleção de pontos sementes, que são usados como estimativas iniciais das médias dos agrupamentos. Uma das dificuldades enfrentadas por pesquisadores é justamente a indicação desses pontos sementes (HAIR JR. et al., 2006, p.402).

Este estudo adota os dois métodos, hierárquico e não hierárquico. Conforme Hair Jr. et al. (*ibid.*), a combinação de ambos os métodos, é uma abordagem que consegue unir os benefícios dos dois métodos empregados.

No que se refere ao método hierárquico, convém salientar que há diferentes procedimentos hierárquicos de agrupamento.

A distância entre dois agrupamentos, no método Ward, corresponde à soma dos quadrados entre os dois grupos, feita sobre todas as variáveis. Esse procedimento tende a combinar agrupamentos com pequeno número de observações, a produzir grupos com o mesmo número de observações aproximadamente, e a minimizar as diferenças internas entre os grupos (HAIR JR. et al., 2006, p.401-402).

Segundo esclarecem Hair Jr. et al. (*ibid.*), uma análise de agrupamentos não apresenta uma solução única, portanto, a solução final depende do julgamento do próprio pesquisador, sendo considerada por muitos, como sendo até subjetiva, pois cabe ao pesquisador a decisão final de quantos agrupamentos devem ser considerados.

4.1.2 DISTRIBUIÇÃO WEIBULL

A distribuição Weibull, conforme explicam Shigley, Mischke e Budynas (2004, p.64), não tem sua origem na estatística clássica e nem faz parte de estudos de estatística elementar, é uma distribuição assimétrica, empregada, principalmente, em experimentos de confiabilidade, para estudos de tempo de vida de equipamentos e de estimação de falhas, no entanto, por ser flexível, é largamente empregada em outras áreas de estudo.

Essa distribuição foi inventada por Waloddi Weibull, em 1937, que defendia que poderia ser aplicada para vários tipos de problemas. A análise de falhas existentes e previsões, mesmo com uma amostra pequena, como também a apresentação de um gráfico útil e simples para o estudo das falhas são vantagens que a distribuição apresenta (ABERNETHY, 2004, p.1-3).

A função densidade de probabilidade de uma variável aleatória contínua $f(x)$, também conhecida como função de frequência de falhas, de dois parâmetros é definida pela Weibull da seguinte maneira (NELSON, 2004, p.36):

$$f(x) = \frac{\beta}{\alpha^\beta} (x)^{\beta-1} \exp [-(x/\alpha)^\beta] \quad x, \beta, \alpha > 0$$

Onde:

β - parâmetro de forma (inclinação da distribuição);

α - parâmetro de escala ou vida característica;

x - tempo, ciclo.

Nota-se que α e x possuem a mesma dimensão (hora, idade, tempo até a falha, entre outros) e β é adimensional.

A Figura 4 mostra a distribuição Weibull, indicando a variação da inclinação da distribuição, dependendo dos valores de β .

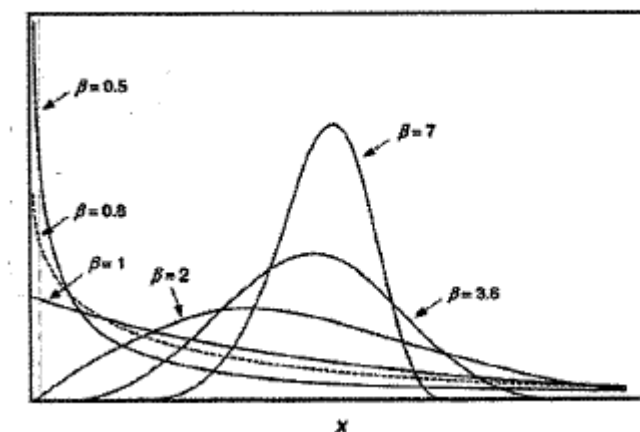


Figura 4 – Função densidade de probabilidade com diferentes betas
Fonte: DODSON (2006, p.7)

Caso $\beta=1$, a distribuição Weibull passa a ser uma distribuição exponencial; se $\beta=2$ é equivalente à distribuição Rayleigh; se $1 \leq \beta \leq 3,6$ equivale a uma log-normal; e caso $3 \leq \beta \leq 4$, a distribuição Weibull aproxima-se da distribuição normal, sendo 3,6 a melhor estimativa, quando a assimetria da Weibull é minimizada (DODSON, 2006, p.6-7).

A função da distribuição acumulada $F(x)$ é obtida da seguinte maneira (NELSON, 2004, p.38):

$$F(x) = 1 - \exp[-(x/\alpha)^\beta] \quad x > 0$$

Por sua vez, a taxa de mortalidade (*hazard*), na distribuição Weibull, é expressa como a seguir (NELSON, 2004, p.39):

$$h(x) = (\beta/\alpha) (x/\alpha)^{\beta-1} \quad x > 0$$

Logo, quando:

- a) $\beta > 1$ – a função cresce com o tempo;
- b) $\beta < 1$ – a função decresce com o tempo;
- c) $\beta = 1$ – a função é constante.

Um dos aspectos dos estudos de análise de sobrevivência a ser observado é a característica dos dados a serem analisados, que muitas vezes envolve um conceito básico denominado censura. Quando a amostra estudada traz unidades que ainda não falharam (ou seja, o evento de interesse não foi observado) ou quando o tempo exato da falha é desconhecido, os dados são chamados de censurados (STATGRAPHICS, 2009).

4.1.3 TESTE QUI-QUADRADO

Aplica-se a estatística qui-quadrado (χ^2) para saber se as frequências observadas diferem, de modo significativo, das esperadas.

Se o intuito é fazer comparações e avaliar diferenças nas proporções entre grupos ou níveis de um fator, pode-se estender o teste χ^2 para essas finalidades (LEVINE; BERENSON, STEPHAN, 2000, p.446).

A estatística qui-quadrado deve ser usada quando os dados a serem analisados são obtidos por meio de contagens, além disso, as observações devem ser extraídas independentemente uma das outras (MALHOTRA, 2001, p.445).

Supondo um conjunto de eventos possíveis, E_1, E_2, \dots, E_k , ocorridos com frequências observadas o_1, o_2, \dots, o_k , e frequências esperadas e_1, e_2, \dots, e_k , a estatística χ^2 é assim expressa (SPIEGEL, 1994, p.302):

$$\chi^2 = \frac{(o_1 - e_1)^2}{e_1} + \frac{(o_2 - e_2)^2}{e_2} + \dots + \frac{(o_k - e_k)^2}{e_k} = \sum_{j=1}^k \frac{(o_j - e_j)^2}{e_j}$$

As frequências esperadas são calculadas baseadas em uma hipótese H_0 ; sob essa hipótese, se o valor do qui-quadrado for maior do que alguns valores críticos, conclui-se que as frequências observadas diferem de modo significativo (SPIEGEL, 1994, p.304).

Conforme esclarece Spiegel (*ibid.*), quando $\chi^2 = 0$, as frequências teóricas e as observadas concordam exatamente, isso já não ocorre quando $\chi^2 > 0$. Quanto maior for o valor de χ^2 , maior será a discrepância entre as frequências observadas e esperadas.

Se uma tabela apresenta as frequências observadas ocupando apenas uma única linha, ela é denominada tabela de simples entrada; se a tabela apresenta dupla entrada, ou $h \times k$, na qual as frequências observadas ocupam h linha e k colunas, ela é denominada tabela de contingência (SPIEGEL, 1994, p.304).

A estatística do teste segue aproximadamente uma distribuição qui-quadrada, com graus de liberdade obtidos pela seguinte fórmula (LEVINE; BERENSON, STEPHAN, 2000, p.443):

Graus de liberdade = $(h-1) * (k-1)$, onde:

h = número de linhas na tabela

k = número de colunas na tabela

Destaca-se que para a utilização do teste qui-quadrado, as frequências teóricas para cada célula da tabela devem ser iguais ou superiores a 5, se esse requisito não for cumprido, é necessário fazer o reagrupamento de categorias até se obter esse valor mínimo (BISQUERRA; SARRIERA; MARTÍNEZ; 2004; p.102).

Tendo em vista que uma revisão dos métodos estatísticos a serem utilizados foi realizada, a próxima discussão envolve a construção dos modelos estatísticos para esta pesquisa.

4.2 ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS ESTATÍSTICOS E HIPÓTESES

Este estudo envolveu o desenvolvimento de três modelos, cada um deles relacionado com os objetivos específicos deste trabalho, todos identificados a seguir.

4.2.1 MODELO 1: DIVERSIDADE DA FORMA ORGANIZACIONAL

Este modelo tem o intuito de analisar a diversidade da forma organizacional dos BMs no país que estavam em funcionamento em dezembro de 2009, o primeiro objetivo específico deste trabalho.

Sendo os BMs instituições financeiras que podem possuir diferentes números e tipos de carteiras, e que o capital e o patrimônio líquido exigidos pela regulamentação para essas instituições variam, dependendo da atuação de suas carteiras, essa população deve reunir organizações com características diferentes, e, portanto, podem ser selecionadas pelo ambiente de maneiras distintas.

Tendo em vista esse fato, como também, levando-se em consideração que a diversidade organizacional pode ser observada dentro das formas organizacionais (HANNAN; FREEMAN, 1989, p.9; HANNAN, 2005, p.54), e que organizações de uma mesma população são heterogêneas (FREEMAN; CARROLL; HANNAN, 1983), a hipótese (H_1) testada neste modelo é seguinte:

H_1 : A população dos BMs no Brasil reúne organizações heterogêneas, e a diversidade organizacional dentro da forma organizacional dos referidos bancos pode ser observada por meio das dimensões dessa forma.

Dos 140 BMs autorizados a funcionar, em dezembro/2009, foram identificados 137 BMs que estavam em funcionamento (possuindo ao menos 1 agência em funcionamento). O levantamento dos dados desses bancos englobou as seguintes dimensões da forma organizacional dos BMs: a) recursos, representado pelas seguintes variáveis: capital integralizado e patrimônio líquido (com base no balanço patrimonial de dezembro/2009), número de carteiras autorizadas e de agências em funcionamento no país; b) objetivos: representado pelos tipos de carteiras autorizadas; c) controle e autoridade: identificando se a organização é pública ou privada, e se o controle é nacional ou estrangeiro.

Em um primeiro momento, conforme apresentado no Quadro 14, empregou-se uma análise de agrupamentos para o estudo da dimensão recursos dos BMs, e a partir dos grupos

formados, foi realizada a análise das outras duas dimensões, ou seja, objetivos, e controle e autoridade.

Quadro 14 – Operacionalização das variáveis para o modelo 1

Dimensões da Forma Organizacional	Variáveis Operacionais	
Recursos	Patrimônio líquido (PL) Capital social integralizado Número de agências Número de carteiras	} → Análise de agrupamentos
Objetivos	Tipos de carteiras	
Controle e Autoridade	BM privado/público Controle estrangeiro/nacional	} → Análise a partir dos grupos formados

Fonte: Elaboração da autora

Convém esclarecer que existe o controle estrangeiro quando a participação estrangeira é igual ou superior a 50% do capital votante da sociedade.

4.2.2 MODELO 2: DEPENDÊNCIA DA IDADE

O modelo 2 tem o objetivo de identificar a dependência da idade nas taxas de mortalidade (cancelamento) dos BMs, o segundo objetivo específico deste trabalho.

Levando-se em consideração o estudo de Carroll e Hannan (2000, p.285-287), no qual os autores estimaram que a dependência da idade nas taxas de mortalidade dos bancos de Tóquio era positiva, este modelo levanta a hipótese de que os BMs no Brasil também devem apresentar a mesma dependência encontrada por esses estudiosos. Portanto, a hipótese (H_2) é a seguinte:

H_2 : Os BMs no Brasil, similarmente à pesquisa de Carroll e Hannan (2000), devem apresentar dependência da idade nas taxas de cancelamento positiva.

A fim de atingir o objetivo proposto, o estudo foi realizado utilizando a distribuição Weibull. Em pesquisas organizacionais, a referida distribuição pode ser empregada em estudos de taxas vitais de nascimento e de mortalidade. A dependência do tempo (idade) nas taxas vitais envolve tema importante na Teoria Ecológica das Organizações, assim sendo, diversos modelos são usados a fim de analisar as referidas taxas organizacionais no decorrer do tempo. Um dos modelos mais utilizados para representar a dependência da idade nessas taxas é o Weibull (CARROLL; HANNAN, 2000, p.135).

Para fins deste estudo, o cancelamento de um BM foi computado quando se observou que a instituição financeira não está em plena operação, ou seja, apresenta sua

autorização para funcionamento no país na situação cancelada ou paralisada, segundo os dados obtidos no Bacen. Convém esclarecer que se uma instituição financeira apresenta registrada no Banco Central como cancelada, significa que ela já não está mais em funcionamento no país.

Observando-se os dados dos BMs cancelados, nota-se que há diferentes processos de cancelamentos: falência, mudança de objeto social, cisão total, incorporação, transformação em outra forma organizacional do SFN, liquidação extrajudicial e ordinária.

Convém esclarecer que a mudança de objeto social refere-se à saída da organização do SFN, ou seja, a organização não deixa de existir, mas ela deixa de ser uma instituição financeira.

Tendo em vista que todos os BMs devem se organizar em uma sociedade anônima, os processos de cisão, incorporação e transformação seguem a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76): a) a cisão total é a operação pela qual a companhia transfere todo seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, e se extingue (art.229); b) a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações (art.227); c) a transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro (art.220).

No tocante à transformação da organização em outra forma organizacional do SFN, cumpre esclarecer que, baseando-se na visão de Carroll e Hannan (2000, p.284), se um BM atua por um período no segmento em questão e depois se transforma em outro tipo de organização, considerou-se que ele fracassou como BM, mesmo se continua a viver em outro segmento. Por exemplo, se o banco A atuou como BM por 2 anos, e depois se transformou em uma corretora, neste estudo, o banco A foi computado como um BM que deixou de existir.

A liquidação ordinária é deliberada por vontade dos acionistas ou sócios da instituição, que por sua vez, podem indicar o liquidante. Já na liquidação extrajudicial, o liquidante é imposto pelo Bacen.

Conforme visão de Mendonça (2007), a liquidação extrajudicial é uma medida administrativa que tem o objetivo de promover a saída do mercado de uma instituição que não está apta a continuar a participar do sistema financeiro. A citada autora esclarece que, a partir da decretação deste tipo de liquidação pelo Bacen, a instituição deixa de atuar no mercado.

No que se refere ao registro no Bacen da instituição na situação paralisada, vale esclarecer que é registrada quando a sociedade está em processo de liquidação (ordinária ou extraordinária), ou quando está sendo incorporada ou cindida totalmente e o referido órgão

supervisor ainda está analisando a operação. Cabe ressaltar que, inclusive na situação paralisada, a organização não está desenvolvendo suas atividades no mercado, motivo pelo qual, neste trabalho, os BMs paralisados terão o mesmo tratamento dos cancelados.

Em suma, este trabalho referiu-se a bancos cancelados como sinônimo de bancos cancelados ou paralisados.

Portanto, os dados levantados para essa análise envolvem todos os BMs cancelados e autorizados a funcionar, com suas respectivas idades: a) para os BMs cancelados, considerou-se a idade de cancelamento – dado sem censura, e b) para os BMs autorizados a funcionar, a idade que se encontrava em dezembro/2009 – dado censurado. O Quadro 15 apresenta a operacionalização das variáveis utilizadas

Quadro 15 – Operacionalização das variáveis para o modelo 2

Variáveis	Operacionalização
Idade de cancelamento	Período, em anos, que a sociedade sobreviveu no SFN atuando como um BM.
Idade do BM autorizado	Período, em anos, no qual a sociedade está atuando no SFN como BM.
BM cancelado	O BM se encontra na situação cancelada ou paralisada, conforme registros do Bacen.
BM autorizado a funcionar	O BM está com sua autorização para funcionamento homologada pelo Bacen.

Fonte: Elaboração da autora

Cumprido esclarecer que estudos que envolvam análises de vida devem englobar tanto os dados nos quais o evento estudado ocorreu, quanto nos quais o evento não é observado, e para esses últimos, dizemos que os dados estão censurados (STATGRAPHICS, 2009).

O caso mais comum de censura, identificado neste trabalho, é o da censura à direita, que indica que o evento de interesse (cancelamento do BM) ainda não ocorreu, pois quando o BM se apresenta na situação cancelada, os dados não são censurados, há a informação sobre o tempo de vida até a idade de cancelamento.

Hannan e Freeman (1989, p.179) observam que, geralmente, os dados analisados por estudos organizacionais são censurados à direita (não se tem conhecimento do que ocorrerá no futuro) e, por vezes, dificultando a pesquisa, também são censurados à esquerda (não se tem conhecimento do que ocorreu no início).

4.2.3 MODELO 3 : ORIGEM, IDADE E MORTALIDADE

O objetivo deste modelo é atingir o terceiro objetivo específico, ou seja, a identificação da relação entre origem dos BMs, idade de cancelamento e mortalidade desses bancos.

Conforme apontam Carroll e Hannan (2000, p.368), a mudança de uma organização de uma forma organizacional para outra é considerada uma transformação profunda. Ainda, segundo esses autores, a seleção favorece a inércia estrutural, logo, organizações que passam por uma transformação apresentam grande risco de morrer. Tendo em vista que uma transformação profunda implica em alteração na essência da organização, até que a nova estrutura seja estabelecida, provavelmente, ela enfrentará o risco de diminuir o seu desempenho e de apresentar sua prestação de contas. Portanto, quanto maior é a mudança de uma organização, maior é a probabilidade de sua morte ocorrer.

Como já exposto neste trabalho, um BM, geralmente, nasce a partir de outra instituição financeira que já atuava no SFN e que se transforma nesse tipo de banco. Portanto, a origem do BM pode ocorrer dentro de dois grupos: a) do segmento bancário - quando o BM nasce da transformação de um banco comercial (BC), banco de investimento (BI), banco de desenvolvimento (BD); b) segmento não bancário – quando o BM nasce da transformação de uma sociedade corretora de títulos e valores mobiliários (SCTVM), sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários (SDTVM), sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI), sociedade de arrendamento mercantil (SAM), sociedade de crédito imobiliário (SCI) ou caixa econômica (CE).

Assim sendo, e levando-se em consideração que a seleção ambiental favorece a inércia estrutural e que organizações que passam por uma transformação profunda apresentam maior risco de morrer (CARROLL; HANNAN, 2000, p.368), supõe-se que os BMs provenientes do grupo que não pertencem ao segmento bancário apresentam o risco de terem sua autorização para funcionamento como BM cancelada mais rapidamente do que aqueles provenientes do segmento bancário, pois estes últimos não devem ter mudado tanto suas características centrais. Logo, a hipótese (H_3) a ser testada neste modelo é a seguinte:

H₃: A seleção ambiental favorece os BMs provenientes do segmento bancário, por sua vez, os provenientes do segmento não bancário apresentam o risco de terem sua autorização para funcionamento como BM cancelada mais rapidamente.

A fim de investigar a relação entre origem e idade de cancelamento dos BMs, utilizaram-se duas ferramentas estatísticas, para comparação os resultados e obtenção de um melhor subsídio para a hipótese levantada: o teste qui-quadrado (χ^2) e a distribuição Weibull.

Pretende-se, portanto, focar as diferenças entre os dois grupos de origem (bancária ou não bancária) e a idade de cancelamento da instituição financeira.

Os dados levantados para esta análise foram os seguintes: a) idade do BM autorizado; b) idade de cancelamento; c) população de origem do BM.

Os BMs foram considerados cancelados de maneira análoga ao modelo 2, assim como as idades de cancelamento e do BM autorizado. Foi considerado como origem dos BMs o segmento de atuação da organização no período imediatamente anterior à sua transformação em BM.

Uma organização que, por exemplo, começou atuando como uma SDTVM, depois passa a atuar como um BI e, por fim, se torna um BM, foi considerado como origem do BM, o BI; o Quadro 16 ilustra o exemplo mencionado.

Quadro 16: Exemplo de identificação da população de origem

Instituição	Segmento de atuação	Data da autorização	Data do cancelamento
1	BM	26/01/1989	8/1/1997
	BI	28/09/1988	26/01/1989
	SDTVM	10/01/1985	28/09/1988

Fonte: Elaboração da autora

A variáveis utilizadas neste modelo 3 são as mesmas utilizadas no modelo 2, adicionando-se, ainda, a origem do BM, todas são apresentadas, resumidamente, no Quadro 17.

Quadro 17 – Operacionalização das variáveis para o modelo 3

Variáveis	Operacionalização
Origem do BM	Segmento de atuação da organização no período imediatamente anterior à sua transformação em BM.
Idade de cancelamento	Período, em anos, no qual a sociedade sobreviveu no SFN como um BM.
Idade do BM autorizado	Período, em anos, no qual a sociedade está atuando no SFN como BM.
BM cancelado	O BM se encontra na situação cancelada ou paralisada, conforme registros do Bacen.
BM autorizado a funcionar	O BM está com sua autorização para funcionamento homologada pelo Bacen.

Fonte: Elaboração da autora

Este item expôs da construção dos modelos estatísticos a serem utilizados nesta pesquisa, a seguir, apresentam-se os resultados obtidos, primeiramente por meio da estatística descritiva dos dados e após, com a aplicação dos três modelos.

5 RESULTADOS

Em um primeiro momento, apresenta-se a análise da estatística descritiva dos dados e após, os resultados dos três modelos estatísticos.

5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O total de BMs autorizados a funcionar no país, em dezembro de 2009, conforme os dados levantados junto ao Bacen, correspondeu a 140 bancos. No que se refere aos BMs cancelados, ao longo do período da história estudada dessa população, ou seja de 1988 a 2009, foram identificados 152 bancos.

O total de BMs em funcionamento é a base para avaliar o primeiro objetivo específico (diversidade da forma organizacional). Nesse sentido, do total de 140 bancos autorizados a funcionar, foram filtrados 137, já que 3 não possuíam nenhuma agência em funcionamento (uma das dimensões avaliadas, conforme proposto no modelo 1 deste trabalho).

Somando a quantidade de BMs autorizados a funcionar (140) e os que já foram cancelados (152), conclui-se que o total de BMs que já foram autorizados a funcionar pelo Bacen, ao longo da história dessa população totaliza o montante de 292 bancos. Estes foram os dados utilizados para o estudo referente ao objetivo específico 2 desta dissertação (relação entre idade e mortalidade).

Cumprir destacar que para o estudo do objetivo específico 3 (relação entre origem, idade e mortalidade), foram excluídos da base de dados os BMs que já nasceram no SFN diretamente sob a forma de BM, ou seja, aqueles que não apresentavam origem em nenhum dos dois grupos analisados (origem bancária e não bancária). Assim sendo, quando da aplicação do teste qui-quadrado, foram utilizados os dados envolvendo 142 BMs cancelados. Por sua vez, quando da aplicação da distribuição Weibull, utilizaram-se os BMs autorizados a funcionar e os já cancelados, divididos nos dois grupos, conforme a origem, ou seja, origem bancária (total de 112 bancos), e origem não bancária (total de 141 bancos).

O Gráfico 1 indica o número de autorizações para funcionamento de BMs homologadas pelo Bacen de acordo com o ano, no período de 1998 a 2009. Nota-se o “boom” de nascimentos dessas instituições no início de vida dessa população, mais especificamente no primeiro ano de vida, ou seja, em 1989, quando se registrou o nascimento de 110 BMs.

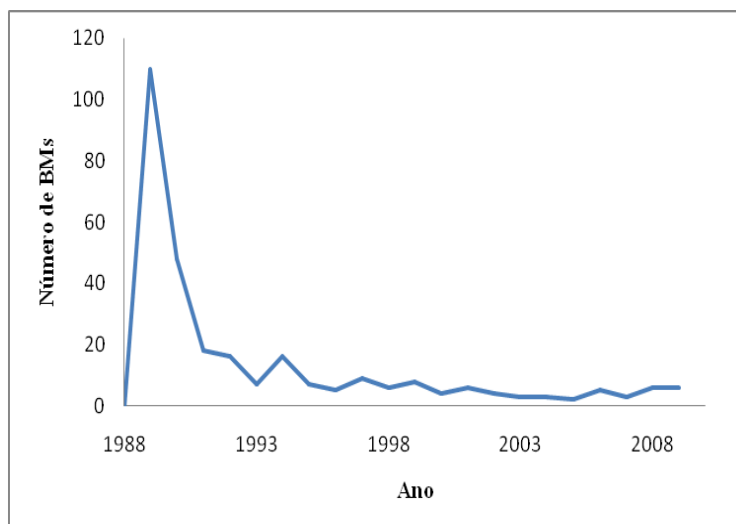


Gráfico 1 – Número de Nascimentos de BMs por Ano

Fonte: Elaboração da autora

Por sua vez, o Gráfico 2 mostra o número de BMs cancelados no Brasil por ano, de 1988 até 2009, destacando-se os bancos de origem bancária e não bancária, e o total geral, que envolve os 152 bancos. Nota-se que o primeiro cancelamento nessa população ocorreu no ano de 1991.

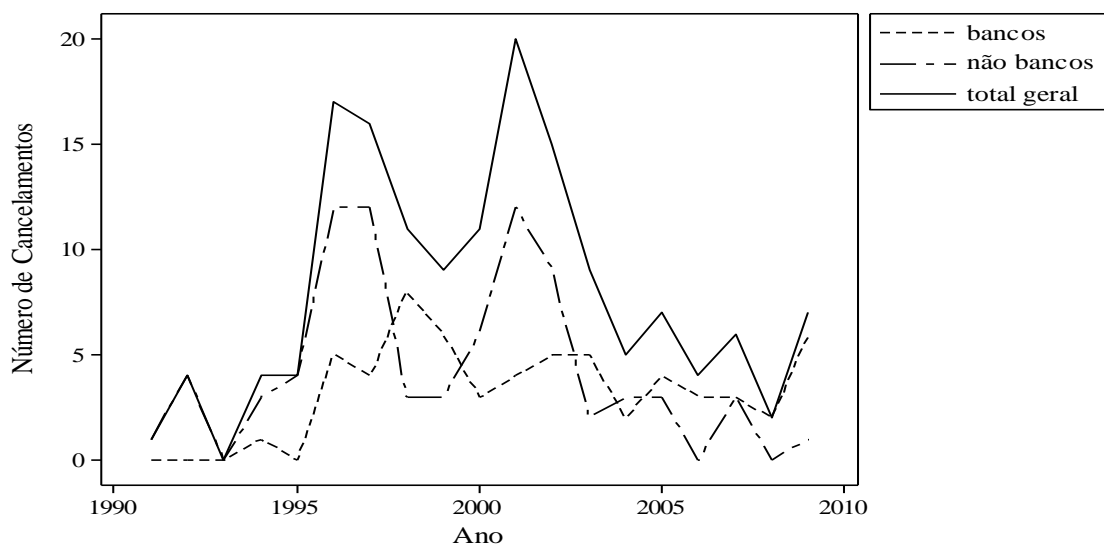


Gráfico 2 – Número de BMs Cancelados por Ano

Fonte: Elaboração da autora

Observando-se a curva do Gráfico 2, referente ao total dos BMs cancelados, identifica-se dois picos no número total de cancelamentos, o primeiro entre os anos de 1995-

1996, que deve estar relacionado com o impacto do Plano Real nos bancos brasileiros ¹, e o segundo, mais elevado, no ano de 2001, que pode apresentar relação com a crise econômica mundial, quando estourou a bolha das empresas conhecidas como “ponto.com”.

No entanto, cumpre esclarecer que este estudo não entrará no mérito sobre fatores, sejam históricos, políticos, econômicos, ou estratégicos que motivaram o cancelamento dos BMs, limitando-se a apresentar um estudo demográfico dessa população.

Além do mais, no tocante aos motivos que levaram ao cancelamento dos BMs, destaca-se que do total de 152 BMs cancelados:

- a) 44 BMs foram incorporados (29%);
- b) 32 BMs foram cancelados devido à mudança de objeto social, ou seja, se transformaram em outro tipo de organização, fora do SFN (21%);
- c) 32 BMs foram transformados em outros tipos de organizações dentro do SFN (21%);
- d) 23 BMs faliram (15%);
- e) 18 BMs sofreram liquidação extrajudicial e ordinária (12%);
- f) 3 BMs foram cindidos (2%).

No que se refere aos BMs que se transformaram em outros tipos de organizações dentro do SFN, salienta-se que: 15 se transformaram em BC, 8 em BI, 6 em SCFI, 2 em SDTVM e 1 em SAM. Ainda, nota-se que 25% dos BMs (8 bancos) regressaram ao seu segmento de origem, no entanto, apenas 2 estavam em funcionamento em dezembro de 2009, a origem de um era SCFI e do outro, BC.

Registra-se, portanto, que a grande parte dos BMs no Brasil nasce a partir de organizações que já pertencem ao SFN e que se transformam em BMs. Do total de 152 BMs cancelados, nota-se que:

- a) 10 foram instituições financeiras que tinham nascido no SFN diretamente sob a forma de BMs;
- b) 142 foram instituições financeiras que se transformaram em BMs, a partir de organizações que já pertenciam ao sistema (estes são os bancos utilizados para a análise do modelo 3, quando da aplicação do qui-quadrado nesta dissertação), e assim sendo:

¹ O Plano Real foi implantado em 1994 e impactou significativamente os bancos brasileiros. Cumpre salientar que para alguns estudiosos não houve efetivamente uma crise bancária no Brasil no período após o Plano Real, no entanto, de qualquer forma, alterações profundas foram sentidas no sistema bancário nacional (ALEXANDRE, CANUTO, SILVEIRA, 2003, p.252).

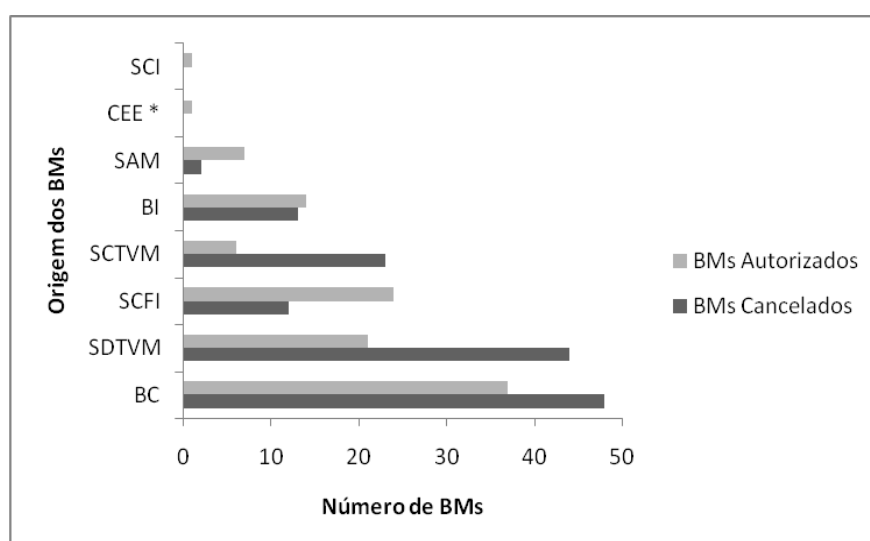
- 61 eram de origem bancária (originaram-se pela transformação de um BC ou BI em BM);
- 81 eram de origem não bancária (originaram-se pela transformação de uma SCTVM, SDTVM, SCFI, SAM, SCI ou CE em BM).

Cabe ressaltar que dos 140 BMs autorizados a funcionar:

- 29 são instituições financeiras que já nasceram no SFN diretamente sob a forma de BMs, ou melhor, não se originaram de outro segmento dentro do sistema;
- 111 são instituições financeiras que se transformaram em BMs, a partir de organizações que já pertenciam ao sistema, da seguinte forma:
 - 51 são de origem bancária;
 - 60 são de origem não bancária.

O Gráfico 3 mostra o número de instituições financeiras que se transformaram em BMs conforme o segmento de origem (bancário ou não bancário), sejam os cancelados (total de 142 BMs), como também, os autorizados a funcionar (total de 111 BMs), por meio do qual se verifica que as maiores quantidades de BMs cancelados e autorizados a funcionar corresponde à origem BC e, logo em seguida, à SDTVM.

Observa-se que, de todos os segmentos que deram origem aos BMs, a SCFI é a que apresenta maior proporção de bancos autorizados a funcionar comparativamente aos BMs cancelados. Destaca-se, também, a origem SCTVM, pois, quando comparado ao número de BMs autorizados a funcionar dessa origem, nota-se que os BMs sofreram muitos cancelamentos.



*CEE – refere-se à caixa econômica estadual

Gráfico 3 – BMs cancelados por Origem (1988 a 2009)

Fonte: Elaboração da autora

No tocante à idade dos BMs autorizados a funcionar (Gráfico 4), uma expressiva quantidade de instituições (44BMs) tem mais de 20 anos, ou seja, são bancos que nasceram no início do surgimento dessa população. Salienta-se que desses 44 bancos, 22 são de origem bancária e os outros 22 de origem não bancária.

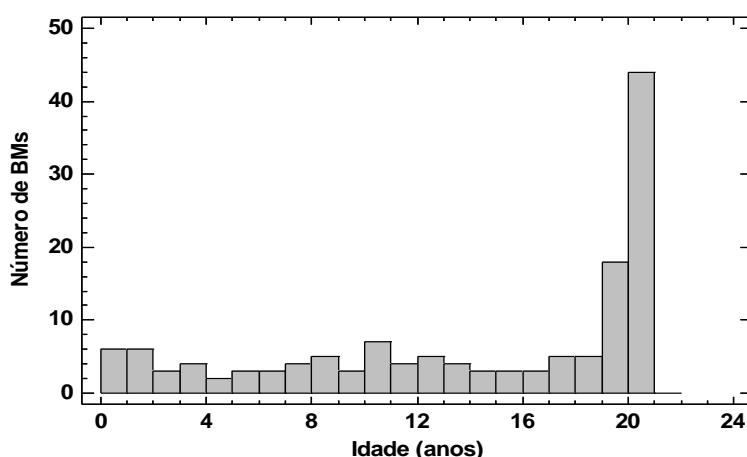


Gráfico 4 – Histograma da idade dos BMs autorizados a funcionar
Fonte: Elaboração da autora

A estatística descritiva exposta permitiu uma visão geral sobre a população dos BMs no país; a partir do próximo item, apresentam-se os resultados obtidos para os três modelos propostos para este estudo.

5.2 RESULTADO DO MODELO 1: DIVERSIDADE DA FORMA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de estudar a forma organizacional dos BMs que estavam em funcionamento em dezembro de 2009, e que apresentavam, pelo menos, uma agência no país (total de 137 BMs), em um primeiro momento, foi aplicada uma análise de agrupamentos tendo como base as variáveis representantes da dimensão recursos, de acordo com Meirelles, Yoshida e Palmaka (2010).

Com a intenção de sugerir uma composição de grupos bancários reunidos sob essa dimensão, foi aplicada uma análise de agrupamentos, com o auxílio do *software* Minitab 15.

Posteriormente, foi realizado um estudo do perfil dos grupos formados, baseando-se em duas outras dimensões, sendo a primeira delas objetivos, e a segunda, controle e autoridade, com o intuito de analisar se dentro dos grupos formados havia predominância de algum tipo de carteira, por exemplo.

Não se analisou a dimensão identidade, já que de acordo com as normas editadas, todos os BMs devem conter na sua denominação social a expressão “Banco”.

Este estudo considerou que as variáveis usadas na análise revelam características dos BMs em funcionamento no país, e tendo em vista o objetivo deste modelo, que é revelar a diversidade da forma organizacional na população de BMs, não se considerou a existência de *outliers* nos dados utilizados, pois são perfis das organizações que refletem a própria diversidade da forma organizacional estudada.

A princípio, foi realizada uma análise de agrupamentos hierárquica (método de Ward), baseando-se na dimensão recursos da forma organizacional, para a definição da quantidade de grupos a serem formados; posteriormente, foi empregada uma análise não-hierárquica denominada K-médias, selecionando os pontos sementes iniciais a partir dos dados obtidos pelo método Ward.

Assim, para o presente estudo realizou-se, em um primeiro momento, uma análise de agrupamentos hierárquica, solicitando-se: a padronização das variáveis, convertendo-se cada variável em escores padrão, mudando-as para Z escores; o dendograma para auxiliar na análise da quantidade de grupos a serem formados; a aplicação do método Ward, para minimizar as diferenças internas entre os grupos; e a utilização da distância euclidiana e da distância de Pearson (também conhecida como distância euclidiana normalizada). Nota-se que o emprego das duas distâncias citadas resultou na mesma formação de agrupamentos.

Ressalta-se que, após sucessivas tentativas de agrupamentos, optou-se por fazer a divisão da população estudada, separando 29 bancos que pertencem, segundo o Bacen, aos 5 maiores conglomerados financeiros por ativos que possuem bancos múltiplos na sua composição (Itaú Unibanco, BB, Bradesco, Santander e HSBC); referidos bancos foram agrupados no Grupo 6.

Esta separação dos conglomerados se apóia na literatura de competência organizacional, na qual os conglomerados são vistos como corporações ocas, ou seja, não um conjunto de competências específico, que configura características próprias da organização (DOSI; TEECE, 1993).

Portanto, dos 137 bancos inicialmente levantados, a análise de agrupamentos foi aplicada para 108 instituições financeiras.

Verificou-se, após a aplicação da análise de agrupamentos pelo método Ward, que o dendograma (Figura 5) indicava que uma solução aceitável seria a formação de 5 grupos; definido o número de grupos, aplicou-se uma análise K-médias.

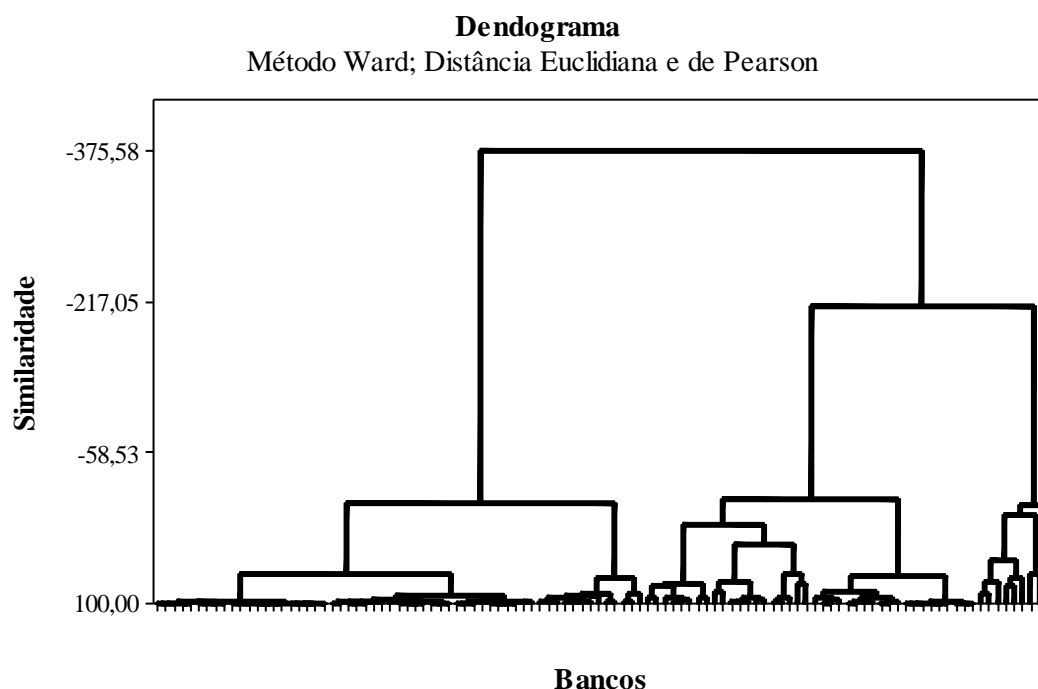


Figura 5 – Dendograma
Fonte: Elaboração da autora

A validação dos agrupamentos foi realizada comparando-se os dois resultados (hierárquico e não hierárquico), que apresentaram grande similaridade, pois a composição dos agrupamentos se mostrou compatível, apresentando poucas variações.

Basicamente, são dois pressupostos básicos a serem observados em uma análise de agrupamentos. O primeiro diz respeito à representatividade da amostra. Conforme explicam Hair Jr. et al. (2006, p.394), a amostra deve ser verdadeiramente representativa da população, e o presente estudo abrange todos os BMs em efetiva atividade no país, em dezembro de 2009, o que garante a representatividade dos dados analisados.

O segundo refere-se à multicolinearidade. Portanto, convém salientar que se buscou eliminar a correlação entre as variáveis representantes da dimensão recursos por meio de uma análise de componentes principais com rotação varimax, no entanto, não foi identificada formação de nenhum componente. Portanto, todas as variáveis inicialmente propostas foram utilizadas na análise de agrupamentos.

Considerando-se que os pressupostos da análise de agrupamentos foram observados, a Tabela 1 apresenta os 5 aglomerados formados pelo método K-médias e o Grupo 6, composto pelos BMs pertencentes aos grandes conglomerados, identificando-se os BMs que compõem cada um dos grupos. Observa-se, na referida Tabela 1, que a distribuição dos BMs entre os grupos não é homogênea.

Tabela 1 – Composição dos Grupos de BMs

Grupo	BMs
1	A.J. Renner, Azteca do Brasil, BGN, Bonsucesso, Brascan, BRJ, Caixa Geral – Brasil, Capital, Cargill, Cooperativo Sicredi, Banco da China Brasil, Fator, Ficsa, Ford, Gerador, Gerdau, Honda, IBM, Intercap, John Deere, KDB do Brasil, Lemon, Luso Brasileiro, Maxinvest, Modal, Morada, Opportunity, Ourinvest, Pecúnia, Porto Seguro, Prosper, PSA Finance Brasil, Rural Mais, Schahin, Semear, Simples, Topázio, Toyota do Brasil, Tricury, VR, Yamaha Motor, Banif, Concórdia, Dresdner, JBS, Natixis Brasil.
2	ABC Brasil, BMG, BBM, Daycoval, GMAC, Industrial e Comercial, J.P. Morgan, Sociét Générale Brasil, Sofisa, BTG Pactual, Volkswagen, Banestes.
3	Barclays, Citicard, Cruzeiro do Sul, CSF, GE Capital, Mercantil do Brasil, Morgan Stanley, Panamericano, Pine, Rabobank International, Sumitomo Mitsui Brasil, Westlb do Brasil, Deutsche, Paraná Banco.
4	Citibank, Clássico, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Nordeste do Brasil, Safra, Votorantim.
5	BNP Paribas Brasil, BVA, Cacique, Calyon, Cédula, CNH Capital, Commercial Investment Trust do Brasil, Credibel, Credit Suisse (Brasil), Lage Landen Brasil, Banco de Tokyo-Mitsubishi UJF Brasil, Banco do Estado de Sergipe, Banco do Estado do Pará, Fibra, Fidis, Guanabara, Industrial do Brasil, Intermedium, J. Safra, Matone, Mercedes-Benz do Brasil, Moneo, Ribeirão Preto, Rural, Triângulo, Volvo Brasil, BPN Brasil, BRB – Banco de Brasília, Goldman Sachs do Brasil, NBC Bank Brasil.
6	Itaú Unibanco, Banerj, Dibens, Fiat, Investcred Unibanco, Itaú BBA, Itaubank, Itaucard, Itaucred Financiamentos, Itauleasing, Rodobens, Hipercard, Itaú Unibanco Holdings, Unibanco, Unicard, Banco do Brasil, BB Banco Popular do Brasil, Alvorada, Bankpar, Boavista Interatlântico, Bradesco BBI, Bradesco Cartões, Bradesco Financiamento, Bradesco, IBI, Bandepe, Santander (Brasil), HSBC Bank Brasil, HSBC Finance (Brasil).

Fonte: Elaboração da autora

Por sua vez, verifica-se na Tabela 2, o perfil médio das variáveis por agrupamento formado, referente à dimensão recursos.

Tabela 2 – Grupos e Perfil Médio das Variáveis Representantes da Dimensão Recursos

Grupo	Número de BMs	Bancos (%)	Médias			
			Número de Agências	Capital (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Número de Carteiras
1	46	33,57%	2	89.764.333,91	116.786.073,62	2,0
2	12	8,76%	20	933.324.677,23	1.438.393.921,67	3,8
3	14	10,22%	13	476.076.399,29	716.234.485,31	2,0
4	6	4,38%	143	2.034.921.933,72	4.203.859.269,26	4,2
5	30	21,90%	10	217.024.925,96	300.710.997,59	3,2
6	29	21,17%	559	9.949.916.410,00	12.948.383.874,63	3,6

Fonte: Elaboração da autora

A partir dos 6 agrupamentos, realizou-se a análise desses grupos sob o ponto de vista das outras duas dimensões (objetivos, e controle e autoridade), conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil dos Grupos com Base na Dimensão Objetivos e Controle e Autoridade

Dimensões	Grupos					
	1	2	3	4	5	6
a) Objetivos (Carteiras)						
Comercial	73,9%	83,3%	85,7%	100,0%	76,7%	75,9%
Crédito, Financiamento e Investimento	63,0%	100,0%	35,7%	83,3%	90,0%	96,6%
Investimento	50,0%	91,7%	57,1%	83,3%	63,3%	82,8%
Arrendamento Mercantil	4,4%	58,3%	7,1%	66,7%	60,0%	48,3%
Crédito Imobiliário	8,7%	50,0%	14,3%	50,0%	23,3%	55,2%
Desenvolvimento	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	10,0%	0,0%
b) Controle e Autoridade						
Controle estrangeiro	41,3%	41,7%	64,3%	16,7%	46,7%	13,8%
Número de Bancos Públicos	0	1	0	2	3	2

Fonte: Elaboração da autora

Há que se lembrar que esses bancos devem ser constituídos com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento. Assim sendo, considerou-se neste trabalho que essas duas carteiras não são aspectos da dimensão objetivos que diferenciariam a formação dos grupos obtidos.

Analisando por ordem crescente de volume de recursos, nota-se que, dentre os agrupamentos formados, o Grupo 1 é o que apresenta o menor valor médio de capital e patrimônio líquido (PL), como também, o menor número de agências e, por esse motivo, este Grupo 1 pode ser denominado “bancos de poucas agências”. No tocante às carteiras operacionais também apresenta, em média, o mínimo de quantidade de carteiras para atuar como BM, ou seja, duas. Comparado às demais formações, é o grupo que possui a menor participação das carteiras comercial, investimento, arrendamento mercantil, e crédito imobiliário. A participação mais significativa é a da carteira comercial.

O Grupo 5 apresenta o segundo menor valor de capital, PL e número de agências. As instituições financeiras que o compõem possuem autorização para atuarem mais com a carteira de crédito, financiamento e investimento. Entretanto, é o grupo que tem a segunda maior participação da carteira de arrendamento mercantil (AM), comparativamente aos demais e, portanto, este Grupo 5 pode ser chamado de “bancos pequenos de AM”.

Nota-se que, em conjunto, os Grupos 1 e 5 representam 55,47% dos BMs em funcionamento, no entanto são os grupos de menor destaque da dimensão recursos; porém é importante observar que apresentam diferentes perfis, principalmente no que se refere à

composição de suas carteiras operacionais. A elevada participação da carteira de arrendamento mercantil é a grande diferença do Grupo 5 em relação ao Grupo 1.

Por sua vez, o Grupo 3, apesar de também apresentar, em média, o mínimo de carteiras para atuar como BM, já não possui as mesmas características que o Grupo 1 no tocante à média do capital, PL e número de agências. Seus bancos atuam mais com a carteira comercial e menos com a de arrendamento mercantil. No entanto, se comparado com os outros grupos, é aquele que tem menor atuação com a carteira de crédito, financiamento e investimento (CFI), assim sendo, este Grupo pode ser reconhecido como sendo “bancos de pouca atuação de CFI”.

O Grupo 2, quando comparado com os demais agrupamentos, ocupa o terceiro lugar dos que apresentam maior capital e PL médios; no que se refere à quantidade média de carteiras, ocupa o segundo maior número; a sua atuação no mercado é destacada com a carteira de crédito, financiamento e investimento, pois todos seus componentes atuam nessa área, como também com a carteira de investimento, tendo em vista que é o grupo que apresenta mais autorizações para essa operação. Portanto, o Grupo 2 pode ser denominado “bancos de CFI”.

O Grupo 4 ocupa o segundo lugar no ranking de capital, PL e número de agências. Além disso, apresenta a maior quantidade média de carteiras, indicando que são bancos diversificados em produtos. Diante desse fato, este Grupo pode ser chamado de “bancos diversificados”. Cumpre destacar que todos seus componentes atuarem com a carteira comercial. Se comparado aos outros grupos, é o que tem maior atuação com a carteira de desenvolvimento e arrendamento mercantil.

Como esperado, o Grupo 6, composto por bancos dos 5 maiores conglomerados financeiros por ativo que possuem BMs, é o destaque da dimensão recursos, e pode ser conhecido como sendo o grupo de “bancos de grandes conglomerados”. Além disso, é o grupo que possui maior atuação com a carteira de crédito imobiliário.

Resumindo, diante de todo exposto, este trabalho apontou que a forma organizacional dos BMs em funcionamento no Brasil pode ser dividida em 6 grupos, sejam eles: a) Grupo 1 – bancos de poucas agências; b) Grupo 2 – bancos de CFI; c) Grupo 3 – bancos de pouca atuação de CFI; d) Grupo 4 – bancos diversificados; e) Grupo 5 – bancos pequenos de AM; f) Grupo 6 – bancos de grandes conglomerados.

No que se refere à dimensão controle e autoridade, os bancos de pouca atuação de CFI apresentam o maior percentual de sociedades com controle estrangeiro (63%). Em contrapartida, os bancos de grandes conglomerados apresentam menor controle estrangeiro,

correspondente a 13,7% de seus componentes (refere-se ao conglomerado HSBC). Cabe destacar que os bancos pequenos de AM apresentam o maior número de bancos públicos, dos 8 BMs públicos no país, 3 estão neste agrupamento.

Nota-se, portanto, que as dimensões da forma organizacional selecionadas para agrupar os BMs captam a diversidade da população e confirmam a hipótese H_1 . A variação no volume de recursos se faz acompanhar também por perfis diferentes no que se refere tanto à dimensão objetivos (composição das carteiras) quanto à dimensão controle e autoridade, evidenciando que a população dos BMs em atividade no país é composta por organizações heterogêneas.

5.3 RESULTADO DO MODELO 2: DEPENDÊNCIA DA IDADE

Para a análise da dependência da idade nas taxas de mortalidade foi empregada a distribuição Weibull, por meio do *software* Statgraphics Centurion XVI (Statgraphics).

Assim como diversos estudos organizacionais, como por exemplo, o de Hannan e Freeman (1989), este estudo utilizou a estimação Máxima Verossimilhança.

Os dados contendo as idades dos BMs autorizados a funcionar (140 bancos) e dos cancelados (152 bancos) foram introduzidos no Statgraphics, e foi solicitada a realização de uma análise dos dados de vida desses bancos, por meio da Weibull (*Weibull analysis*). Nota-se que os bancos em funcionamento foram censurados à direita e os bancos cancelados não foram censurados.

A Figura 6 mostra um caso de 3 BMs, sendo que os BM1 e BM3 estão cancelados, para esses casos, dizemos que não há censura, pois o evento de interesse ocorreu; por sua vez, o BM2 ainda estava autorizado a funcionar no momento da observação, então, neste caso, o evento de interesse ainda não ocorreu e nem há informações de quando ocorrerá, portanto, dizemos que há censura.

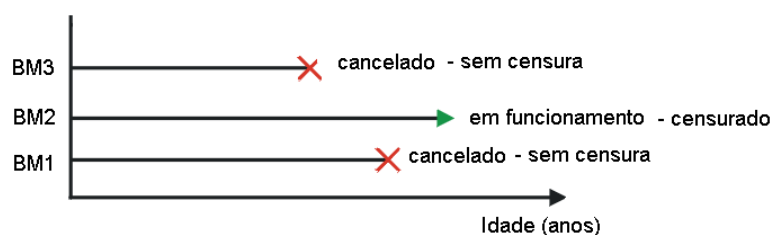


Figura 6: Dados sem censura e dados censurados à direita
Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que em estudos de análise de tempo de vida, um dos aspectos que se pretende analisar é o tempo até a falha e, portanto, para o estudo em questão, a variável dependente corresponde ao tempo de vida do BM (idade) até que ele sofra o cancelamento (tempo até a falha). Por sua vez, as variáveis independentes correspondem às observações dos dados em estudo, ou seja, a idade de cancelamento (em anos) dos BMs efetivamente cancelados (dados sem censura), como também, a idade (em anos) dos BMs autorizados a funcionar (dados censurados).

Apesar de ser amplamente usado em análises de vida, a realização de uma avaliação para verificar se o modelo Weibull se ajusta aos dados estudados é necessária (HANNAN; FREEMAN, 1989, p.189; CARROLL; HANNAN, 2000, p.283).

No presente caso, o próprio *software* utilizado já realiza e comenta a referida avaliação, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS), que resultou em um p-valor=0,0932589. Assim sendo, desde que $p\text{-valor} \geq 0,05$, não se pode rejeitar a idéia de que a variável idade corresponde a uma distribuição Weibull, com 95% de confiança (STATGRAPHICS, 2009).

Ademais, o Gráfico 5 também mostra que, ao mesmo nível de confiança utilizado anteriormente, os dados não censurados (BM cancelados) são adequados para a análise por meio da distribuição Weibull, tendo em vista que, de modo geral, os pontos estão dispostos ao longo da reta traçada (STATGRAPHICS, 2009).

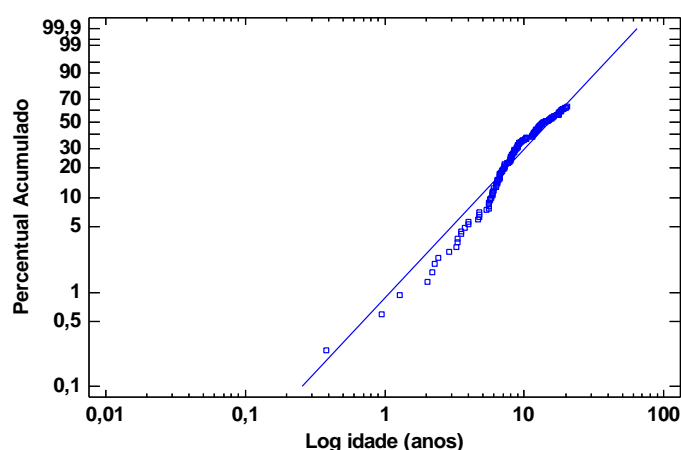


Gráfico 5 – Gráfico Weibull
Fonte: Elaboração da autora

Assim sendo, observa-se que, seja por meio da avaliação do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) ou por meio do Gráfico 5, o modelo Weibull pode ser aplicado para análise dos dados dos BMs.

Os parâmetros da distribuição Weibull também foram calculados pelo programa estatístico, de maneira que resultados foram: $\beta=1,60437$ e $\alpha=19,1405$.

Assim sendo, a função probabilidade da densidade da variável t (tempo, ou seja, idade em anos) para o Weibull no caso estudado pode assim ser definida:

$$f(t) = \frac{1,60437}{19,1405^{1,60437}} (t)^{1,60437-1} \exp [-(t/19,1405)^{1,60437}]$$

Sendo $\beta > 1$, conclui-se que a taxa de cancelamento cresce monotonicamente com a idade (CARROLL; HANNAN, 2000, p.283), resultando que os cancelamentos aumentam com a idade, o que reflete que a dependência da idade nas taxas de cancelamentos dos BMs é positiva, caracterizando a suscetibilidade da obsolescência ou da senescência.

O Gráfico 6 apresenta a função densidade de probabilidade, indicando como o conjunto de dados referente à idade dos BMs está distribuído conforme a Weibull.

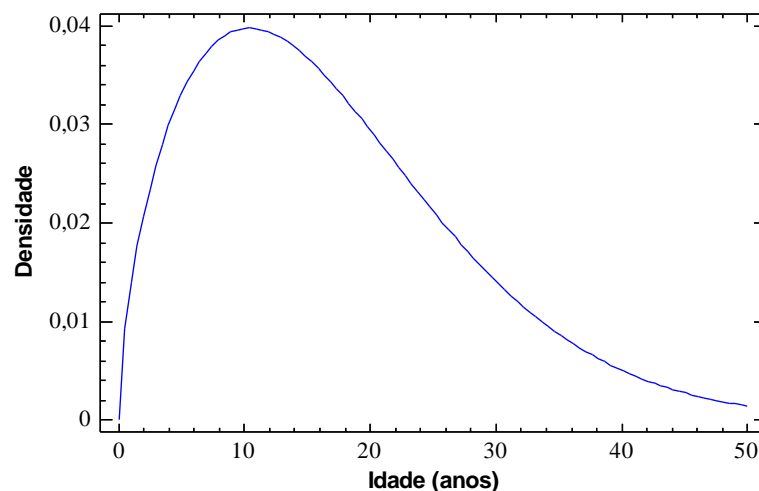


Gráfico 6 – Densidade de Probabilidade de Cancelamentos por Idade dos BMs
Fonte: Elaboração da autora

A função da distribuição acumulada (Gráfico 7) apresenta a probabilidade acumulada de BMs cancelados ao longo do tempo. Nota-se que, com o passar do tempo, os cancelamentos acumulados vão aumentando.

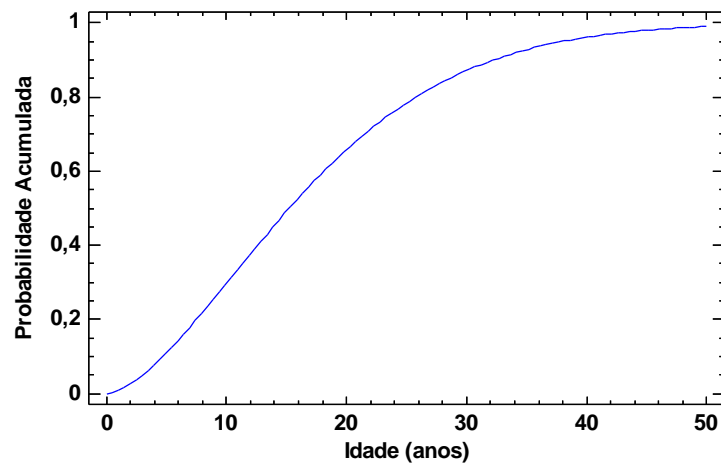


Gráfico 7 – Função da distribuição acumulada dos BMs cancelados

Fonte: Elaboração da autora

Por meio do Gráfico 8, verifica-se a função de sobrevivência, que estima a probabilidade de um item sobreviver até o tempo t . Portanto, no caso estudado, também se observa que quanto mais o tempo passa, menor a probabilidade de sobrevivência de um BM. A probabilidade de sobrevivência é maior nos primeiros anos de vida e cai pela metade aproximadamente aos 15 anos.

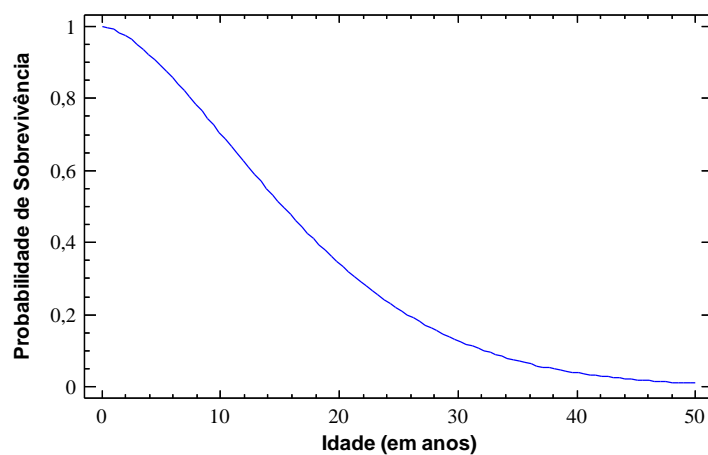


Gráfico 8 – Função de sobrevivência dos BMs

Fonte: Elaboração da autora

O Gráfico 9 apresenta a função instantânea das taxas de cancelamento, e mostra a dependência da idade nas taxas de cancelamento positiva, como a detectada quando da obtenção dos parâmetros da distribuição Weibull ($\beta > 1$), tendo em vista que os valores da taxa crescem monotonicamente com o passar do tempo, a função é sempre crescente.

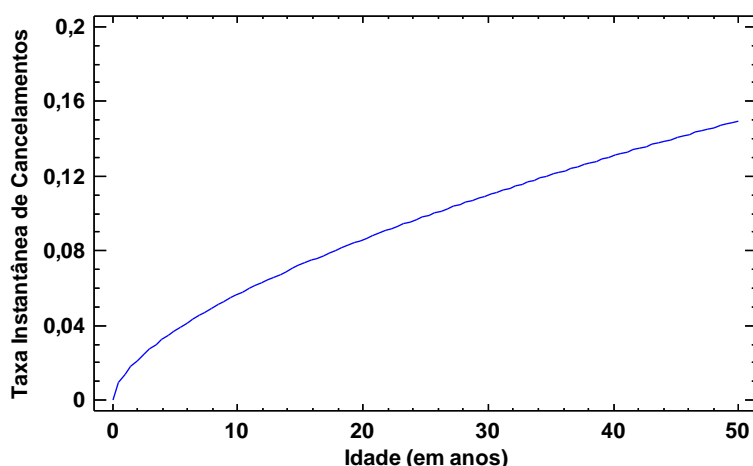


Gráfico 9 – Função da taxa de cancelamentos (*Hazard*)
Fonte: Elaboração da autora

Os resultados expostos indicam que a hipótese H_2 foi aceita, os BMs no Brasil apresentam a dependência da idade nas taxas de mortalidade positiva. Tendo em vista que esses bancos são instituições financeiras, fortemente reguladas por um órgão supervisor, o Bacen, não se esperava que outro tipo de suscetibilidade aparecesse como representante da dependência da idade nas taxas de cancelamento, pois esses bancos já nascem, de certa forma, legitimados e cumprindo os requisitos de capital e patrimônio líquidos mínimos requeridos para seu funcionamento. Todavia, conforme apresentado a seguir, notam-se diferenças na distribuição Weibull quando se separam os BMs provenientes do segmento bancário daqueles oriundos do segmento não bancário.

5.4 RESULTADO DO MODELO 3: ORIGEM, IDADE E MORTALIDADE

Conforme exposto, este modelo 3 envolveu duas técnicas estatísticas: o teste qui-quadrado e a distribuição Weibull, que são expostos a seguir.

5.4.1 TESTE QUI-QUADRADO

Para a análise do teste qui-quadrado, ressalta-se que do total dos 152 BMs cancelados observou-se que 10 nasceram diretamente sob a forma de um BM, não se originando de outra forma organizacional dentro do SFN. Esses 10 BMs foram excluídos deste modelo, por representarem uma pequena parcela dos bancos cancelados e por não apresentarem grupo de origem conforme a análise proposta neste trabalho, ou seja, a divisão da origem dos BMs provenientes de dentro do SFN, baseando-se em bancária ou não bancária.

Logo, a análise deste modelo englobou o total de 142 BMs cancelados, sendo 61 de origem bancária e 81 não bancária.

Salienta-se ainda que a idade foi tratada de forma intervalar, e foi observado que apenas um banco teve cancelamento realizado com um pouco mais de vinte anos (20,1 anos). Além do mais, esclarece-se que os intervalos das idades do cancelamento foram estabelecidos de maneira a buscar dados coerentes para a aplicação segura do teste qui-quadrado.

Conforme explicam Bisquerra, Sarriera e Martínez (2004; p.102), para a utilização do teste qui-quadrado, as frequências teóricas para cada célula devem ser iguais ou superiores a 5 contagens, se esse requisito não for cumprido, é necessário fazer o reagrupamento de categorias até se obter esse valor mínimo. Assim sendo, buscou-se cumprir essa exigência do teste, e a solução foi utilizar a idade de forma intervalar.

Por meio do *software Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 19, testou-se se não existia diferenças significativas entre a população de origem e a idade de cancelamento ou paralisação de um BM, ou seja, se duas variáveis (origem e idade) eram estatisticamente independentes.

Conforme apresentado na Tabela 4, o resultado do teste corresponde ao valor de 11.255, e sendo o p-valor menor do que 0,05, conclui-se que a distribuição não resulta do acaso, existe uma relação entre a origem e a idade de cancelamento dos BMs.

Tabela 4 – Teste Qui-Quadrado

	Valor	Graus de liberdade	p-valor (bilateral)
Qui-Quadrado de Pearson	11,255 ^a	3	,010
Máxima Verossimilhança	11,380	3	,010
Número de Casos Válidos	142		

a. zero células (0%) apresentaram frequências esperadas menores que 5. A frequência esperada mínima foi 7,30.

Fonte: Elaboração da autora

O teste evidenciou que existem diferenças significativas entre a origem e a idade de cancelamento de um BM, o que implica que a origem de um BM está associada com a sua idade de cancelamento.

A Tabela 5 permite uma análise mais detalhada do resultado.

Tabela 5 – Idade de Cancelamento e Origem dos BMs

	Idade (anos)	Origem		Total
		Não Bancária	Bancária	
0 a 4	Quantidade	11	6	17
	% dentro da idade	64,7%	35,3%	100%
	% dentro da origem	13,6%	9,8%	12,0%
	% do Total	7,8%	4,2%	12,0%
5 a 9	Quantidade	41	27	68
	% dentro da idade	60,3%	39,7%	100%
	% dentro da origem	50,6%	44,3%	47,9%
	% do Total	28,9%	19,0%	47,9%
10 a 14	Quantidade	23	11	34
	% dentro da idade	67,6%	32,4%	100%
	% dentro da origem	28,4%	18,0%	23,9%
	% do Total	16,2%	7,7%	23,9%
>15	Quantidade	6	17	23
	% dentro da idade	26,1%	73,9%	100%
	% dentro da origem	7,4%	27,9%	16,2%
	% do Total	4,2%	12,0%	16,2%
Total	Quantidade	81	61	142
	% dentro da idade	57,0%	43,0%	100%
	% dentro da origem	100%	100%	100%
	% do Total	57,0%	43,0%	100%

Fonte: Elaboração da autora

Pela análise dos resultados, há indicação de que os BMs provenientes do setor não bancário morrem mais rapidamente. Como se pode observar na Tabela 5, os bancos que apresentaram menor idade no momento do cancelamento (0-4 anos), 64,7% são de origem não bancária. Por outro lado, ao se observar os bancos que tiveram sua autorização para

funcionamento cancelada com maior idade (>15 anos), 73,9% eram provenientes do setor bancário.

O resultado também permite a percepção de indícios de que a inércia estrutural favorece a seleção ambiental, tendo em vista que os BMs provenientes do segmento bancário não mudaram tanto suas características centrais, em comparação aos provenientes do não bancário, pois já eram bancos, e portanto apresentam menor risco de morrer nos primeiros anos após a transformação em BM.

Diante do exposto, há a indicação de que a hipótese levantada para este modelo foi aceita, o que aponta para a evidência de que a seleção ambiental favorece os BMs provenientes do segmento bancário. Para a confirmação desse resultado, conforme exposto no próximo item, foi realizada uma análise da distribuição Weibull para os BMs, de acordo com o segmento de origem.

5.4.2 DISTRIBUIÇÃO WEIBULL

A fim de identificar se havia diferenças entre as probabilidades de sobrevivência e as taxas de cancelamento dependendo do segmento de origem dos BMs, foi empregada a distribuição Weibull, com o auxílio do Statgraphics.

Para tanto, os BMs autorizados a funcionar e os cancelados foram divididos conforme sua origem. Assim sendo, o modelo Weibull foi empregado duas vezes.

A primeira para os BMs de origem bancária, envolvendo 112 bancos, desses 61 já cancelados e 51 autorizados a funcionar; e a segunda, para os BMs de origem não bancária, envolvendo 141 bancos, sendo 81 já cancelados e 60 autorizados a funcionar. Cumpre esclarecer que as instituições financeiras que nasceram diretamente sob a forma de BM foram excluídas da análise.

Por meio dos Gráficos 10 e 11, elaborados com auxílio do Statgraphics, é possível comparar a probabilidade de sobrevivência dos BMs, registrando-se que, independentemente da origem, a curva é decrescente, ou seja, a probabilidade de sobrevivência diminui com o tempo.

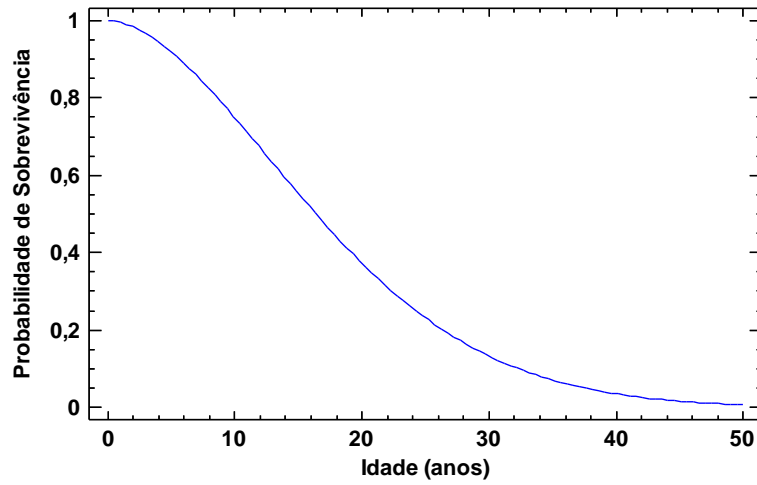


Gráfico 10 – Probabilidade de sobrevivência dos BMs de origem bancária
Fonte- Elaboração da autora

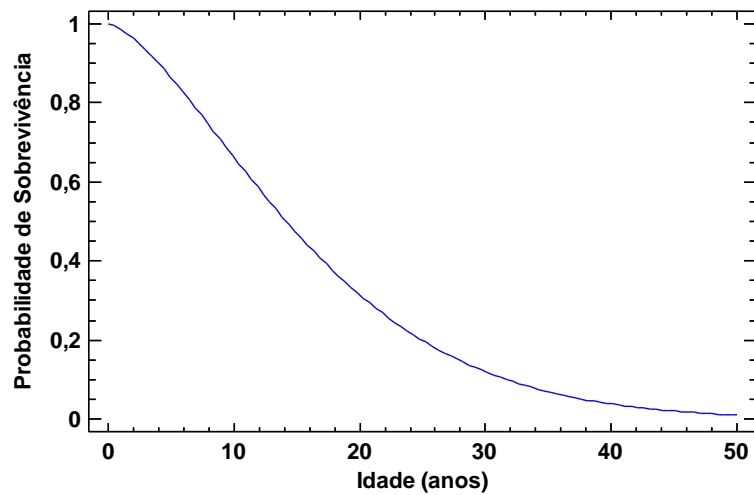


Gráfico 11 – Probabilidade de sobrevivência dos BMs de origem não bancária
Fonte- Elaboração da autora

Baseando-se nos Gráficos 10 e 11, a Tabela 6 traz, resumidamente, os valores aproximados da probabilidade de sobrevivência dos BMs, de acordo com a origem.

Tabela 6- Probabilidade aproximada de sobrevivência dos BMs

Idade (anos)	Probabilidade de sobrevivência dos BMs	
	Origem bancária	Origem não bancária
5	93%	86%
10	75%	68%
15	56%	47%
20	37%	31%

Fonte: Elaboração da autora

De acordo com o apresentado na Tabela 6 e nos Gráficos 10 e 11, observa-se que a probabilidade de sobrevivência dos BMs que se originaram do segmento bancário é mais elevada do que a dos que não se originaram desse segmento. Além do mais, a citada probabilidade dos bancos de origem bancária cai a 50% aos 16 anos, enquanto que a dos de origem não bancária, aos 14 anos.

Por sua vez, as taxas de cancelamento dos BMs podem ser observadas nos Gráficos 12 e 13, pelos quais nota-se que há diferenças entre as duas origens, no entanto, indiferentemente da origem ser bancária ou não, as taxas crescem ao longo do tempo, caracterizando a dependência da idade nas taxas de cancelamento positiva dos BMs no Brasil.

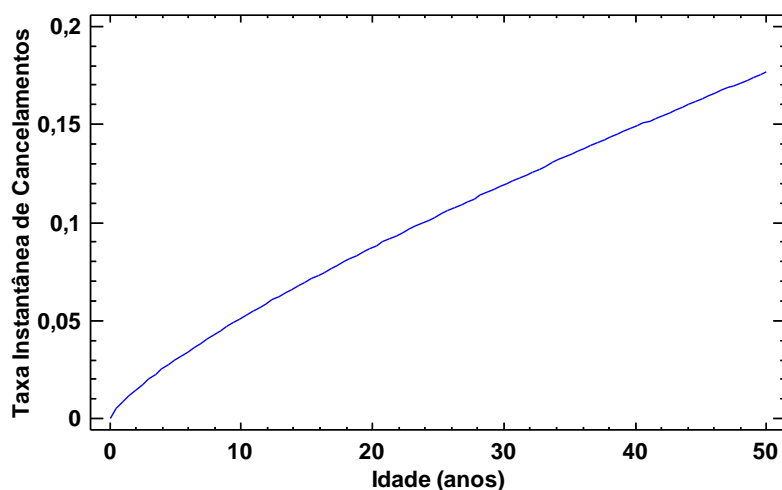


Gráfico 12– Taxa instantânea de cancelamentos dos BMs de origem bancária

Fonte: Elaboração da autora

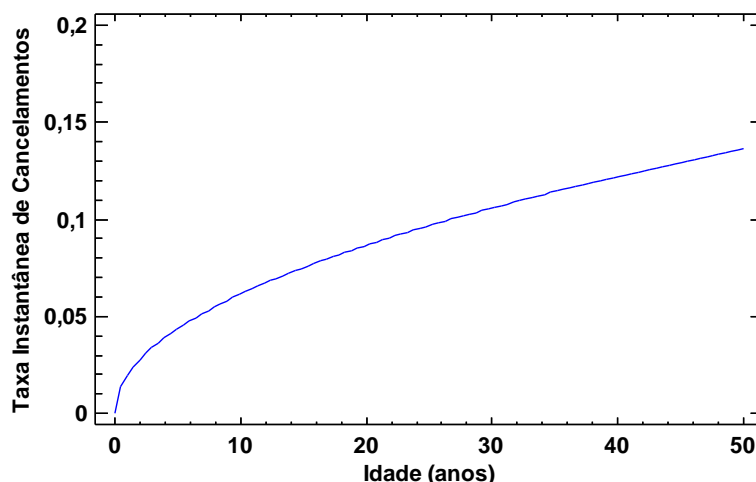


Gráfico13 – Taxa instantânea de cancelamentos dos BMs de origem não bancária
Fonte: Elaboração da autora

Os Gráficos 12 e 13 permitem realizar a comparação das taxas de cancelamento dos BMs, podendo os valores aproximados dessas taxas serem observadas, resumidamente, na Tabela 7.

Tabela 7- Taxa instantânea aproximada de cancelamentos dos BMs

Idade (anos)	Taxa Instantânea de Cancelamentos dos BMs	
	Origem bancária	Origem não bancária
1	0,009	0,028
5	0,030	0,045
10	0,051	0,060
15	0,070	0,075
20	0,088	0,084

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se, por meio da Tabela 7, que há diferenças entre as taxas de cancelamento dos BMs, conforme a sua origem, sobretudo nos primeiros anos de vida. Isto também pode ser observado comparando-se os Gráficos 12 e 13, tendo em vista que o Gráfico 13 apresenta uma curvatura visivelmente mais acentuada nos primeiros valores da idade, indicando a maior incidência de cancelamentos dos BMs de origem não bancária.

Tal resultado é uma confirmação do teste qui-quadrado realizado anteriormente, indicando que a hipótese (H_3) foi aceita.

As estatísticas aplicadas neste modelo 3 evidenciam a tendência dos BMs de origem não bancária terem sua autorização para funcionamento cancelada mais rapidamente, apontando que a seleção ambiental exerce diferentes influências nos BMs, de acordo com a origem.

Ressalta-se que uma das características do modelo Weibull é a análise de previsões das falhas, nota-se, portanto, conforme apresentado nos Gráficos 10 e 11, que a previsão das taxas de cancelamento aparecem invertidas ao longo do tempo, ou melhor, com o passar dos anos, as curvas indicam que os BMs de origem bancária terão taxas de cancelamento maiores.

Nesse sentido, supõe-se, por exemplo, que aos 50 anos de idade essas instituições financeiras de origem bancária apresentariam taxa de cancelamento aproximada de 0,18, e as de origem não bancária, de 0,14. No entanto, esse comentário refere-se somente a uma projeção dos dados, que somente poderia ser comprovada no futuro, tendo em vista que a população dos BMs em dezembro/2009 tinha aproximadamente 21 anos.

Diante de todo o exposto nas análises realizadas, apresenta-se a conclusão desta pesquisa.

6 CONCLUSÕES

Baseando-se na Teoria Ecológica das Organizações este trabalho apresentou um estudo demográfico da população dos BMs no Brasil.

O objetivo proposto foi analisar as principais características dos BMs em atividade no país, como também a evolução desta população, desde a entrada em vigor da sua primeira regulamentação.

A pesquisa envolveu um estudo longitudinal dos BMs, englobando o período de 1988 até 2009. Em um primeiro momento, foi realizada uma análise da forma organizacional dos BMs que estavam em atividade, a fim de mapear o perfil dessa população, a partir de algumas variáveis estudadas. Em seguida, foi avaliada a dependência da idade nas taxas de cancelamento desses bancos, estudo clássico da Teoria Ecológica das Organizações. Por fim, foi analisada a relação entre origem, idade de cancelamento e mortalidade dos BMs.

Foram levantadas três hipóteses relativas aos objetivos específicos propostos e todas foram confirmadas.

No tocante ao primeiro objetivo específico, foi testada a hipótese de que a população dos BMs no Brasil reúne organizações heterogêneas, e que a diversidade organizacional dentro da forma organizacional dos referidos bancos pode ser observada por meio das dimensões da forma.

Cumprido salientar que o estudo das diferentes dimensões da forma organizacional dos BMs em atividade no país permitiu uma melhor descrição da população estudada, evidenciando que a sua composição não forma um grupo de organizações homogêneas, apontando que a forma organizacional dos BMs apresenta uma diversidade relevante.

Com relação ao segundo objetivo específico, foi testada a hipótese de dependência da idade, ou seja, que a idade influencia as taxas de mortalidade. Por meio das curvas de probabilidade de sobrevivência e das taxas de cancelamento há indícios de que a seleção ambiental não atua fortemente nos primeiros anos de vida dos bancos da população estudada, tendo em vista que foi identificada uma dependência positiva da idade, indicando que são instituições financeiras que sofrem a suscetibilidade da obsolescência e/ou da senescência.

Segundo Barron, West e Hannan (1994), a dependência positiva das taxas de mortalidade em relação à idade pode ocorrer por duas razões: a primeira, envolvendo a inércia e as mudanças ambientais, defende que devido à forte força inercial, as organizações mais velhas, têm maiores dificuldade de enfrentar mudanças ambientais bruscas; e a segunda,

envolvendo mais diretamente o fator idade, esclarece que uma organização velha acumulou rotinas, regras e estruturas que reduzem a sua eficiência quando comparadas com as organizações mais jovens, o que dificulta sua sobrevivência com o passar do tempo.

Convém esclarecer que neste estudo não foi apontada qual das duas razões (inércia ou idade) resultam na suscetibilidade encontrada. Sugere-se que estudos futuros realizem análises mais aprofundadas para se obter o motivo pelo qual os BMs apresentam a dependência obtida, se devido à inércia ou à idade.

Tendo em vista que os BMs são instituições financeiras fortemente reguladas e que iniciam suas atividades somente após a autorização de um órgão fiscalizador, o Bacen, pode-se considerar que elas entram para atuarem no SFN com legitimidade. Assim sendo, esse aspecto deve exercer influência na vida dessas organizações, de maneira que a legitimidade também é outro tema que pode ser explorado em futuras pesquisas.

No que se refere à terceira hipótese, foi testado se a origem influencia no cancelamento dos BMs. Por meio de duas ferramentas estatísticas (teste qui-quadrado e distribuição Weibull) foi avaliado qual das duas populações de origem desses bancos, se proveniente do segmento bancário ou não bancário, sofre o cancelamento da autorização para funcionamento mais rápido, ou seja, nos primeiros anos de vida.

Pelo teste qui-quadrado, foi identificado que os BMs que foram cancelados com idade de 0-4 anos, 64,7% eram provenientes da origem não bancária, ao passo que os BMs cancelados com idade maior de 15 anos, 73,9% eram da origem bancária.

Por sua vez, com o modelo Weibull, isolando-se os dados em dois grupos, o primeiro com os bancos de origem bancária e o segundo com os de origem não bancária, verificou-se que as taxas de cancelamento eram diferenciadas, de maneira que os de origem não bancária sempre apresentaram taxas ligeiramente mais elevadas em comparação com os de origem bancária. Tal resultado pode ser visto como uma confirmação do primeiro método estatístico aplicado, o qui-quadrado, apontando que há relação entre origem do BM e sua idade de cancelamento, como também, que a seleção ambiental exerce diferentes influências na população estudada, dependendo da origem.

Nota-se que o resultado exposto acima poderia parecer contraditório diante do fato de que a estatística descritiva aponta para um grande número de BMs (44) com idades acima de 20 anos, sendo 50% de origem bancária e os outros 50% não bancária. No entanto, essa ocorrência pode ser explicada porque ao longo da história dos BMs, houve maior quantidade de transformação nesse tipo de banco pelas instituições financeiras provenientes do setor não

bancário, correspondendo a 141 organizações, ao passo que a transformação das provenientes do setor bancário equivale a 112 organizações.

Diante do exposto, conclui-se que os bancos provenientes do segmento não bancário apresentam maior risco de terem sua autorização para funcionamento cancelada, principalmente nos primeiros anos de vida. Porém, cabe ressaltar, baseando-se no resultado do Gráfico 3, a capacidade de sobrevivência dos bancos de origem SCFI, que apresenta maior proporção de bancos autorizados a funcionar comparativamente aos BMs cancelados ao longo do tempo.

Um ponto a ser comentado diz respeito à suscetibilidade da idade. O resultado encontrado, em que a probabilidade de cancelamento dos BMs aumenta com a idade, é questionado quando se observa, por meio do Gráfico 4 (histograma da idade dos BMs autorizados a funcionar), a quantidade dos bancos com mais de 20 anos (44 BMs). Nesse sentido, nota-se que o “boom” de nascimentos dessas instituições está concentrado no surgimento da população de BMs. Depois, ao longo do tempo, os nascimentos não foram em números significativos, ou seja, com exceção dos primeiros anos da população, pode-se dizer que não nascem muitos BMs no Brasil. Parte dos bancos que nasceram nesse período ainda está funcionando, sendo os bancos com mais de 20 anos.

Outro ponto importante refere-se à relação entre tamanho e mortalidade. De acordo com estudo realizado por Ranger-Moore (1997), grandes empresas sempre apresentam menores taxas de fracasso. Neste trabalho, o tamanho das instituições financeiras pesquisadas foi captado pela dimensão recursos (capital social integralizado, patrimônio líquido, número de agências em funcionamento e número de carteiras operacionais autorizadas). Pelo resultado da análise de cluster, em que os agrupamentos foram feitos de acordo com a dimensão recursos, esta relação entre tamanho e fracasso não fica evidenciada. Observou-se que do total de 44 BMs com idades superiores a 20 anos, 11 são provenientes do grupo de poucas agências, que apresentou a dimensão recursos de menor destaque, e 11 são do grupo de bancos de grandes conglomerados, que se destacou em tamanho.

Tendo em vista os resultados obtidos, este trabalho traz como principal contribuição um estudo demográfico populacional, assunto pouco explorado na literatura acadêmica nacional.

Outra contribuição é a análise da forma organizacional, tema ainda em discussão no âmbito da própria literatura de Ecologia Organizacional. A diversidade identificada neste estudo é tema a ser explorado em futuras pesquisas, utilizando-se as dimensões que foram propostas. A evidência de que a população dos BMs apresenta origens distintas pode ser

encontrada em outras populações, o que também implica na oportunidade de se realizar a mesma análise em diferentes populações, sejam do sistema financeiro ou não.

Além do mais, a heterogeneidade dos BMs identificada nesta pesquisa contribui para análises futuras sobre esta população, sobretudo no que se refere às implicações em termos da regulamentação econômica e de defesa da concorrência, que deve estar atenta para esta heterogeneidade.

Vale observar que este trabalho não analisou outros aspectos sobre os grupos formados pela análise de agrupamentos, como por exemplo, se fatores ambientais, como a tecnologia empregada por esses bancos também estava sendo refletida nos grupos. Esse aspecto pode ser também objeto de investigações futuras.

A pesquisa apresenta limitações tendo em vista que outros aspectos que influenciam o cancelamento de uma instituição financeira não foram analisados, como por exemplo, o nicho de recursos. Além disso, convém esclarecer que os ecólogos não assumem que o processo de seleção favorece as organizações mais eficientes economicamente, mas que esse processo apresenta várias dimensões, entre elas aspectos culturais e políticos (HANNAN, 2005, p.53).

Ademais, pode-se considerar que o modelo 3 desta dissertação também apresenta limitações. Nota-se que, nesta análise, os BMs foram divididos em dois grupos, dependendo da sua origem, ou seja, provenientes do setor bancário ou não bancário. No entanto, não foram analisados os BMs que surgiram no SFN diretamente como BMs, tendo em vista que o total não era representativo do ponto de vista estatístico. Futuros estudos sobre esse grupo específico, talvez a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, podem contribuir para uma melhor compreensão dos fatores de sobrevivência na população de BMs.

Cumprе salientar, ainda, que a presente dissertação deu ênfase na teoria de Ecologia Organizacional. Nesse sentido, o foco foi realizar um estudo demográfico na população dos BMs no Brasil, com o intuito de analisar a sua dinâmica de vida e morte. Estudos posteriores podem articular os resultados aqui encontrados e analisá-los sob outras perspectivas de pesquisa, como a literatura de Organização Industrial e de Estratégia.

Por fim, registra-se que as conclusões apresentadas neste trabalho são posições da autora e não as do Banco Central do Brasil.

7 REFERÊNCIAS

ABERNETHY, R.B. An Overview of Weibull Analysis. In: **The New Weibull Handbook**. 5ª ed. Abernethy Publisher, 2004. Chapter 1, p.1-11. Disponível em: <<http://www.barringer1.com/pdf/Chpt1-5th-edition.pdf>> Acesso em: 11 nov2010.

ALDRICH, H.E. **Organizations and Environments**. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey: 2006.

ALDRICH, H. E.; PFEFFER, J. Environments of organizations. **Annual Review of Sociology**, v. 2, p. 79-105, 1976.

ALDRICH, H.E.; RUEF, M. **Organizations Evolving**. London, Thousand Oaks, California : SAGE, 2a. ed., 2006.

ALEXANDRE, M; CANUTO, O; SILVEIRA, J.M. Microfundamentos de falência de bancos atacadistas: a experiência brasileira nos anos 90. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.33, n. 2, p. 249-285, abril-junho, 2003.

AMBURGEY; KELLY, D.; BARNETT, W.P. Resetting the clock: the dynamics of organizational change and failure. **Administrative Science Quarterly**, v.38, p.51-73, 1993.

AMORIM, M.T. **A população de Sociedades de Crédito ao Micro Empreendedor no Brasil: Uma análise sob a perspectiva da síndrome das novatas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

ANDREZO, A.F.; LIMA, I.S. **Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ASTLEY, W.G.; VAN DE VEN, A.H. Central Perspectives and Debates in Organization Theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 2, pp. 245-273, 1983.

BARRON, D.N.; WEST, E.; HANNAN, M.T. A Time to Grow and a Time to Die: Growth and Mortality of Credit Unions in New York City, 1914-1990. **American Journal of Sociology**, v.100, no.2, p.381-421, 1994.

BATAGLIA,W; MEIRELLES, D. Population ecology and evolutionary economics. **Management Research**, v.7, n.2, p.87-101, 2009.

BAUM, J.A.C. Organizational Ecology. IN: CLEGG, S.R. HARDY, C. NORD, W.R. (eds.) **Handbook of Organization Studies**. Newbury Park, CA: SAGE Publications, 1996.

BAUM, J.A.C.; AMBURGEY, T.L. Organizational Ecology. IN: BAUM, J.A.C. (ed.) **Blackwell companion to organizations**. Malden: Blackwell, 2002.

BAUM, J.A.C.; MEZIAS, S.J. Localized Competition and Organizational Failure in the Manhattan Hotel Industry, 1898-1990. **Administrative Science Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 580-604, Dec. 1992.

BAUM, J.A.C.; OLIVER, C. Institutional Linkages and Organizational Mortality. **Administrative Science Quarterly**, v.36, p.187-218, 1991.

BAUM, J.A.C; SING, J.V. Organizational Niches and the Dynamics of Organizational Mortality. **American Journal of Sociology**, v.100, n.2, 1994.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J.C.; MARTÍNEZ, F. **Introdução à Estatística: Enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Capítulo 7: Provas de qui-quadrado, p. 101-113.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.9.1988**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsf19882000>. Acesso em: 23 mai. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Composição e Evolução do SFN**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 2 jan.2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Manual de Organização do Sistema Financeiro – Sisorf**. Disponível em: <[http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm &vid=nms ManualSisorf:idvManualSisorf](http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsManualSisorf:idvManualSisorf)>. Acesso em: 2 set. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Papéis dos intermediários financeiros**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPBINTER>>. Acesso em: 4 mai. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 45 de 30 de dezembro de 1966**. Regulamenta as operações realizadas pelas sociedades de crédito e financiamentos e as do tipo misto de que resulte o aceite de títulos cambiários. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=066000078&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 394 de 3 de novembro de 1976**. Define a constituição e o funcionamento dos Bancos de Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=076000070&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 1.092 de 20 de fevereiro de 1986**. Estabelece o direcionamento de recursos provenientes dos aceites cambiais das sociedades de crédito, financiamento e investimento Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=086046830&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 1.524 de 21 de setembro de 1988**. Banco Múltiplo: organização mediante fusão, cisão, etc. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=088128463&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 6 mai. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.309 de 28 de agosto de 1996**. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=096183464&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.099 de 17 de agosto de 1994**. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nms Manual Sisorf:idvManualSisorf>>. Acesso em: 6 mai. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.325 de 30 de outubro de 1996**. Altera e consolida as normas relativas à prestação de garantias por parte das instituições financeiras. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=096229091&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.607 de 27 de maio de 1999**. Estabelece limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=099112744&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.624 de 29 de julho de 1999**. Consolida as normas sobre a constituição e o funcionamento de bancos de investimento. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=099172123&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução 2.788 de 30 de novembro de 2000**. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=100230325&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 13 set. 2010.

BRASIL. **Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4595.htm>. Acesso em: 6 mai. 2010.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 16 mai.2010.

BRÜDERL, J.; PREISENDORFER, P.; ZIEGLER, R. Survival Chances of Newly Founded Business Organizations. **American Sociological Review**; v. 57, n.2; ABI/INFORM Global, p.227-242; Apr 1992.

BRÜDERL, J.; SCHÜSSLER, R. Organizational Mortality: The Liabilities of Newness and Adolescence. **Administrative Science Quartely**, v.35, no.3, p. 530-547, 1990.

CALDAS, M.P.; CUNHA, M. P. Ecologistas e Economistas Organizacionais: O paradigma funcionalista em expansão no final do século XX. **Revista de Administração de Empresas – RAE – Clássicos**, v.45, n.3, 2005.

CANO, W. **Introdução à Economia**: Uma abordagem Crítica. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CARROLL, G.L.; DELACROIX, J. Organizational Mortality in the Newspaper Industries of Argentina and Ireland: An Ecological Approach. **Administrative Science Quartely**, v.27, p.169-198, 1982.

CARROLL, G.L.; HANNAN, M.T. Density Dependence in the Evolution of Populations of Newspaper Organizations. **American Sociological Review**, v.54, p.524-541, 1989b.

CARROLL, G.L.;HANNAN, M.T. **The demography of corporations and industries**. New Jersey: Princeton Unversity Press, 2000.

CHAMBRÉ, S.M.; FATT, N. Beyond the Liability of Newness: Nonprofit Organizations in na Emerging Policy. **Nonprofit and Voluntary Sector Quartely**, v.31, p.502-524, 2002.

DODSON, B. **The Weibull Analysis Handbook**. American Society for Quality. Milwaukee: Quality Press, 2006.

DOSI, G.; TEECE, D. Organizational Competence and the Boundaries of the Firm, **CCC Working Paper** No. 93-11, University of California at Berkeley, CRM. 1993.

FICHMAN, M.; LEVINTHAL, D.A. Honeymoons and the Liability of Adolescence: A New Perspective on Duration Dependence in Social and Organizational Relationships. **Academy of Management Review**, v.16, no.2, p. 442-468, 1991.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 15^a ed., 2004.

FREEMAN, J.; CARROLL,G.R.; HANNAN, M.T. The Liability of Newness: Age dependence in organizational death rates. **American Sociological Review**, v.48, p.692-710, 1983.

FUJIWARA-GREVE, T.; GREVE, H.R. Organizational Ecology and Job Mobility. **Social Forces**, v.79, n.2, p.547-568, December 2000.

GONZALEZ, R.B.; SAVOIA, J.R.F.; GOUVÊA, M.A. Grupos Estratégicos Bancários: Uma abordagem transversal multivariada para o problema da segmentação dos bancos no Brasil. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v.9, n.7, p. 11-4, Nov/Dez 2008.

HAGER, M.A.; GALASKIEWICS, J.; LARSON, J.A. Structural Embeddedness and the liability of Newness among nonprofit organizations. **Public Management Review**, v. 6, Issue 2, p.159–188, 2004.

HAIR JR., J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados**, Porto Alegre: Bookman, 2006.

HALLIDAY, T.C.; POWELL, M.J.; GRANFORS, M.W. Minimalist Organizations: Vital Events in State Bar Associations, 1870-190. **American Sociological Review**, v.52, p.456-471, 1987.

HANNAN, M.T. Rethinking Age Dependence in Organizational Mortality: Logical Formalizations. **The American Journal of Sociology**, v.104, p.126-164, 1998.

HANNAN, M.T. Ecologies of organizations: diversity and identity. **The Journal of Economic Perspectives**, v.19, n.1, p.51-70, Winter 2005.

HANNAN, M.T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, 83, p.929-984, 1977.

HANNAN, M.T.; FREEMAN, J. Structural Inertia and Organization Change. **American Sociological Review**, 49, p. 149-164, 1984.

HANNAN, M.T.; FREEMAN, J. Where do organizational forms come from? **Sociological Forum**, v.1, n.1, p. 50-72, 1986.

HANNAN, M.T.; FREEMAN, J. **Organizational Ecology**. Harvard University Press, 1989.

HANNAN, M.T.; PÓLOS L.; CARROLL, G.R. **Logics of organization Theory: Audiences, Codes, and Ecologies**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

HENDERSON, A.D. Firm strategy and age dependence: A contingent view of the liabilities of newness, adolescence, and obsolescence. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca: v. 44, n. 2; p. 281-314, 1999.

HSU,G.; HANNAN, M.T. Identities, genres, and organizational forms. **Organization Science**, v.16, n.5, p. 474-490, 2005.

KASIMOGLU, M. An investigation into the death of organisations from old age in Turkey. **European Business Review**. Bradford, v. 18, n. 1; p. 14-32, 2006.

LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. **Estatística: Teoria e Aplicações**. Rio de Janeiro: LYC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 2000.

MAHMOOD, T. Survival of newly founded businesses: A log-logistic model approach. **Small Business Economics**, v.14, n.3, p.223-237, May 2000.

MALHOTRA, N.K. Análise de Regressão. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001, p.458-473.

MCKELVEY, B. **Organizational Systematics: taxonomy, evolution, classification**. California: University of California Press, 1982.

MCKELVEY, B.; ALDRICH, H. Natural selection, and applied organizational science. **Administrative Science Quarterly**, v.28, n.1, p.101-128, Mar., 1983.

MEIRELLES, D.S.; YOSHIDA, E.C.; PALMAKA, R.P. As Dimensões das Formas Organizacionais no Setor Brasileiro de Intermediação financeira. Working Paper – **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, São Paulo, 2010.

MENDONÇA, E.C. **Insolvência Bancária: os Regimes Administrativos e o Procedimento Judicial**. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pgbcb/122007/revista_pgbc_vol1_n1_dez2007.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2010.

MORSE, E.A.; FOWLER, S.W.; LAWRENCE, T.B. The Impact of Virtual Embeddedness on New Venture Survival: Overcoming the Liabilities of Newness. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p.139-159, 2007.

NELSON, W.B. **Applied life data analysis**. Wiley series in probability and statistics. John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey, 2004.

PENROSE, E. A economia da diversificação. In: **A teoria do Crescimento da Firma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. Cap. VII e VIII, p. 169-291.

PESTANA, M.H; GAGEIRO, J.N. Análise de Clusters. In: **Análise de dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2005. Cap. 9, p. 543-557.

PHILLIPS, D.J. The promotion paradox: Organizational mortality and employee promotion chances in Silicon Valley law firms, 1946-1996. **The American Journal of Sociology**. Chicago: v. 106, n. 4; p. 1058-10-98, 2001.

POHLMANN, M.C. Análise de Conglomerados. IN: CORRAR, L.J.; PAULO, E.; FILHO, J.M.D. (eds.). **Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

PÓLOS, L.; HANNAN, M.T. Reasoning with partial knowledge. **Sociological Methodology**, v.32, n.1, pp. 133-138, 2002.

PÓLOS, L.; HANNAN, M.T.; CARROLL, G.R. Foundations of a theory of social forms. **Industrial and Corporation Change**, v.11, n.1, p. 85-115, 2002.

RANGER-MOORE, J. Bigger may be better, but is older wiser? Organizational age and size in the New York life insurance industry. **American Sociological Review**. Albany, v. 62, n. 6; p. 903-920, 1997.

RAO, H.; NEILSEN, E.H. An Ecology of Agency Arrangements: Mortality of Savings and Loan Associations, 1960-1987. **Administrative Science Quarterly**, v.37, p.448-470, 1992.

ROMANELLI, E. The evolution of new organizational forms. **Annual Review of Sociology**, v.17, n.1, p. 87-103, 1991.

RUEF, M. The emergence of organizations forms: A community ecology approach. **American Journal of Sociology**, n. 106, v.3, p. 657-714, 2000.

SHEPHERD, D.A., DOUGLAS, E.J., & SHANLEY, M. New venture survival: Ignorance, external shocks, and risk reduction strategies. **Journal of Business Venturing**, 15(5-6), 393, 2000.

SHIGLEY, J.E.; MISCHKE, C.R., BUDYNAS, R.G. **Projeto de Engenharia Mecânica**. New York: The MacGraw-Hill Companies, Inc., 7^a ed, 2004.

SINGH, J.V.; TUCKER, D.J.; HOUSE, R.J. Organizational Legitimacy and the Liability of Newness. **Administrative Science Quarterly**, p.171-193, 1986.

SPIEGEL, M.R. O teste de qui-quadrado. IN: **Estatística**. 3^a edição – São Paulo: Makron Books, 1993. Cap. 12, p.302-328.

STATGRAPHICS. **Weibull Analysis**. Help Menu. StatPoint Technologies, Inc., 2009.

STINCHCOMBE, A.L. Social Structure and Organizations. In: Jamer G. March, ed., **Handbook of organizations**. Chicago: Rand McNally, 1965.

THORNHILL, S.; AMIT, R. Learning From Failure: A Firm-Level Analysis of the Liability of Newness. **Academy of Management Proceedings**, A1-A6, 2003.

ULRICH, D. The population perspective: review, critique, and relevance. **Human Relations**, v.40, n.3, p. 137-152, 1987.

XIE, X. Growth and renewal: **How does organizational experience affect diversification in early and mature organizations**. 2006. (Doctor of Philosophy in the Kenan- Flagler School of Business - Strategy) - The University of North Carolina, Chapel Hill, 2006.

APÊNDICE A – MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Problema de pesquisa: Como evoluiu a população de BMs no Brasil, desde a sua regulamentação?		
Objetivo geral: Analisar a evolução da população de BMs no Brasil a partir da diversidade organizacional, idade e mortalidade dessas instituições financeiras.		
Objetivos específicos	Referencial Teórico	Conclusões
1. Analisar a diversidade dentro da forma organizacional dos BMs em funcionamento.	HANNAN; FREEMAN (1977, 1986); MCKELVEY (1982); ROMANELLI (1991); BAUM (1986); CARROLL; HANNAN (2000); PÓLOS; HANNAN; CARROLL (2002); HSU; HANNAN (2005); ALDRICH (2006); MEIRELLES; YOSHIDA; PALMAKA (2010).	Proposta de um agrupamento alternativo dos bancos, evidenciando que a diversidade organizacional dos BMs em funcionamento no país é relevante.
2. Identificar a dependência da idade nas taxas de mortalidade dos BMs.	CARROLL; DELACROIX (1982); FREEMAN; CARROL; HANNAN (1983); BAUM; OLIVER (1991); BRÜDERL; SCHÜSSLER (1990); FISCHMAN; LEVINTAL (1991); BARRON; WEST; HANNAN (1994); RANGER-MOORE (1997); ALDRICH; PFEFFER (1976); BAUM (1986); HANNAN; FREEMAN (1977, 1986); CARROLL; HANNAN (2000); e outros	A dependência da idade nas taxas de mortalidade dos BMs é positiva: com o passar dos anos, as taxas de cancelamento aumentam.
3. Identificar a relação entre origem, idade e mortalidade dos BMs.	ALDRICH; RUEF (2006); HANNAN; FREEMAN (1977, 1986); CARROLL; HANNAN (2000); MCKELVEY (1982); HANNAN; PÓLOS; CARROLL (2007) e outros.	Existe relação entre a origem e a idade de cancelamento dos BMs: os bancos provenientes do setor não bancário têm sua autorização para funcionamento cancelada mais rapidamente. As taxas de cancelamento para a população variam, dependendo da origem do banco.

Fonte: Elaboração da autora

ANEXO A – RESOLUÇÃO 1.524, DE 21.9.1988

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9 da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 4., inciso VIII, da mencionada Lei,

R E S O L V E U:

I - Facultar aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, nos termos da legislação em vigor.

II - Estabelecer que a organização das instituições financeiras referidas no item anterior, através de processos de fusão, incorporação, cisão, transformação ou constituição direta, dependa de prévia autorização do Banco Central do Brasil, observado o disposto no Regulamento anexo a esta Resolução.

III - Permitir o acesso ao sistema de organização ora criado, desde que previamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e atendidos os níveis mínimos de capitalização, de instituições financeiras independentes, instituições financeiras não-vinculadas ao controle de um mesmo grupo de acionistas, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio, títulos e valores mobiliários, estabelecido que, para estas últimas, o acesso dar-se-á através da constituição de qualquer instituição financeira como pessoa jurídica autônoma à corretora.

IV - Condicionar a faculdade de que trata esta Resolução ao compromisso de participação da instituição resultante ou de nova instituição no mecanismo garantidor de créditos que vier a ser instituído.

V - Manter a redução de exigências de capital e patrimônio líquido prevista, em normativo específico, para os bancos comerciais de pequeno e médio portes em funcionamento e para os bancos comerciais com sede nas regiões de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - Sudeco que optarem pela faculdade prevista nesta Resolução.

VI - Estabelecer para as demais instituições em funcionamento que optarem pela faculdade prevista nesta Resolução, exceto para os bancos comerciais de grande porte, redução de 30% (trinta por cento) das exigências de capital e patrimônio líquido mínimos.

VII - Assegurar às instituições financeiras resultantes do processo de fusão, incorporação, cisão ou transformação:

a) autorização das carteiras necessárias a manter as operações atribuídas às instituições que lhes deram origem; e

b) rede de agências instaladas ou não e demais dependências necessárias à manutenção de todos os pontos de atendimento mantidos pelas instituições sucedidas, respeitada a categoria e a natureza da agência ou dependência existente na instituição de origem.

VIII - Determinar que a autorização para funcionamento da nova instituição resultante do processo implica cancelamento automático das autorizações concedidas para o funcionamento das instituições originais.

IX - Facultar que, transitoriamente à adoção do sistema de organização ora previsto, as instituições financeiras celebrem, com autorização prévia do Banco Central do Brasil, acordos operacionais através de contratos específicos, independentemente dos convênios usuais de prestação de serviços. As operações decorrentes de tais acordos serão realizadas por conta e risco do contratante cessionário, que deverá escriturá-las e que será o responsável primeiro pela sua regularidade, bem como pela solvência das operações conveniadas.

X - Assegurar às instituições em funcionamento que não optarem pelo sistema de organização previsto nesta Resolução o exercício de suas atividades de acordo com as normas regulamentares a elas aplicáveis.

XI - Autorizar o Banco Central do Brasil a baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

XII - Estabelecer que esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 21 de setembro de 1988

Juarez Soares
Presidente, em exercício

REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO N. 1.524, DE 21.09.88

CAPÍTULO I

Do Funcionamento

Art. 1. As operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras podem ser executadas por uma única instituição, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, através das seguintes carteiras:

- a) carteira comercial: regulamentação dos bancos comerciais;
- b) carteira de investimentos: regulamentação dos bancos de investimento;
- c) carteira de desenvolvimento: regulamentação dos bancos de desenvolvimento;
- d) carteira de crédito imobiliário: regulamentação das sociedades de crédito imobiliário; e
- e) carteira de crédito, financiamento e investimento: regulamentação das sociedades de crédito, financiamento e investimento.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e Patrimônio Líquido

Art. 2. O capital social das instituições de que trata este Regulamento deverá obedecer ao disposto no artigo 25 da Lei 4.595, de 31.12.64.

Parágrafo 1. Ressalvados os casos de interesse nacional e os acordos internacionais, a participação estrangeira no capital das instituições financeiras deverá observar o disposto nos artigos 50 e 51 da Lei n. 4.131, de 3.9.62.

Parágrafo 2. Fica mantida, nos níveis atuais, a participação estrangeira nas instituições financeiras que tenham seu controle acionário exercido por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior.

Art. 3. O capital realizado e patrimônio líquido mínimos da instituição financeira constituída de acordo com este Regulamento deverão corresponder ao somatório das quantidades de Obrigações do Tesouro Nacional por carteira a ser operada, conforme abaixo:

a) carteira comercial:	1.200.000;
b) carteira de investimento:	1.200.000;
c) carteira de crédito imobiliário (por região):	600.000;
d) carteira de crédito, financiamento e investimento:	350.000;
e) carteira de desenvolvimento:	200.000.

Parágrafo único. Quando a carteira comercial for originária de banco comercial com controle estrangeiro, o capital e patrimônio líquido mínimos devem corresponder a 2.400.000 Obrigações do Tesouro Nacional.

Art. 4. A rede de agências da instituição constituída de acordo com este Regulamento acarretará adicional de capital e patrimônio líquido em função da categoria das agências, segundo a regulamentação vigente para os bancos comerciais, com os seguintes acréscimos por carteira com que operar:

a) carteira comercial	30%;
b) carteira de investimentos	30%;
c) carteira de crédito imobiliário	30%;
d) carteira de crédito, financiamento e investimento	10%;
e) carteira de desenvolvimento	5%.

Art. 5. As exigências de capital realizado e patrimônio líquido mínimos devem ser cumpridas por ocasião da autorização pelo Banco Central do Brasil para constituição e funcionamento de instituições, sedes, carteiras operacionais e dependências.

Art. 6. Excetua-se do disposto no artigo anterior a instituição resultante de instituições financeiras já existentes, a qual terá prazo de até 5 (cinco) anos, a partir da publicação deste Regulamento, para regularização do capital realizado e patrimônio líquido correspondentes às carteiras das instituições que lhe deram origem.

Parágrafo 1. Fica vedada, enquanto pendente a exigência de capitalização prevista neste artigo, a concessão de autorizações para constituição e funcionamento de novas instituições financeiras, sedes, carteiras operacionais e agências.

Parágrafo 2. A integralização da capitalização prevista neste artigo será de 50% (cinquenta por cento) por ocasião da autorização, e o restante, na forma e prazo a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 3. A faculdade prevista neste artigo aplica-se também às pessoas jurídicas resultantes de instituições dependentes de autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil que atenderem, alternativamente, às seguintes condições:

- a) estarem operando no mercado há pelo menos 5 (cinco) anos sob o mesmo controle de capital votante; ou
- b) terem os administradores que controlem o seu capital votante experiência mínima de 5 (cinco) anos como dirigente nos mercados financeiro e de capitais.

CAPÍTULO III

Da Administração

Art. 7. Somente podem ser administradores das instituições objeto deste Regulamento pessoas naturais residentes no Brasil e que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras.

Art. 8. As instituições deverão manter, para cada carteira com que operar, diretor tecnicamente qualificado responsável pelas operações, admitida a acumulação de cargos, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

Das Normas Operacionais

Art. 9. Na realização de operações ativas e passivas, as instituições deverão observar os requisitos e condições estabelecidos pela regulamentação em vigor para as instituições financeiras.

Parágrafo único. Na realização de operações compromissadas, de câmbio ou de depósitos interfinanceiros, as instituições deverão observar os requisitos e condições estabelecidos pela regulamentação em vigor para as instituições financeiras, não se aplicando, no caso, a vedação de transacionar na compra, venda e manutenção em tesouraria de títulos de emissão própria, como decorrência do exercício da modalidade operacional permitida.

Art. 10. Não haverá vinculação entre as fontes de recursos captados e as suas aplicações, salvo os casos previstos em legislação e regulamentação específica.

Art. 11. O total das responsabilidades da instituição por recursos de terceiros e de operações de câmbio não poderá exceder a 15 (quinze) vezes o seu patrimônio líquido, exceto as operações de repasse de recursos de terceiros, públicos ou privados, a captação via certificados de depósitos interfinanceiros e as operações compromissadas, que continuarão observando limites e regulamentação específicos.

Parágrafo único. O descumprimento do limite estabelecido neste artigo sujeitará a instituição, além das sanções previstas na legislação em vigor, a:

- a) suspensão dos repasses e refinanciamentos das instituições repassadoras de recursos federais;
- b) impedimento de prestar garantias nacionais e internacionais; e
- c) impedimento de operar os convênios de créditos recíprocos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 12. O índice de imobilização para as instituições será, no máximo, de 90% (noventa por cento) do patrimônio líquido, cabendo ao Banco Central fixar sua composição e o prazo e condições para o ajustamento.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá estipular prazo para que as instituições financeiras, em funcionamento, se ajustem às exigências aqui estabelecidas.

ANEXO B – RESOLUÇÃO 2.099, DE 17.8.1994

(Compilada com as alterações introduzidas pelas Resoluções 2.122, de 30.11.1994; 2.212, de 16.11.1995; 2.301, de 25.7.1996; 2.396, de 25.6.1997; 2.607, de 27.5.1999; 2.608, de 27.5.1999; 2.678, de 21.12.1999; 2.696, de 24.2.2000; 2.815, de 24.1.2001; 2.926, de 17.1.2002; 3.036, de 30.10.2002; 3.040, de 28.11.2002; 3.334, de 22.12.2005; 3.398, de 29.8.2006)

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.8.1994 e retificado no DOU de 26.8.1994.

Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, a instalação de dependências e a obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.¹

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 17.08.94, tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos VIII, XI e XIII, da referida Lei nº 4.595/64, na Lei nº 4.728, de 14.07.65, no art. 20, Parágrafo 1., da Lei nº 4.864, de 29.11.65, no art. 6º do Decreto-Lei nº 759, de 12.08.69, na Lei nº 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.132, de 26.10.83, e no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.86.

R E S O L V E U:

Art. 1º Aprovar os regulamentos anexos, que disciplinam, relativamente às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

I – a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização – Anexo I;

II – os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor – Anexo II;

III – a instalação e o funcionamento de dependências no País – Anexo III;

IV – a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor, compatível com o grau de risco da estrutura de ativos – Anexo IV.

Art. 2º (revogado)²

Art. 3º (revogado)²

Art. 4º (revogado)²

Art. 5º (revogado)³

Art. 6º Continua vedada a instalação de agência por parte de bancos de desenvolvimento e cooperativas de crédito.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogados:

I – a partir da data de publicação desta Resolução:

a) as Resoluções nºs 156, de 10.09.70, 201, de 20.12.71, 246, de 16.01.73, 310, de 25.10.74, 341, de 15.08.75, 632, de 27.08.80, 658, 659 e 660, de 17.12.80, 792, de 11.01.83, 1.082, de 30.01.86, 1.493, de 29.06.88, 1.535, de 30.11.88, 1.602, de 27.04.89, 1.648 e 1.649, de 25.10.89, 1.687, de 21.02.90, 1.741, de 30.08.90, 1.776, de 06.12.90, 1.864, de 05.09.91, 2.056, de 17.03.94, 2.066, de 22.04.94, 2.070, e 2.071, de 06.05.94, as Circulares nºs 755, de 11.01.83, 867, de 17.07.84, 1.305, de 23.03.88, 1.328, de 06.07.88, 1.394, de 09.12.88, 1.404 e 1.408, de 29.12.88, 1.415, de 13.01.89, 1.551, de 07.12.89, 1.863, de 14.12.90, 1.974, de 14.06.91, 2.273, de 29.01.93, 2.289, de 18.03.93, 2.297, de 07.04.93, e 2.314, de 26.05.93, e as Cartas-Circulares nºs 1.927, de 16.05.89, e 2.465, de 21.06.94;

b) os itens III a VI da Resolução nº 20, de 04.03.66, o art. 2º do Regulamento Anexo à Resolução nº 394, de 03.11.76, os itens II e III da Resolução nº 980, de 13.12.84, e os arts. 2º e 5º do respectivo Regulamento Anexo, o item III da Resolução nº 1.120, de 04.04.86, e o art. 5º do respectivo Regulamento anexo, os itens II a IV da Resolução nº 1.428, de 15.12.87, os itens I a IV e VII a X da Resolução nº 1.524, de 21.09.88, e os arts. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10 e 13 do respectivo Regulamento Anexo, os itens II a VIII da Resolução nº 1.632, de 24.08.89, o art. 6º do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.655, de 26.10.89, o art. 2º da Resolução nº 1.770, de 28.11.90, e o art. 4º do respectivo Regulamento Anexo, o art. 54 do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.914, de 11.03.92, os itens 2 a 4, alíneas “b” a “f” e “h” do item 5 e itens 6 a 13 da Circular nº 1.364, de 04.10.88, e o art. 1º da Carta-Circular nº 2.278, de 25.05.92;

c) o inciso XI do art. 2º do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.655, de 26.10.89, tão-somente no que se refere a emissão de cédulas pignoratícias de debêntures;

II – a partir de 31.12.94:

a) a Resolução nº 1.608, de 31.05.89, e as Circulares nºs 1.341, de 28.07.88, 1.524, de 10.08.89, e 1.849, de 21.11.90;

b) os itens I a III e as alíneas “a” e “b” do item V da Resolução nº 1.499, de 27.07.88, o item VII da Resolução nº 1.502, de 28.07.88, os arts. 2º e 3º da Resolução nº

1.949, de 29.07.92, o art. 2º da Circular nº 1.967, de 28.05.91, e o inciso II do art. 2º da Circular nº 2.402, de 13.01.94;

c) tão-somente no que se referem aos limites de endividamento o art. 1º da Resolução nº 1.949, de 29.07.92, e a Resolução nº 1.990, de 30.06.93;

d) exceto com relação aos limites de endividamento de cooperativas de crédito as Resoluções nºs 1.556, de 22.12.88, e 1.909, de 26.02.92, a Circular nº 2.211, de 05.08.92, e os arts. 1º e 2º da Carta-Circular nº 2.315, de 02.09.92.

III – a partir de 30.04.95:

a) as Resoluções nºs 1.339, de 15.06.87, 1.409, de 29.10.87, 1.523, de 21.09.88, 1.595, de 29.03.89, e 1.933, de 30.06.92, as Circulares nºs 1.364, de 04.10.88, 1.399, de 27.12.88, e 2.364, de 23.09.93, e a Carta-Circular nº 2.311, de 01.09.92;

b) os itens V e VI da Resolução nº 1.524, de 21.09.88, e os arts. 3º e 4º do respectivo Regulamento anexo, o art. 3º do Regulamento Anexo à Resolução nº 1.770, de 28.11.90, o parágrafo 2. do art. 1º da Resolução nº 2.042, de 13.01.94, e o parágrafo único do art. 4º do Regulamento anexo à Circular nº 2.388, de 17.12.93.

Brasília, 17 de agosto de 1994.

Pedro Sampaio Malan
Presidente

REGULAMENTO ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 2.099, DE 17.08.94, QUE DISCIPLINA A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO, TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SOCIETÁRIO E REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

CAPÍTULO I

Da Autorização para Funcionamento e da Transferência de Controle Societário

Art. 1º (revogado) ⁴

Art. 2º (revogado) ⁴

Art. 3º (revogado) ⁴

CAPÍTULO II

Da Autorização para Reorganização

Art. 4º (revogado) ⁴

Art. 5º (revogado) ⁵

Art. 6º (revogado) ⁵

CAPÍTULO III

Do Banco Múltiplo

Art. 7º O banco múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento:

- I – comercial;
- II – de investimento e/ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos;
- III – de crédito imobiliário;
- IV – de crédito, financiamento e investimento; e
- V – de arrendamento mercantil.

Parágrafo 1º As operações realizadas por banco múltiplo estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras, observado o disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

Parágrafo 2º Não há vinculação entre as fontes de recursos captados e as aplicações do banco múltiplo, salvo os casos previstos em legislação e regulamentação específicas.

Parágrafo 3º É vedado ao banco múltiplo emitir debênture.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 8º (revogado) ⁴

Art. 9º (revogado) ⁴

Art. 10 (revogado) ⁴

Art. 11 (revogado) ⁴

Art. 12 (revogado) ⁴

REGULAMENTO ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 2.099, DE 17.08.94, QUE ESTABELECE LIMITES MÍNIMOS DE CAPITAL REALIZADO E PATRIMÔNIO

LÍQUIDO PARA AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.^{6 e 7}

Art. 1º Os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido abaixo especificados devem ser permanentemente observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

I – R\$ 17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais): banco comercial e carteira comercial de banco múltiplo;

II – R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais): banco de investimento, banco de desenvolvimento, correspondentes carteiras de banco múltiplo e caixa econômica;

III – R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais): sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil e correspondentes carteiras de banco múltiplo;

IV – R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais): companhia hipotecária;

V – R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais): sociedade corretora de títulos e valores mobiliários e sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários que sejam habilitadas a realização de operações compromissadas, bem como realizem operações de garantia firme de subscrição de valores mobiliários para revenda, de conta margem ou de swap em que haja assunção de quaisquer direitos ou obrigações com as contrapartes;⁸

VI – R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais): sociedade corretora de títulos e valores mobiliários e sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários que exerçam atividades não incluídas no inciso anterior;

VII – R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais): sociedade corretora de câmbio.

Parágrafo 1º Em se tratando de instituição que tenha a agência sede ou matriz e, no mínimo, 90% (noventa por cento) de suas dependências em funcionamento fora dos Estados do Rio de Janeiro e/ou de São Paulo, os valores de capital realizado e patrimônio líquido exigidos nos termos deste artigo terão redução de 30% (trinta por cento).

Parágrafo 2º Para efeito de cálculo do limite de 90% (noventa por cento) de que trata o Parágrafo 1º, serão consideradas apenas as dependências para as quais é exigida capitalização, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 3º Para a instituição operar no mercado de câmbio de taxas livres devem ser adicionados R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) aos valores de capital realizado e patrimônio líquido estabelecidos neste artigo.

Art. 2º Observados os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido exigidos nos termos do art. 1º, as instituições referidas neste Regulamento podem pleitear a instalação, no País, de até dez agências.

Parágrafo 1º A agência sede ou matriz deve ser considerada no cômputo das dependências para fins de capitalização.

Parágrafo 2º É facultada a instalação de agências além do número previsto no caput, desde que, ao montante dos respectivos valores de capital realizado e patrimônio

líquido, exceto para as agências pioneiras, sejam adicionados 2% (dois por cento) para os Estados do Rio de Janeiro e/ou de São Paulo e 1% (um por cento) para os demais estados, por unidade.

Parágrafo 3º No caso de instalação de agências em número superior ao referido no caput, o cálculo do capital será efetuado considerando-se prioritariamente, para fins do cômputo das dez agências isentas de capitalização, aquelas para as quais é exigido o acréscimo de 1% (um por cento).

Art. 3º Para efeito de verificação do atendimento dos limites mínimos estabelecidos neste Regulamento, deverão ser deduzidos, do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor das instituições referidas no art. 1º, os valores correspondentes ao capital realizado e patrimônio líquido mínimos fixados para as instituições da espécie de que participem, ajustados proporcionalmente ao percentual de cada participação

Art. 4º A adaptação das instituições referidas no art. 1º aos valores de capital realizado e patrimônio líquido mínimos fixados neste Regulamento deverá ocorrer até 31 de agosto de 2001, sendo 50% (cinquenta por cento) até 31 de agosto de 2000.

Parágrafo 1º Implicarão a necessidade de pronto atendimento dos limites fixados neste Regulamento:

I – a concessão de qualquer autorização prevista no Anexo I, exceto aquelas de que tratam os incisos IV e V de seu art. 4º;

II – a instalação de agências para as quais haja exigência de capital realizado e patrimônio líquido;

III – a capacitação ou a habilitação para o exercício de atividade para a qual haja previsão de capital realizado e patrimônio líquido.

Parágrafo 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos pedidos protocolizados no Banco Central do Brasil até 27 de maio de 1999.

Parágrafo 3º Para efeito de cálculo e verificação do atendimento dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido fixados neste Regulamento, no período compreendido entre 31 de agosto de 2000 e 30 de agosto de 2001, deve ser utilizada a seguinte fórmula:

$$LI = LA + ((LME - LA) / 2), \quad \text{onde:}$$

LI = limites mínimos a serem observados no referido período;

LA = limites mínimos em vigor até 27 de maio de 1999;

LME = limites mínimos exigidos nos termos do Regulamento.

Parágrafo 4º Permanece, para as instituições em funcionamento em 27 de maio de 1999, a necessidade de observância dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido em vigor até aquela data, observado o disposto no parágrafo anterior.

REGULAMENTO ANEXO III À RESOLUÇÃO Nº 2.099, DE 17.08.94, QUE DISCIPLINA A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO, NO PAÍS, DE DEPENDÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.⁶

CAPÍTULO I

Das Dependências

Art. 1º As dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil classificam-se em:¹⁰

- I – Agência;
- II – Posto de Atendimento Bancário (PAB);
- III – Posto de Atendimento Transitório (PAT);
- IV – Posto de Compra de Ouro (PCO);
- V – Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE);
- VI – Posto de Atendimento Cooperativo (PAC).

CAPÍTULO II

Da Agência

Art. 2º A agência é a dependência de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil destinada a prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada.¹¹

Parágrafo único. As instituições de que trata este artigo poderão centralizar a contabilidade das agências de um mesmo município em agência da mesma praça, observado o seguinte:

I – prévia comunicação ao Banco Central do Brasil, que poderá adotar procedimentos específicos relativamente às operações de câmbio;

II – utilização de um único livro “Balancetes Diários e Balanços”, ou “Livro Diário”, para registro do movimento contábil das agências de um mesmo município;

III – manutenção dos livros de escrituração em uma única agência, a ser indicada pela instituição, pertencente ao mesmo município

Art. 3º Agência pioneira é aquela instalada em praça desassistida de qualquer outra agência ou posto avançado de atendimento de banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica.¹²

Parágrafo único. A contabilidade da agência pioneira pode ficar a cargo da sede ou de outra agência, que incorporará periodicamente os lançamentos, sendo obrigatório este procedimento por ocasião dos balancetes e balanços.

CAPÍTULO III

Do Posto de Atendimento Bancário (PAB)

Art. 4º Posto de Atendimento Bancário (PAB) é a dependência de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa econômica, com as seguintes características:

I – somente pode ser instalado em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada;

II – destina-se a prestar todos os serviços para os quais a instituição esteja regulamentarmente habilitada de exclusivo interesse:

a) do respectivo governo e de seus funcionários, quando instalado em entidade de administração pública;

b) da respectiva empresa, de seus empregados e administradores, quando instalado em dependência de empresa privada;

III – subordina-se a sede ou a uma agência instalada no mesmo município, a cuja contabilidade seu movimento diário deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

IV – (revogado)¹³

CAPÍTULO IV

Do Posto de Atendimento Transitório (PAT)

Art. 5º Posto de Atendimento Transitório (PAT) é a dependência de banco múltiplo, banco comercial, caixa econômica, banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e cooperativa de crédito, exceto as do tipo “Luzzatti”, com as seguintes características:

I – somente pode ser instalado em:

a) recintos de feiras, de exposições, de congressos e de outros eventos de natureza semelhante;

b) locais de grande afluxo temporário de público;

II – destina-se a prestar os serviços permitidos a instituição, vedado seu funcionamento por mais de 90 (noventa) dias;

III – subordina-se a sede ou a uma agência da instituição, a cuja contabilidade seu movimento diário deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

IV – pode ter horário de atendimento ao público diferente do horário de funcionamento da sede ou agência a que estiver subordinado;

V – pode ser fixo ou móvel.

CAPÍTULO V

Do Posto de Compra de Ouro (PCO)

Art. 6º Posto de Compra de Ouro (PCO) é a dependência de banco múltiplo com carteira comercial e/ou de investimento, banco comercial, banco de investimento, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários e sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, com as seguintes características:

I – destina-se, exclusivamente, a aquisição de ouro físico em regiões produtoras, vedada a realização de qualquer outro tipo de operação;

II – subordina-se a sede ou a uma agência, a cuja contabilidade seu movimento diário deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

III – pode ter horário de atendimento ao público diferente do horário de funcionamento da sede ou agência a que estiver subordinado.

Parágrafo único. A instituição deverá, de acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo Banco Central do Brasil:

I – comunicar a instalação, o encerramento ou a mudança de localização do PCO àquela autarquia, à Secretaria de Fazenda Estadual e à respectiva Prefeitura Municipal;

II – informar mensalmente ao Banco Central do Brasil o volume de ouro adquirido diariamente.

CAPÍTULO VI

Do Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE)

Art. 7º Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) é a dependência automatizada de banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial e a caixa econômica, com as seguintes características:

I – destina-se a prestar os seguintes serviços:

- a) saques;
- b) depósitos;
- c) pagamentos;
- d) saldos de contas;
- e) extratos de contas;
- f) transferência de fundos;
- g) fornecimento de talonário de cheques.

II – o atendimento ao cliente é efetuado por meio de transação acionada exclusivamente com inserção de senha privativa;

III – pode ser fixo ou móvel;

IV – deve estar vinculado a uma rede individual – pertencente a uma instituição financeira ou sua subsidiária – ou associada – pertencente a mais de uma instituição financeira ou de suas subsidiárias, sendo:

a) admitida, mediante convênio, a participação de outras instituições financeiras;

b) utilizado por clientes das instituições proprietárias e/ou das instituições convenientes;

V – não está sujeito ao horário fixado para o funcionamento das instituições financeiras.

Parágrafo 1º As redes devem manter centrais de controle e processamento que permitam o acompanhamento diário de cada posto, bem como a interrupção de suas operações quando necessário.

Parágrafo 2º No caso de rede associada ou ocorrendo a hipótese de participação por convênio, as centrais de controle devem ser capazes de executar os procedimentos mencionados no parágrafo anterior a nível de cada instituição participante.

Parágrafo 3º A criação de rede associada depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 4º (revogado)¹⁴

CAPÍTULO VII

Do Posto de Atendimento Cooperativo (PAC)

Art. 8º Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) é a dependência de cooperativa de crédito, exceto as do tipo “Luzzatti”, destinada a prestar os serviços para os quais a instituição esteja regulamentarmente habilitada, com as seguintes características:

- I – pode ser instalado exclusivamente na área de atuação da cooperativa;¹¹
- II – o atendimento deve ser executado exclusivamente por funcionários da cooperativa;
- III – não pode ter contabilidade própria, devendo seu movimento diário ser incorporado ao da sede na mesma data em que ocorrer;
- IV – pode ter horário de atendimento ao público diferente do horário estabelecido para a praça.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Especiais

Art. 9º Os bancos múltiplos, os bancos comerciais, as caixas econômicas, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, as sociedades de crédito imobiliário, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de arrendamento mercantil, as cooperativas de crédito, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e as sociedades corretoras de câmbio podem manter Unidade Administrativa Desmembrada (UAD), destinada a executar atividades contábeis e administrativas de natureza interna, observado o seguinte:

- I – deve ser instalada no mesmo município da sede ou de agência da instituição;

II – é vedado o atendimento ao público e a divulgação do endereço da UAD em impresso ou em qualquer tipo de propaganda.

Art. 10. Os bancos múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento e as sociedades de crédito, financiamento e investimento podem manter, nas praças onde tenham agência, pessoas de seus quadros funcionais junto a estabelecimentos comerciais para a contratação de operações de financiamento ao consumidor final e respectiva cobrança.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 11. É condição indispensável para a instalação de agências das instituições de que trata este Regulamento o cumprimento das disposições legais e regulamentares, em especial:

- I – níveis mínimos de capital realizado e patrimônio líquido ajustado, nos termos do art. 4º, parágrafo 2º, do Anexo II;
- II – valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos;
- III – índice de imobilizações;
- IV – limites de diversificação de risco e demais limites operacionais;
- V – autorização prévia do Banco Central do Brasil.

Art. 12. A autorização por parte do Banco Central do Brasil para a instalação de agência poderá ser obtida de uma das seguintes formas:

- I – automaticamente, mediante transação específica do Sistema de Informações Banco Central (SISBACEN);
- II – por intermédio de solicitação por escrito, no caso de postulante que não tenha acesso ao SISBACEN.

Parágrafo 1º Caso não autorizado, o pleito efetuado nos termos do inciso I poderá ser reiterado na forma prevista no inciso II, devidamente fundamentado.

Parágrafo 2º O Banco Central do Brasil estabelecerá as condições a serem observadas para fins de obtenção da autorização de que trata este artigo.

Art. 13. Uma vez obtida a autorização de que trata o artigo anterior, a agência deverá entrar em funcionamento no prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias.

Parágrafo único. A não observância do prazo previsto neste artigo implicará o cancelamento automático da autorização.

Art. 14. Fica autorizada a instalação das demais dependências de que trata este Regulamento, observada a necessidade de:

- I – prévia comunicação ao Banco Central do Brasil;
- II – prévio atendimento dos seguintes limites operacionais;

a) níveis mínimos de capital realizado e patrimônio líquido ajustado;

b) valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos;

c) índice de immobilizações;

d) limites de endividamento e de diversificação de risco.

Art. 15. O início de atividades, o encerramento ou a mudança de localização das dependências de que trata este Regulamento, inclusive UAD, deve ser objeto de igual comunicação ao Banco Central no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de sua ocorrência.

Parágrafo único. A comunicação de que trata este artigo pode ser efetuada mediante transação do SISBACEN.

Art. 16. (revogado)¹⁵

Art. 17. (revogado)¹⁶

Art. 18. Não será mais permitida a instalação de Posto de Atendimento Bancário (PAB) em município desassistido, Posto Bancário de Arrecadação e Pagamentos (PAP), Posto Avançado de Crédito Rural (PACRE), Loja de Poupança e Loja de Crédito ao Consumidor, observado, relativamente aos existentes na data da publicação deste Regulamento, que¹⁷

I – deverão continuar prestando somente serviços para os quais foram criados;

II – caso venham a ser encerrados, não poderão ser reabertos;

III – não poderão mudar de endereço¹⁸.

Art. 19. A autorização de que trata o art. 12 e a comunicação referida no art. 15 deste Regulamento deverão ser solicitada e efetuada, respectivamente, por escrito, enquanto não disponível as correspondentes transações do SISBACEN.¹⁹

REGULAMENTO ANEXO IV À RESOLUÇÃO Nº 2.099, DE 17 DE AGOSTO DE 1994, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO, PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, DE VALOR DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO, AJUSTADO NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR, COMPATÍVEL COM O GRAU DE RISCO DA ESTRUTURA DE SEUS ATIVOS, PASSIVOS E CONTAS DE COMPENSAÇÃO.²⁰

¹ Resolução 3.444, de 28.2.2007, determina: “art. 15. Qualquer menção a Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, referente a limites operacionais, permanece dizendo respeito à definição de PR estabelecida nesta resolução.”

² Revogado pela Resolução 3.398, de 29.8.2006, passando as citações aos artigos ora revogados constantes de normas editadas pelo Banco Central do Brasil a referir-se à Resolução 3.398.

³ Revogado pela Resolução 2.608, de 27.5.1999.

⁴ Revogado pela Resolução 3.040, de 28.11.2002, passando a base regulamentar e as citações deste Regulamento anexo I à Resolução 2.099 constantes de normativos editados pelo Banco Central, a ter como referência a redação dessa Resolução 3.040.

⁵ Revogado pela Resolução 2.212, de 16.11.1995.

⁶ Resolução 2.122, de 30.11.1994, determinou que se aplicam às companhias hipotecárias as disposições constantes dos Regulamentos anexos II e III relativamente à instalação e funcionamento de dependências no País (art. 9º, III).

⁷ Regulamento anexo II alterado pela Resolução 2.607, de 27.5.1999.

⁸ Alterado pela Resolução 3.334, de 22.12.2005.

⁹ Alterado pela Resolução 2.678, de 21.12.1999.

¹⁰ Inclusão da nova modalidade de dependência de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa econômica denominada Posto Avançado de Atendimento (PAA), pela Resolução 2.396, de 25.6.1997.

¹¹ Alterado pela Resolução 2.212, de 16.11.1995.

¹² Alterado pela Resolução 2.396, de 25.6.1997.

¹³ Revogado pela Resolução 2.301, de 25.7.1996.

¹⁴ Revogado pela Resolução 2.926, de 17.1.2002. De acordo com o art. 1º da Resolução 2.926, é facultada a instalação de Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) vinculado a rede individual de atendimento eletrônico em qualquer localidade do País, inclusive em município em que a instituição não mantenha sede ou dependência.

¹⁵ Revogado pela Resolução 3.036, de 30.10.2002.

¹⁶ Revogado pela Resolução 2.815, de 24.1.2001.

¹⁷ Resolução 2.607, de 27.5.1999, determina que: “Art. 3º O disposto no art. 18 do Regulamento Anexo III à Resolução nº 2.099, de 1994, não mais se aplica aos Postos de Atendimento Bancário (PAB). Parágrafo único. O PAB instalado em município desassistido deverá estar subordinado a agência sede ou matriz da instituição”.

Resolução 2.696, de 24.2.2000, determina: “Art. 1º Excluir os Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP) da restrição contida no art. 18, inciso III, do Regulamento Anexo III à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Parágrafo único. A mudança de endereço de PAP deve ser objeto de comunicação ao Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação em vigor.”

¹⁸ Resolução 2.696, de 24.2.2000, determina: “Art. 1º Excluir os Postos Bancários de Arrecadação e Pagamentos (PAP) da restrição contida no art. 18, inciso III, do Regulamento Anexo III à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994.”

¹⁹ Carta-Circular 3.066, de 13.12.2002, comunica a liberação do Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil – Unicad. A comunicação de que trata o art. 15 do Regulamento Anexo III à Resolução 2.099 deve ser feita por meio do módulo Instalações do Unicad.

²⁰ Regulamento Anexo IV revogado pela Resolução 3.490, de 29.8.2007.